# **CLUBE DO PROFESSOR DO NOROESTE** RUA CORONEL JOÃO BATISTA LOPES, 320 - TELEFONE: (44) 3423-7673 CEP 87.705-420 - CNPJ 80.614.357/0001-07 - PARANAVAÍ - PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO CLUBE DO PROFESSOR DO NOROESTE

O presidente do Clube do Professor do Noroeste, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os sócios efetivos, há mais de três meses, no pleno gozo de seus direitos estatutários para as eleições da Nova Diretota Executiva e Conselho Fiscal do Clube do Professor do Noroeste, Gestão 2024 – 2029, em Assembleia Geral, a Executiva e Conselho Fiscal do Clube do Professor do Noroeste, Gestão 2024 – 2029, em Assembleia Geral, as er realizar nas dependências do Clube do Professor do Noroeste, sito Rua Coronel João Batista Lopes, 320, Paranavaí, das 9h (nove horas) às 17h (dezessete horas) do día 29 de Novembro. As Chapas para o Conselho Fiscal e para a Diretoria Executiva dever na Secretaria do Clube até as 18 horas do día 14 de novembro. A Chapa para a Diretoria Executiva dever na Secretaria do Clube até as 18 horas do día 14 de novembro. A Chapa para a Diretoria Executiva deve ter os esguites cargos: Presidente, Vice-presidente, Secretário de Finanças e Secretário de Assuntos Esportivos e Socioculturais. Caso haja uma única chapa inscrita, para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, a Assembleia de eleição será realizada por aciamação e a Assembleia Geral de eleição e posse da nova diretoria será antecipada para o 22 (vinte e dois do novembro às 14h (quatorze horas) em primeira convocação e às 14h30 (quatorze e trinta) em segunda convocação. Os documentos e demais informações necessárias para o registro de candidaturas ficarão afixados na Secretaria do Clube. na Secretaria do Clube

Paranavaí-PR, 29 de outubro de 2025.

NIVALDO APARECIDO DA ROCHA

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 103/2025-PML PROCESSO №. 191/2025-PML REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de marmitex, refeição e refrigerante, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Industria e Comercio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: às 09:00 do dia 25 de novembro de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 99.255,00 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco

reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao Joanda@hotnail.com, pelo site do Município www.loanda.pr. gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400. Loanda PR, 05 de novembro de 2025. José María Pereira Fernandes Prefeito Municípia

# **PRORROGAÇÃO** AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 98/2025-PML PROCESSO №. 175/2025-PML REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de laudos de Raio X, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de

referência.

ABERTURA: Em virtude das alterações no respectivo Edital, fica prorrogada para às 09:00 do dia 24 de novembro de 2025, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 198.930,00 (cento e noventa e oito mil, novecentos e trinta reais). VALOR MAXIMO DA LICITAÇAO: R\$ 198.930,00 (cento e noventa e oito mil, novecentos e trinta reais). INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retiar o edital na sala de licitações da Prefeitura Minicipal de Loanda, pelo e-mail licitacao\_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400. Loanda PR, 05 de novembro de 2025.

José Maria Pereira Fernandes

Prefeito Municípal





#### QUINTO ADITIVO

ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO VIGENCIA DO CONTRATO nº 0293/2023 Lei nº 8.666 CONCORRENCIA 02/2023

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interna, inscrita no CNPJ sob o nº 75.483.230/0001-58, com sede na Avenida São João, 415, Centro, CEP 87.730-000 – Paço Municipal, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, o senhor José Gabriel Gonçalves Fachiano, inscrito no CPF sob o nº 049.470.479-92, domiciliado na Rua Silvio Carneiro, centro, CEP: 87.730-000, nesta cidade de Santo Antonio do Caiuá-PR, comarca de Alto Paraná/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA. inscrito(a) no CNP/MF sob o nº 29.909.743/0001-60., sediado(a) em Paranavai-PR., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por MARCOS CHARLES PEREIRA DA SILVA, conforme atos constitutivos de ampresa , resolvem celebrar o presente Aditivo de Contrato referente a ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA- ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA O objeto d<mark>o pre</mark>sente instrumento é o ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, PAS<mark>SAND</mark>O A SE FINDAR EM 10/06/2026, portando prorrogação de 210 ( DUZENTOS E DEZ) dias;

O aditivo do PRAZO DE VIGENCIA será de 240 (duzentos e quarenta) dias findando-se em

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Santo Antonio do Caiuá/PR, 10 de Novembro de 2025 JOSE GABRIEL GONCALVES
GABRIEL GONCALVES
FACHIANO:04947047992
FACHIANO:04947047992

PREFEITURA MUN. DE SANTO ANT. DO CAIUÁ

PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01 Fone/Fax 0xx44 3445-8150 - CNPJ 76.238.435/0001-30 E-mail www.saojoaodocaiua.pr.gov.br

CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE

REFERÊNCIA TERMO DE INEXIGIBILIDADE № 025/2025 CONTRATO Nº 236/2025

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ CONTRATANTE 76.238.435/0001-30 CNPJ DO CONTRATANTE ORLANDO JASPER JUNIOR 06619040918 CONTRATADO CNPJ DO CONTRATADO 33.061.655/0001-29 CONTRATAÇÃO DA BANDA SEMSE, PARA
APRESENTAÇÃO NA FEIRA AGROPECUÁRIA
EXPOCIUÁ 2025, EM COMEMORAÇÃO AO 71
ANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ/PR A SER REALIZADA NO PAROUE DE EXPOSIÇÃO

LUDOVICO PAUKA NO DIA 21 DE NOVEMBRO. DATA DO CONTRATO 04/11/2025 R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) VALOR DO CONTRATO DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA CONFORME ANEXO NO CONTRATO CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025

> STEFAN TOMÉ PAUKA PREFEITO MUNICIPAL



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Santo Antônio do Caiuá/PR

# RESOLUÇÃO 06/2025

SÚMULA: APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E DO PLANO DE AÇÃO DO REPASSE ESTADUAL - PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS) 2026 - DELIBERAÇÃO N° 059/2023 - CEAS/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Santo Antônio do Caiuá/PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 09/2015 alterara pela Lei n° 1.157/2015 e por meio da Deliberação da plenária levada a efeito no dia 05 de novembro de 2025:

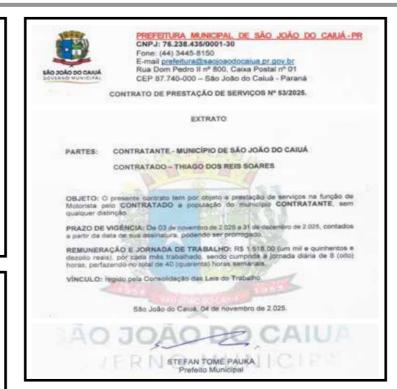
# RESOLVE:

Art. 1º Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Repasse Estadual - Piso Único de Assistência Social (PAS) 2026 - Deliberação nº 059/2023 - CEAS/PR:

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

> Registra-se. Publica-se. Cumpre-se. Santo Antônio do Caiuá/PR, 05 de novembro de 2025.

Vonda Eurlan Pereira VANDA APARECIDA SOUZA FURLAN PEREIRA dente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Fone/Fax 0xx44 445-1241 - CNPJ 76.238.435/0001-30 CEP 87.740-000 – São João do Caiuá – Paraná

#### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025 - MSJC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, ESTADO DO PARANÁ, através da Pregoeira e a Equipe de Apoio instituída pelo Decreto nº 6.379/2024, torna público que a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 041/2025, que teve como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE (LAVANDERIA HOSPITALAR), DESTINADOS AO DEPARTÁMENTO MUNICÍPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

São João do Cajuá, Estado do Paraná, 05 de novembro de 2025

ANGELA MARIA VITORIANO PREGOEIRA

STEFAN TOMÉ PAUKA



#### DECRETO Nº. 091/2025

SÚMULA: Fica Decretado Recesso Repartições Públicas Municipais do Município de Mirador, Estado do Paraná e dá outras

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN, Prefeito Municipal de Mirador Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são atribuídas e pela Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA:

Artigo 1º. - Considerando o FERIADO da EMANCIPAÇÃO POLÍTICA do dia do "ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO" no dia 13 de novembro de 2025. fica Decretado Recesso nas repartições públicas do Município de Mirador, Estado do Paraná, no dia 14 de novembro de 2025.

Artigo 2º. - Os serviços considerados essenciais tais como: coleta de lixo, urgência e emergência na área de saúde e outros de utilidades públicas, serão mantidos normais.

Artigo 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE:

Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2025

FABIANO MARCOS Assinado de forma digita DA SILVA POR FABIANO MARCOS TRAVAIN:0529892 TRAVAIN:05298927904 Dados: 2025.1 1.05 09:03-58-03'00'

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO: O Município de Nova Londrina, torna público, o seguinte processo de contratação:
OBJETO: Aquisição de materiais escolares, expediente, pedagógico e educativo, móveis, equipamentos
eletroeletrônico e ar-condicionado, recursos Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e
Adolescentes – Deliberação nº 013/2025 – CEDCA/PR; VALOR: R\$ 146.456,44; MODALIDADE: Pregão
Eletrônico nº 105/2025; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item; MODO DE DISPUTA: aberto;
ABERTURA: às 09horas do dia 25/11/2025; LOCAL DE ABERTURA: https://lib.org.br/; A integra do edital
poderá ser obtida nos seguintes locais: https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/ e no Portal
Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Nova Londrina, 05 de novembro de 2025. TATIANE DIAS FRITZ
- SECRETARIA DA FAZENDA



#### MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNPJ. 76.972.082/0001-06 TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ito Municipal, <u>ELIEL DOS SANTOS CORREA</u>, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação or, especialmente a Lei nrº 14.133/2021, Decreto Municipal 249/2023 de 22/1/2/2023s, a vista do parecer m vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021, Decici onclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos 1699/2025

a) Processo Nr° :
b) Licitação Nr° :
c) Modalidade :
d) Data Homologação :
e) Objeto Homologado : 58/2025

Pregão: 05/11/2025 O objeto da presente licitação é Prestação de serviço de telefonia com locação de equipamentos

03.001.04.121.0002.2.003.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 04.001.04.122.0002.2.005.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 05.001.12.122.0002.2.015.3.3.90.39.00.00. - 1103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 07.001.10.122.00102.203.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 08.001.08.122.0002.2.003.3.93.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 09.001.18.122.0002.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 09.001.18.122.0002.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

06.001.15.122.0007.2.025.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

JUNTO A DEMANDANTE DEMANDANTE PARA O DIRECIONAMENTO DAS SOLUÇÕES DAS COMUNICAÇÕES JUNTO AOS

ÓRGÃOS DÉ FORNECIMENTO

VALOR UNITÁRIO DO KIT

Fornecedor: C A ARAUJO TELEFONIA - CNPJ/CPF: 06.116.225/0001-94

Valor Total do Lote: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais)

Item		Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE	Própria	meses	12	R\$ 3.900,00	R\$ 46.800,00
	LOCAÇÕES DE					
	EQUIPAMENTOS DE					
	GATEWAYS, E TELEFONES					
	IPS, TODOS INCLUSO DE 30					
	(TRINTA) CANAIS DE					
	COMUNICAÇÃO					
	INTEGRADOS: SENDO KITS					
	DE LOCAÇÃO MENSAL DE					
	COMUNICAÇÃO DE VOZ					
	SOBRE IP ILIMITADO,					
	ORIGINAR E RECEBER					
	LIGAÇÕES, COM PREFIXOS DA					
	ÁREA -44. INDIVIDUALMENTE					
	IMPLANTADOS EM CENTRAIS					
	PABX DAS SECRETARIAS DO	l			1	
	MUNICÍPIO. INCLUSO					
	ACESSÓRIOS E					
	EQUIPAMENTOS					
	INTERLIGADOS AOS					
	EOUIPAMENTOS EXISTENTES					
	NO LOCAL DE CADA					
	SECRETARIA. CONFORME					
	SOLICITAÇÕES, COM					
	MANUTENÇÕES					
	PREVENTIVAS E CORRETIVAS					
	DO SISTEMA DE					
	COMUNICAÇÕES.					
	CONTEMPLARÁ PARA O					
	PLENO FUNCIONAMENTO:					
	CABEAMENTOS, ACESSÓRIOS,					
	PADRONIZAÇÃO,					
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
	PREVENTIVA, CORRETIVA,					
	FORNECIMENTOS DE PEÇAS E					
	ACESSÓRIOS.					
	DESLOCAMENTOS TÉCNICOS					
	OUANDO SOLICITADO PARA					
	OS DEVIDOS REPAROS EM					
				1	1	1
				1	1	1
				1	1	1
				1	1	1
	ATÉ 4(QUATRO) HORAS APÓS SOLICITAÇÃO, INCLUSO ORIENTAÇÕES TÉCNICAS JUNTO A SECRETARIA DEMANDANTE PARA O DIRECIONAMENTO DAS					

Diamante do Norte, 05 de novembro de 2025.

ELIEL DOS SANTOS CORREA PREFEITO MUNICIPAL

#### EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - CONDIÇÕES BÁSIÇAS

OPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DEXIS a SICREDID DEXIS, pessas jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 142.0880001-53. com sede na Avenida Paranta, n. 891. Zona 0.1 Mainrigà. Estado do Paranta, CEP 8/013-707. traz ao conhecimento dos interessados que rá a LEILA O PUBLICO EXTRADUCIÓA. — A LIBERA O PUBLICARIA por intermedio de LEILORIRO OFICIAL CREDENCIÓA. CON estado de Crédito Bacardia formada para alemação do indiver incedidod em guarnata fatucidada, conforme Cedido de Crédito Bacardia formada para alemação do indiver incedidod em guarnata fatucidada, conforme Cedido de Crédito Bacardia formada para alemação do indiver incedidod em guarnata fatucidada, conforme Cedido de Crédito Bacardia formada para a composição de conforme composição de Credito Bacardia de Crédito Bacardia de Credito Ba

1.4. Licited Werns Obstine until Support Control of the Control of

. 9.514/1997

Havendo arremategalo, será lavrada escritura pública no prazo de até 90 (noventa) dias contidado a partir da data de latida. Todas as desperas "progler ou seja, condomínio, ITR etc., com faito gerador até a data da arrematação, serão de responsabilidade da Credora Flucidaria. A de despesas com a sepondente a Comissão do Licelesio filosal. de compostar de acredora y ou sela da arrematação, certo de verte da vente de productivo de compostaria de combiente d

transferência da propriedade correrão por conta do comprador. O arrematante pegará no ato do leitão, o valor da arrematação, mais 5% (cinco por cente) correspondente à comissão do Leitõero Chícial.

4. 10.6 interessados em participar do leitão podendo fazê-lo na modalidade on/line atraveté o site do leitõero, indicado no item 1.4 do presente.

5.1. Será considerado lance vencedor aquele que resultar en massa do preso, minimo agureantado no ato do leitão.

6.1. O arrematante pagará ao leitõerio, no ato do leitão, o valor da comissão do leitero, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor.

6.1. O arrematante pagará ao leitõerio, no ato do leitão, o valor da comissão do leiterore, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor.

6.1. O avento de comissão do leitõerio não compõe o valor do lance de leitero, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor.

6.1. O pagamento no ato far-são-são em meda nacional de lou pela emissão do e 20 (dos) cheques, escendo um de valor correspondente à comissão do leitero o outro referente ao valor do lance, ou anida por intermédio de depúdio bancário.

6.1. Desparamento no ato far-são-são em meda nacional de composito bancarios.

6.1. Devento a carematante pagar multa em favor do promitente vendedor, correspondente ao valor do laceiro no prazo estipulado, o lote correspondente abra automaticamental cancidado, bem como que que tente do composito de laceiro de respecto de laceiro de leito de leit acrescido da comisado do leicivio: e devela pelo arrematante partir do momento em que o lote é declarado vendido, sendo esta cobrada em sua integratidade e 64.4. A comissão do leicivio: e devela pelo arrematante partir do momento em que o lote é declarado vendido, sendo esta cobrada em sua integratidade e 6.5.0 não pagamento do lance e da comissão do leicivio no aito do leilão implicará as on arrematante faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimipliência, a demúnica criminal e as execuçado judical controt nel.

7.1. Sené absorvata no leilão a Alta do Leilão contendo o vallor do lance vencedor, valor pago no ato do leilão e dados do arrematante, bem como demais acontecimentos relevantes.

acontecimentos relevantes.
7.2. A Asta do Leillo será assinada pelo arrematante, leiloeiro e por um representante legal da Credora Fiducidria.
7.3. A Nada do Leillo será assinada pelo arrematante, leiloeiro e por um representante legal da Credora Fiducidria.
7.3. A Nada do Leillo serformará a não ocorrebra de lamos para os mostas de lamos para de lamos d

i natureza. rimir qualquer questão que decorra direta ou indiretamente deste Edital, fica eleito o foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná. Maringá/PR, 30 de Outubro de 2025.



#### Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo Estado do Paraná

#### AVISO DE LICITAÇÃO

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025

realizado em <mark>26 de novembro de 2025 às 08h30min</mark>, abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº 043/2025**.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ITENS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À APAE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, COM RECURSOS PROVENIENTES DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 202442770005, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL SÉRGIO MORO.

Valor Estimado: R\$ 120.762,17 (cento e vinte mil, setecentos e sessenta e dois reais e dezessete

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município no Portal da Transparência do emontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e no

> Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 05 de novembro de 2025. WILLIAN CEZAR VIEGA

DAIANE DOS SANTOS GOMES Pregoeira



#### Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **27 de novembro de 2025 às 08h30min**, abertura da sessão pública, referente ao Edital Pregão Eletrônico nº 044/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED, GERADORES DE ENERGIA, GRADES DE ISOLAMENTO E BANHEIROS QUÍMICOS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA 31º FESTA DA AMIZADE PROMOVIDA POR ESTA MUNICIPALIDADE,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. Valor Estimado: R\$ 100.777,00 (Cem mil e setecentos e setenta e sete reais).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura l da Transparência do reb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e https://www.bll.org.br.

> Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 05 de novembro de 2025. WILLIAN CEZAR VIEGA

DAIANE DOS SANTOS GOMES



E-mail: prostoprofitatiograms.pr.gov.lar - http://www.altoparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 1097/2025

### Claudemir Jóia Pereira, Prefeito do Município de Alto Parană, Estado do Parană, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.039/2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Prefeito, Claudemir Joia Pereira, matricula 11169/05, Rg:4.530.008-0 4 (quatro) diárias, em razão a sua ida a Brasilia – DF, em busca de recursos.

Parágrafo O prefeito, estará em Brasilia—DF nos dias 11 a 13 de novembro, com saída no dia 10 de novembro as 03:00 e retorno no dia 14 de novembro as 03:00 horas. Art. 2º O deslocamento será realizado em veículo oficial da frota municipal.

Art. 3º O valor total das diárias autorizada é de RS 4.649,84 (quatro mil seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.039/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Parana-PR, 04 de novembro de 2025.



Prefeito Municipal

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ – PARANÁ AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 44/2025

O Município de Planaltina do Paraná vem por meio do Pregoeiro, tornar público:

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min, às 08h29min, Do dia 24/11/2025. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min. Do dia 24/11/2025. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasilia (DF).

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO
	POR ITEM
EDITAL: N.º 44/2025	PROCESSO LICITATÓRIO: N.º 71/2025
PREGOEIRO: FÁBIO DE JESUS TINÓZ,	UNIDADE ADMINISTRATIVA
DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 295/2025,	INTERESSADA: SECRETARIA GERAL
DE 08 DE AGOSTO DE 2025.	
RECERIMENTO DAS PROPOSTAS: dos 00	06/00min do dia 06/11/2025 às 07650min do dia

LOCAL: www.bll.org.bt" Acesso Identificato"

OBJETO LICITADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGEM PEDAGÓGICA, CULTURAL E RECREATIVA DESTINADA A 30 (TRINTA) PASSAGEIROS, COM DESTINO À CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR VOLTADA AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES DO (EJA) DA APAE DE PLANALTINA DO PARANÁ. DE JOVENS E ADOLESCENTES DO (EJA) DA APAE DE PLANALITINA DO PARKAN, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO DE N°435/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARRANÁ E A SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETU A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEVE COMPREENDER A LOCAÇÃO DE ÔNIBUS DE TURISMO COM CAPACIDADE PARA 30 PASSAGEIROS, DEVIDAMENTE LICENCIADO, COM MOTORISTA HABILITADO, SAÍDA EM 28/11/2025 ÁS 20H DE PLANALTINA DO PARANÁ E RETORNO EM 30/11/2025 ÁS 22H. HOSPEDAGEM EM HOTEL CATEGORIA MÍNIMA 3 ESTRELAS EM FOZ DO IGUAÇU, INCLUINDO UMA DIÁRIA, EM APARTAMENTOS DUPLOS/TRIPLOS, COM CAFÉ DA MANHĀ INCLUSO. ALIMENTAÇÃO: CAFÉ DA MANHĀ EXTRA NA CHEGADA, DOIS ALMOÇOS E UM JANTAR TÍPICO COM APRESENTAÇÃO CULTURAL. INGRESSOS TURÍSTICOS: CATARATAS DO IGUACÚ, PAROUE DAS AVES E ITAIPU PANORÂMICO (COM AGENDAMENTO E ACOMPANHAMENTO). SEGURO DE VIAGEM COMPLETO PARA TODOS OS PASSAGEIROS, COBRINDO ACIDENTES PESSOAIS, SAÚDE EMERGENCIAL E EXTRAVIO DE BAGAGEM, GUIA DE TURISMO CREDENCIADO PELO CADASTUR/MINISTÉRIO DO TURISMO, ACOMPANHANDO O GRUPO DURANTE TODO O ITINERÁRIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Local de disputa Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br). Edital pelo site www.planaltinadoparana.pr.gov.br Informações pelo Telefone 044 3435 1221 (ramal 212) Planaltina do Paraná 05 de novembro de 2025.

> Fábio de Jesus Tinóz Pregoeiro

# \* Câmara Municipal de Nova Londrina THE WORLD STREET STREET

#### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA EDITAL Nº 18/2025

#### PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: № 14/2025 DISPENSA PRESENCIAL: Nº 08/2025

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA/PR**, por meio do Setor de Licitações e Contratos, realizará dispensa na forma Física, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inc6s *II*, nos termos da Lei nº 14.13, de 1º de abril de 2021, do Decreto Legislativo nº 23/2023 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 05/11/2025 DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/11/2025 ÀS 08H00MIN

DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/11/2025 ÀS 17H00MIN

LANCES: 11/11/2025 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN

INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS) DIAS

VALOR MÁXIMO: RS 40.418.59 (guarenta mil. guatrocentos e dezoito reais, com cinquenta e nov

SESSÃO DE JULGAMENTO: 11/11/2025 ÀS 15H30MIN

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: cmnovalondrina.pr.gov.br

C DO ps://novalondrina.elow<u>eb.net/porta</u> EDITAL: encia/2/licitad

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: ☐ SIM ☒ NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: 

SIM 

NÃO HORÁRIO DE REFERÊNCIA: BRASÍLIA/DF

#### OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, diário oficial eletrônico, serviços de e-mails, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de ovtação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de gerenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagões do sistema via internet de forma automática e hospedagões. re técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem alização da pâgina na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários e tação de banco de dados, sistema de ouvidoria, assinatura eletrônica digital.

1.2. A contratação será por empreitada global, conforme tabela constante no Termo de Referência. 1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço global,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Legislação vigente aplicável as contratações diretas

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:					
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; (https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)					
REGULAMENTAÇÃO DA 14.133/2021 NA CÂMARA MUNICIPAL:	LINK ACESSO:				
DECRETO № 07/2023 – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO	http://www.atendring.or.gov.br				
PORTE.	20041171111877208-0F				
DECRETO № 08/2023 – DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE	http://www.adandring.or.gov.hr				
APOIO, ASSIM COMO DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO.	200102727965276831 ad				
DECRETO № 09/2023 — DISPÕE SOBRE A FASE PREPARATÓRIA DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA	http://www.stending.or.gov.br				
MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA.	382300310030079799944F				
DECRETO № 10/2023 – DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU	http://www.adendring.or.gov.hr				
MAIOR DESCONTO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	MONOTON CO.				
DECRETO № 11/2023 – DISPÕE SOBRE A LICITAÇÃO PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO OU	http://www.stending.or.gov.br				
MAIOR DESCONTO, NA FORMA PRESENCIAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS.	202 000 00 00 00 MITTO AND				
DECRETO № 12/2023 – REGULAMENTA O ENQUADRAMENTO DOS BENS NAS CATEGORIAS COMUM, ESPECIAL E DE	http://immanalendrina.pr.gov.lo				
LUXO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133.	SECTION SECTION AND				
DECRETO № 13/2023 – REGULAMENTA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE, NA LEI №14.133.	100a / Simonacalendona or por lo producty/dopolosado/509119001 011191182180007.adf				
DECRETO Nº 14/2023 – ESTABELECE REGRAS E DIRETRIZES PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	http://www.acatendring.or.gov.le				
ADMINISTRATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA LEI № 14.133.	27220967755652 mil				
DECRETO № 15/2023 – DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO POR SANÇÕES					
(PARS), DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES E DA REABILITAÇÃO NO ÂMBITO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA	are the Communication of pay in				
LONDRINA LEI Nº 14.133.					
DECRETO № 16/2023 – REGULAMENTA O SISTEMA DE PREÇOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, LEI	http://immanalendrina.pr.gov.br				
№ 14.133.	MER 7073 DIRENTOCOS DE SECE pult				
DECRETO № 21/2023 – REGULAMENTA A LEI № 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E	http://www.acatendrica.or.gov.br				
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.	1565611116218 of				
DECRETO № 22/2023 – REGULAMENTA A LEI № 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E					
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA E DÁ	######################################				
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
DECRETO № 23/2023 – REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA FÍSICA NOS	http://www.acatendrina.or.gov.lo				
TERMOS DA LEI FEDERAL № 14.133/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	0010171110000H mill				
DECRETO № 24/2023 – DISPÕE SOBRE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA, DE QUE TRATA A LEI №	Mar Commenter of the Comment				
14.133/2021, E INSTITUI O SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA	177621300286000000246F				
LONDRINA.					
DECRETO № 25/2023 — DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A	to de la companya de				
AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, PARA OS	917018811950919 ad				
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DE CONTRATAÇÃO DIRETA NOS MOLDES DA LEI FEDERAL № 14.133/2023					
DECRETO № 26/2023 – DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA AS PEQUENAS COMPRAS E PRESTAÇOES DE	Mile / Nome and and tracer are also				
SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO, CONFORME ESTABELECE O ART. 95 DA LEI FEDERAL № 13.144/2021 NO	970 (7147 N 72112 200 (98 a)				
ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.					
DECRETO № 27/2023 – DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º E ART. 7º DO DECRETO	http://www.adending.or.gov.br				
LEGISLATIVO № 09/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	2011200100001140				
DECRETO № 08/2025 – REGULAMENTA QUESTÕES PONTUAIS, COMPLEMENTANDO OS DECRETOS LEGISLATIVOS	Miles (Commentend to a series)				
QUE REGULAMENTARAM A APLICAÇÃO DA LEI № 14.133, DE 01.04.2021 NOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E	/arquiros/downloads/71617160				

#### PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA PRESENCIAL

Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja

Como requisito para participação na dispensa, o fornecedor deverá manifestar o pleno atendimento às exigências de habilitação previstas neste Aviso

2.3. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do Decreto Legislativo nº 23/2023 que define o procedimento de Dispensa de Licitação no âmbito do Órgão Legislativo. 2.4. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de

pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, caput, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.

2.5. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores 2.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s); 2.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para

receber citação e responder administrativa ou judicialmente 2.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

 a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; d) aquele que mantenha vinculo de natureza técnica, comercial, eco financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em lini

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de dezembro de 1976, concorre

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo

ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista 2.5.3.1. aplica-se o disposto na alinea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.5.5. empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

2.5.6. empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública no âmbito do Estado do Paraná 2.5.7. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Nova Londrina/PR

Em conformidade com o Art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), ficam impedidas de participar desta licitação emp ites, administradores, sócios ou representantes legais possuam vínculo de par terceiro grau com agentes públicos que exerçam cargo de direção, chefia ou assessoramento, nas esferas municipal, autárquica ou fundacional, incluindo Prefeitura, Câmara, autarquias, fundações e empresas

2.6.1. Para fins desta cláusula, considera-se dirigente: Prefeito, Vice Prefeito, Presidente de Câmara, Diretor, membro da Mesa Diretora, Secretário(a) Municipal, Gerente, Chefe de Setor, responsável por unidade administrativa ou qualquer função que implique poder de decisão sobre a licitação ou contrato.

CARGO / FUNÇÃO NO ÓRGÃO	ABRANGÊNCIA DE PARENTESCO	IMPLICAÇÃO PARA LICITANTE
PREFEITO, PRESIDENTE DE CÂMARA, DIRETOR, MESA DIRETORA	CÔNJUGE, COMPANHEIRO(A), PAIS, FILHOS, IRMÃOS, AVÓS, NETOS, TIOS, SOBRINHOS	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
VICE-PREFEITO, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL, CHEFES DE SETOR OU DE UNIDADE ADMINISTRATIVA	ATÉ 2º GRAU (PAIS, FILHOS, IRMÃOS, AVÓS, NETOS)	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA
ASSESSORES DIRETOS OU COM PODER DECISÓRIO SOBRE LICITAÇÃO/CONTRATO	ATÉ 1º GRAU (PAIS, FILHOS, CÔNJUGE)	IMPEDE PARTICIPAÇÃO DIRETA

O descumprimento desta cláusula sujeita o licitante à desclassificação e à responsabilização civil, administrativa e penal.

DO INGRESSO NA DISPUTA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da DISPENSA FÍSICA/PRESENCIAL se dará com o cadastramento

3.2. Após a divulgação do aviso de contratação direta, durante período de recebimento das propostas, o fornecedor interessado deverá encaminhar proposta de preços através do endereço eletrônic licitacao@emovalondrina.progw.br, em papel timbrado da empresa, conforme Anexo.III, contendo a crição do objeto ofertado e o preço, de acordo com as exigências constantes deste Aviso e do Ter de Referência, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais pelo representante legal do interessado

3.2.1. As propostas poderão ser protocoladas junto ao setor de licitações do órgão e serão izadas imediatamente no portal da transparência

3.2.1. Se a proposta estiver assinada por procurador, deverá ser encaminhada cópia da procuração que conceda tais poderes, e, ainda cópia de documentos de identificação do outorgado. 3.2.2. O preço unitário e total dos itens deverá estar expresso em numeral e em moeda corrente nac

(R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais 3.2.3. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor

3.2.4. O fornecedor declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente 3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na

nte os percentuais estabelecidos na legislação vigente 3.6. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão removê-la, substituí-la ou modificá-la.

3.7. No cadastramento da proposta inicial, o proponente deverá apresentar Declaração Unificada, conforme Anexo V.

# FASE DE LANCES

A partir das 09h00min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública para envio de lances/propostas será realizada exclusivamente por chamada de vídeo na plataforma Google Meet, conduzida pelo Agente de Contratação.

4.1.1. Todos os fornecedores que tiverem enviado propostas válidas poderão participar da sessão. Cada empresa deverá indicar, no momento do envio de sua proposta por e-mail, a pessoa credenciada a representá-la durante a sessão. 4.1.2. O link de acesso à sessão será enviado através de e-mail aos parti

(dez) minutos do início da fase de lances, o email que será enviado o link será o mesmo que a presa proponente enviou sua proposta e documentação.

Google Meet, observando-se a ordem estabelecida pelo Agente de Contratação. Cada lance será registrado em tempo real pelo Agente de Contratação na plataforma da Elotech. O fornecedor deverá aguardar a confirmação de registro e a autorização do Agente de Contratação para envio do próximo lance, sendo permitido apenas o envio de um lance por vez

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.3.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for registrado primo

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Em caso de interrupção de conexão de algum fornecedor, o mesmo terá 05 (cinco) minutos para reestabelecer conexão, caso contrário prevalecerá o último lance registrado. Caso a conexão não seja restabelecida, o Agente de Contratação analisará a situação e decidirá sobre a necessidade de remarcação da sessão, que será realizada em data e horário a serem informados pelo órgão.

4.6. Durante a fase de lances, os fornecedores acompanharão em tempo real as ofertas registradas pelo Agente de Contratação, com a tela da plataforma Elotech compartilhada na sessão 4.7. Imediatamente após o término do envio das propostas, haverá a divulgação das propostas em

4.8. O encerramento da fase de envio das propostas ocorrerá de forma automática, pontualmente no

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, o órgão ou entidade realizará a verificação de cada uma das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e preço, declarando a

verificação de cada uma das propostas recepidas, quanto a auequação de cada uma das propostas recepidas, quanto a auequação de conjecto por ordem de classificação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, o agente condutor negociará do mo interessado para tentativa de obtenção de condições mais vantajoses.

5.2.1. Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração. 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da

Será desclassificada a proposta vencedora que:
 5.3.1. contiver vícios insanáveis;

5.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a

5.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração. 5.3.5. apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis

com os preços dos insumos e de mercado;

5.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a

exeguibilidade da proposta. 5.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser

colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. 5.6. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim te, respeitada a ordem de classificação.

5.7. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando nova data e horário para a sua

5.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos

Os documentos a serem apresentados para fins de habilitação que constam do ANEXO I deste o, serão exigidos somente do fornecedor mais bem classificado da fase de lances e/ou da negociação. L. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da osta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de cipação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de ratação direta ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas: 6.1.1.1. lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://certifiosesará pars. puso plr./)

6.1.1.2. fornecedores sancionados e suspensos pelo Governo do Estado do Paraná (http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao fornecedores?windowId=8e8).

6.1.1.3. consulta do banco de dados de penalidades do município de Nova Londrina/PR.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da em também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a pibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qua

6.1.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.1.1.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de 6.1.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de

quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em ueacono como contratação Direta.

Contratação Direta.

6.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às específicações do objeto e as condições de habilitação.

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, a pedido do agente de contratação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.4. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o agente condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na vação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.1. a prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa; 6.5.2. a não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito da participação e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso, e facultará ao agente convocar as os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

DA PROVA DE CONCEITO (FASE DE AMOSTRAGEM DO SISTEMA) Declarado vencedor da licitação na sessão pública, ou em ato seguinte ao julgamento e rso dos prazos recursais ou da decisão dos recursos eventualmente interpostos, será agendada

data para ocorrer a amostragem do sistema visando analisar o atendimento das exigências contidas no ANEXO II - Termo de Referência deste Edital. A amostragem ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, de forma presencial, contados do encerramento da sessão de processamento ou julgamento dos recursos, caso existentes, ficando assegurada a presença das demais licitantes na apresentação. urada a presença das demais licitantes na apresentação. A Câmara Municipal de Nova Londrina-PR disponibilizará local adequado para realização da

agem e será acompanhada por uma Equipe Especial de Apoio composta por servidores nomeados, os quais assistrado a sessão de apresentação item à item, questionarão e emitirao parei favorável ou desfavorável de quais itens foram atendidos e quais não foram atendidos, quanto exigências dos requisitos constantes no ANEXO II - Termo de Referência.

7.4. A licitante deverá fornecer todos equipamentos necessários a demonstração plena, inclus

mento que figurará nos testes como servidor dos objetos a serem analisados na prova de Para aprovação das funcionalidades dos sistemas, a licitante deverá atender ao menos 80% dos itens do ANEXO II - Termo de Referência desse edital, percentual esse considerado mínimo e essencial para verificação das condições de capacidade do licitante para prestação dos serviços em

funcionamento do sistema O percentual exigido no item acima, não se aplica aos ITENS OBRIGATÓRIOS especificados no ANEXO II - Termo de Referência, que deverá ser demonstrado e atendido em sua integralidade. A "NÃO CONFORMIDADE" com mais de 5% (cinco por cento) dos módulos avaliados resultará na DESCLASSIFICAÇÃO da licitante. Neste caso, uma vez não aceita a amostra e, portanto, não adjudicado e homologado o objeto, reabrir-se-á sessão pública para a retomada do icitatório, com as demais proponentes, segundo a ordem de classificação, em co

adjudicado e homologado o objeto, reabrir-se-á sessão pública para a retomada do procedimento licitatório, com as demais proponentes, segundo a ordem de classificação, em continuidade ao procedimento licitatório, em harmonia com o Princípio da Eficiência.

7.8. Durante a fase de amostragem, a licitante deverá demonstrar e comprovar o atendimento aos itens constantes no ANEXO II - Termo de Referência desse edital conforme solicitado pela equipe da Câmara Municipal de Nova Londrina-PR.

7.9. A apresentação do sistema será feita em sessão aberta, a demonstração será aberta a qualquer cidadão ou licitante visto que os mesmos não poderão se manifestar no momento da apresentação da contará com a adise a emicira de na contará com a autrentação da apresentação de apresentação da apresentação e contará com análise e emissão de parecer em até dois dias úteis após a apresentação

7.10. O objetivo da avaliação do sistema integrado é garantir à Câmara Municipal de Nova Londrina-PR qualidade mínima exigida do serviço licitado.

7.11. Todas as ocorrências durante a análise e avaliação do sistema integrado, além das decisões tomadas pela comissão, serão lavradas em atas, que serão disponibilizadas posteriormente aos

ferramenta a ser demonstrado os exigir. 7.13. Eventual insurgência contra a não aceitação da amostra dar-se-á por meio da interposição de recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do encerramento da sessão

7.14. Se da amostragem restar comprovado o atendimento aos requisitos, o processo seguirá para adjudicação e homologação do certame, visando à execução do objeto desta licitação nos ter ANEXO VI - Minuta do Contrato, que integra este Edital.

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou inst equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual periodo, por solicitação justifi adjudicatário e aceita pela Administração. 8.3. A assinatura do contrato ou instrum ento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as

previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos 8.4. A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da

8.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos

anexos a este Aviso de Contratação Direta. 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

SANÇÕES 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o

> quando convocado dentro do prazo de validade da proposta 9.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível; 9.1.3 – apresentar documentação falsa

9.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instr

9.1.4 – deixar de entregar os documentos exigidos no certa 9.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.6 - não mantiver a proposta; 9.1.7 - cometer fraude fiscal;

nsidera-se comportamento inidôneo, entre ou de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances. 9.3 — A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, poderá ser apenada com:
9.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não

acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação; 9.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s)

diciado(s) pela conduta do licitante; 3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, elo prazo de até cinco anos

9.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada

9.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração

lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apur-responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com de

nistrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato

tivo necessárias à anuração da

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.8.— O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. 9.9 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil. 9.10 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo

que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração,

observado o princípio da proporcionalidade. 9.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

### 10. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. O julgamento dos recursos interpostos no âmbito deste certame observará, obrigatoriamente, os prazos, procedimentos e garantias previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições deste Edital e no Decreto Legislativo  $n^{\rm o}$  8/2025, editado pela Câmara Municipal de Nova Londrina.

10.2. A autoridade competente, ou aquela a quem for delegada essa atribuição, deverá decidir o recurso administrativo de forma expressa, motivada e dentro do prazo legal, observando os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade e da eficiência

10.3. Fica vedada a postergação ou omissão no julgamento de recurso interposto, sendo obrigatória a publicação da decisão no mesmo meio de divulgação do edital, com indicação clara dos fundamentos de fato e de direito.

10.4. O não julgamento tempestivo do recurso implicará irregularidade procedimental, nos termos do Acórdão nº 2.706/25 do Tribunal Pleno do TCE-PR, podendo ensejar responsabilização da autoridade competente, conforme previsto na legislação de regência. 10.5. Nenhuma fase subsequente do processo licitatório poderá ser concluída, antes da decisão final dos recursos tempestivamente interpostos, respeitando-se o princípio da sequencialidade procedimental.

10.6. O recurso intempestivo ou desprovido de fundamentação legal será sumariamente

10.7. Esta cláusula atende ao disposto no Decreto Legislativo nº 8/2025, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 pela Câmara Municipal de Nova Londrina, e está em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Acórdão nº

2706/25 -, que determinou a observância rigorosa dos prazos e formalidades no julgamento de recursos administrativos, sob pena de nulidade e responsabilização do agente público.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico do Poder Legislativo, disponível no endereço <u>www.cmnovalondrina.pr.gov.br.</u> no portal da Transparência <u>https://novalondrina.eloweb.net/portaltransparencia/2/</u> e no Diário Oficial do Órgão, disponível no endereço https://diariooficialprefeitura.com/cmnovalondrina/diario-oficial. 11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento

11.2.2. valer-se, para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

11.2.3. fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação:

critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor 11.2.3.2. no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste

apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor e, atendidos os

11.2.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, 11.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente da contratação direta na respectiva notificação. 11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante de sua ausência.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão de julgamento na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em 11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. 11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação. 11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso. 11.11. Havendo <u>mais de uma empresa vencedora</u>, o órgão legislativo poderá, desde que demonstrada redução de custos na gestão de contratos ou maior vantagem na contratação, negociar com a empresa que se consagrou vencedora do maior número de itens para que apresente proposta mais vantajosa

àquelas ofertados pelas empresas vencedoras do menor número de itens. 11.12. Da sessão pública será lavrada Ata. 11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os documentos abaixo relacionados que se encontram disponíveis no enderero:

habilitação e classificação.

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação; ANEXO II – Termo de Referência; ANEXO III – Proposta de Preços; ANEXO IV – Declaração de Enquadramento ME EPP;

ANEXO V – Declaração Unificada; ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato ou do instrumento substitutivo; ANEXO VII – Declaração Não Parentesco.

Nova Londrina/PR, 03 de novembro de 2025.

Samuel Oliveira de Lima

### Presidente da Câmara ANEXO I

# DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA № 14/2025 DISPENSA PRESENCIAL Nº 08/2025

ABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66, LEI 14.133/21) 1.1.PESSOA FÍSICA: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional 1.2.EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da

Junta Comercial da respectiva sede;

1.3.MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: Certificado da Condição de Microempree Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio presas-e-negocios/pt-br/empreendedo 1.4 SOCIEDADE EMPRESÁRIA. SOCIEDADE LIMITADA LINIPESSOAL — SILI: inscrição do ato

stitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo

da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus 1.5.SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março

local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; 1.7.FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.6.SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do

1.8.SOCIEDADE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16

1.9.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68, LEI 14.133/21)

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de

02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de

fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual 2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cuio exercício contrata ou concorre: 2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à

o, scrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do

atividade em cujo exercício contrata ou concorre. 2.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. 2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração ao objeto contratua, quera comprova na contrago incumare a apresentação de accinação da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. D. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir

os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69, LEI 14.133/21) 3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo dist 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

3.2.Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações

contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

LAs empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e

3.4.Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.5.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.6.Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação. 3.7.0 atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante

declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo 4. QUALFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 67. LEI 14.133/21)
4.1.Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando

a aptidão para o fornecimento e/ou manutenção de licença de uso de software para gestão de processo legislativo/gestão pública ou objeto de natureza técnica equivalente, com riência mínima de 2 (dois) anos de serviços operantes e ininterrupi

4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o natório de diferentes atestados executados de forma con 4.3.Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial

- stado apresentado deverá conter:

  a) Para fins de comprovação dos serviços prestados, a licitante deverá apresentar, no ato da habilitação, a documentação pertinente e, no caso de serviços prestados via internet (Software as a Service - SaaS); b) Indicar o(s) link(s) ativo(s) do(s) sistema(s) ou portal(is) onde os serviços foram
- prestados, para fins de diligência e comprovação da execução do objeto c) Comprovar que o fornecimento do software é de responsabilidade direta e principa
- da empresa licitante, sendo aceitável a contratação de infraestrutura (servidor datacenter, hospedagem) junto a terceiros, desde que o suporte e a manutenção do software sejam de responsabilidade do licitante, conforme exigido no Termo de
- neterencia.

  O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 4.6. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação 4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a
- contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de
- um dos cooperados indicados;

  4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessá
- 4.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107
- 4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa Os segunites documentos para a comprovação da regularidade juridica da cooperativa:
  a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c)
  regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais
  de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de
  presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas
  reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a
  contratas e objeted de licitados. ontratar o objeto da licitação;
- 4.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

### TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Licitatório de Contratação Direta nº 14/2025) DISPENSA PRESENCIAL Nº 08/2025 FUNDAMENTAÇÃO: ART. 6º, Inciso XXIII

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E ESTIMATIVA DA

- DA DEFINIÇAO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, "a" e "f")

  1. Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de votação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de gerenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos utomáticos. organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem atualização da página na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários
- atualização da página na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários e importação de banco de dados.

  1.2.A contratação dar-se-a por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Legislativo nº 23/2023 do Município de Nova Londrina, considerando que o valor estimado se encontra dentro do limite legal para a modalidade, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar e na DFD.

  1.3.A execução contratual será regida pela modalidade de empreitada por preço global, abrangendo todos os itens descritos, incluídos todos os custos, mão de obra, implantação, pranuterção e treinamento, não cabendo pazamento adicional áfem do valor contratado.
- manutenção e treinamento, não cabendo pagamento adicional além do valor contratado.
- 1.4.Os termos e especificações da prestação de serviços constam na tabela abaixo, conforme

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UND	QTD	VLR UN	VLR TOTAL
1	GOFTWARE COMO SERVICO SAAS DE GERENCAMENTO LEGISLATIVO, CONTRIDO:  GESTIÓO de documentos para Controle Administrativo e Egislativo.  Software completo para votações de extende extend	26077	MENSAL	12	R\$ 2.874,00	R\$ 34.488,00
2	IMPLANTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE DADOS,	27502	UND	01	R\$ 5.930,59	R\$ 5.930,59
2	IMPLANTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE DADOS,	27502	UND	01	R\$ 5.930,59	R\$ 5.930,59
	MANUTENÇÃO E SUPORTE E TREINAMENTO HIBRIDO(REMOTO+PRESENCIAL)					
	TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				<b>.</b>	0.418.59

- 1.5. Natureza do objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- 1.6.Os serviços objetos desta contratação, são caracterizados como con justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e Documento de I Demanda
- 1.7.0 prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, nos termos do art. 106 da Lei 14.133/2021, contados da publicação do contrato, podendo ser prorrogado art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.8. Prazo para execução/implantação: 20 (vinte) dias úteis para a implantação dos softwares, e de 12 (doze) meses para a locação de software, contados da assinatura do contrato 1.9.O valor estimado da contratação é representado pela média obtida na pesquisa de preços
- sendo de R\$ 40.418,59 (quarenta mil, quatrocentos e dezoito reais, com cinquenta e nove
- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, "b")
   1.1. A presente contratação decorre da obrigação legal da Câmara Municipal de Nova Londrina de assegurar a publicidade e transparência dos atos legislativos e administrativos, conforme dispõe o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação –
- 2.2.A atual estrutura disponível é insuficiente para atender plenamente às demandas crescentes da sociedade por acesso rápido, digital e confiável às informações públicas, considerando ainda o avanço tecnológico e o uso cada vez mais intenso da internet e das redes sociais
- ainda o avanço tecnologico e o uso cada vez mais intenso da internet e das redes sociais como instrumentos de controle sociale a participação cidadã.

  2.3.O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em suas orientações, destaca que os sistemas e portais institucionais devem adotar soluções que promovam acessibilidade, transparência ativa, padronização e confiabilidade das informações, sem impor barreiras tecnológicas ou restrições de mercado.
- 2.4.A Constituição Federal, art. 37, estabelece como princípios da Administração Pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo a publicidade
- 2.5.A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) impõe aos órgãos públicos a obrigação de garantir transparência ativa, assegurando que informações de interesse público estejam disponíveis de forma clara, acessível e atualizada.
- 2.6.0 Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) orienta que os portais da transparência vem adotar soluções que sejam objetivas, acessíveis e que não imponham l nológicas ou restritivas, evitando especificações direcionadas a fornecedo
- 2.7.A ATRICON, por meio do Instrumento de Transparência Pública (ITP), recomenda que os entes públicos adote
- 2.8. Portais funcionais e de fácil navegação 2.9. Linguagem cidadã, acessível a todos os públicos

elemento central da transparência.

- 2.10. Disponibilização de informações em tempo real;
- Ferramentas digitais modernas, compatíveis com padrões de acessibilidade Nesse contexto, a contratação do sistema não se limita a cumprir formalidades

redes sociais e a exigência crescente da sociedade por transparência digital e inte 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

- ınça da Informação: Rotinas automáticas de backup local e remoto, com retenção mínima de 30 dias;
- Plano de recuperação de dados em caso de falhas Proteção contra perda, alteração ou acesso indevido às informações 3.2.Aces sibilidade Digital:
- ação ao Decreto nº 5 296/2004 e às recomendações da ATRICON
- Registro de logs de acessos e alterações. Compatibilidade e Interoperabilidade
- 3.4. Geração de relatórios em formatos abertos (PDF, DOCX, XLS, HTML);
- 3.5. Exportação e importação de dados em padrões comuns (CSV, XML, JSON); 3.6. Integração entre sistema legislativo e portal institucional, garantindo transparência ativa
- 3.7. Suporte Técnico e SLA:
- Prazos de resposta: até 24h para chamados normais e até 4h para chamados críticos; Disponibilidade mínima do sistema: 99,5%;
- 3.8. Treinamento e Capacitação
- Treinamento inicial para todos os usuários; Disponibilização de manuais digitais e/ou vídeos tutoriais; Suporte a dúvidas durante a implantação.
- sparência e Governança 3.9.Tran Publicação automática de leis, atos administrativos, licitações, contratos e relatórios
- Ferramenta de protocolo digital e e-SIC (Lei nº 12 527/2011)
- Diário Oficial Eletrônico assinado digitalmente, com v

- Funcionalidades que permitam auditoria e acompanhamento em tempo rea Cumprimento rigoroso de prazos e cláusulas contratuais, com penalidades previstas MEMORIAL DESCRITIVO:
- 3.11. O memorial descritivo contém informações detalhadas sobre os levantamentos técnicos que os

sistemas solicitados devem atender. Este descritivo está organizado em sua primeira parte com condições obrigatórias gerais e em seguida o descritivo das condições obrigatórias de todos os softwares solicitados.

Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de

controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de votação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de erenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos dive gereniciamento e consolidação i est, aca electronica, Ladassio de documentos automáticos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet; implantação do projeto, trein e importação de banco de dados. Que contemple: 2. MIGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM USO:

ento de todos os dados cadastrais e inform

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos softwares em uso são de responsabilidade da empresa proponente. Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pela administração fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços. A administração poderá aplicar penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções. O recebimento dos serviços, se dará individualmente para cada base conscribida despeda cos efectamentaments. convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do resp

pelo setor, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados 3. IMPLANTAÇÃO COM CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO: IMPLANTAÇÃO CUM CONTRIBURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO:
Para cada um dos softwares licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos susários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta câmara e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

3.1.Acompanhamento dos analistas de implantação da empresa na sede da Câmara, em tempo integral na fase de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) días após a conclusão dos sevicios de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) días após a conclusão dos sevicios de implantação e treinamento. Na implantação do softwares.

conclusão dos serviços de implantação e treinamento. Na implantação dos softwares, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- 3.2. Entrega, instalação e configuração dos softwares licitados 3.3. Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos
- 3.4. Parametrização inicial de tabelas e cadas:
- 3.5. Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
   3.6. Adequação das fórmulas de cálculo para atendimer
   3.7. Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de
- 3.8.O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individua dos softwares licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedim validação pelo setor onde o software foi implantado, sendo que estes deverão ser
- formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital 3.9. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre a
- O. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/o. adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

- A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela
- observância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

  O prazo para conclusão dos serviços de implantação será di rridos e consecutivos, contados da emissão da Ordem de Serviço. 4. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO:
- A empresa contratada deverá cumprir a carga horária de treinamento por usuário, conforme on omemorial de cada software. Deverá ser realizado por issuanto, contorne oporto por compresendendo o uso das funções do software pertencente a sua área de bilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restauração. Os equipamentos disponíveis serão, no mínimo, um microcomputador para cada dois participantes, fornecidos pela Câmara, sendo o treinamento a ser realizado de acordo com a descrição de cada sistema.
- 5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE: nento a solicitação do suporte poderá ser realizado através de telefone (sem custo para Câmara), voip, acesso remoto e nos casos mais urgentes na sede da Câmara, por técnico
- apto a prover o devido suporte ao software, com o objetivo de 5.1.Esclarecer dividas que possam surgir durante a operação e utilização dos softwares;
  5.2.Auxilio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;
- 5.3. A empresa deverá disponibilizar sistema de abertura de chamados, para que a Câmara através de login e senha possa abrir chamados e controlar todas as solicitações que atraves de login e senha possa abrir chamados e controlar todas as solicitações que foram abertas. Estas solicitações deverão ser organizadas com número, ano, data e assunto. Deverá permitir incluir um texto com uma descrição mais detalhada para explicar qual a solicitação está sendo realizada. Deverá ter um campo para anexar arquivos para enviar diretamente a empresa junto com o chamado. Quando a empresa incluir qualquer resposta ou andamento do chamado, o sistema deverá alertar a Câmara através do e-mail que será passado na implantação.
- 6. CONDICÕES GERAIS OBRIGATÓRIAS: Especificações obrigatórias que os sistemas e a empresa contratada devem atender

#### DESCRIÇÃO

- 6.1. DEVERÁ POSSUIR AMBIENTES DE BANCO DE DADOS RELACIONAL NATIVO MYSQL, PARA FACILITAR A COMPATIBILIDADE COM A INFRAESTRUTURA JÁ EXISTENTE NA EDILIDADE BEM OMO OUTROS SISTEMAS JÁ EXISTENTES NA CONTRATANTE AFIM DE REALIZAR FUTURA NTEGRAÇÕES.
- 6.2. O BANCO DE DADOS E OS APLICATIVOS (EXCETO SITE) DEVERÃO SER INSTALADOS LOCALMENTE NO SERVIDOR DA CONTRATANTE. SERÁ NECESSÁRIO A INSTALAÇÃO LOCAL PARA EVITAR TRANSTORNO DE RECEPÇÃO DE PROTOCOLO QUANDO ACONTECER QUEDA DA

#### ITERNET NA CONTRATANTE.

- 6.3. DEVERÁ POSSUIR TODA A FUNCIONALIDADE DO AMBIENTE WINDOWS, SENDO QUE O ISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO DEVERÁ SER NO FORMATO WEB. OUTRO FATO ARACTERIZA O DESEMPENHO E ESTABILIDADE QUE ESTE SOFTWARE NECESSITA.
- WORD (REQUERIMENTO, INDICAÇÃO, MOÇÃO, LEI, TODOS TIPOS DE PROJETO, OU QUALQUER OUTRO CADASTRO AQUI LISTADO QUE TENHA ARQUIVO DE WORD). NÃO SERÁ PERMITIDO O MÉTODO DE DOWNLOAD E UPLOAD DO ARQUIVO PARA REALIZAR UMA ALTERAÇÃO, DEVERÁ ABRIR O SOFTWARE EDITOR DE TEXTO AUTOMATICAMENTE E ASSIM O usuário irá editar, salvar no editor e apenas clicar em salvar no software de Controle legislativo evitando o trabalho desnecessário de upload do arquivo IANUALMENTE.
- 6.5. DEVERÁ PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DE RELATÓRIOS EM VÍDEO, ANTES DA IMPRESSÃO, NO MOMENTO DA IMPRESSÃO, PERMITIR A GERAÇÃO DE RELATÓRIOS EM ARQUIVOS NO HD, NOS FORMATOS ARQUIVO TEXTO EMULANDO RELATÓRIO, RTF, PARA INTEGRAÇÃO COM O NORD. XLS FORMATADO PARA EXCEL. BMP PARA EXPORTAR O ARQUIVO NO FORMATO DE MAGEM, HTML PARA EXPORTAR CONTEÚDO PARA INTERNET E PDF.
- 6.6. DEVERÁ SER MULTIUSUÁRIO. PARA PERMITIR QUE CADA DEPARTAMENTO/USUÁRIO ATUALIZE OU CONSULTE OS PROCESSOS SOB SUA RESPONSABILIDADE. NÃO PODERÃO APRESENTAR LIMITAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE USUÁRIOS SIMULTÂNEOS, NEM DE TEMPO DE ACESSO.
- 6.7. DEVERÁ SER DOTADO DE UMA TELA PARA CONTROLE DE PERMISSÕES ONDE DEVERÁ CONTROLAR OS USUÁRIOS EM DIVERSOS NÍVEIS, PARA PERMITIR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, APENAS AOS USUÁRIOS AUTORIZADOS, BEM COMO A POSSIBILIDADE DE DRGANIZAÇÃO DAS PERMISSÕES POR GRUPOS. 6.8. O CONTROLE DE ACESSO AO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO, DEVERÁ SER FEITO POR
- SUSÁRIO DE FORMA INDIVIDUAL EM CADA TERMINAL, PERMITINDO OU NEGANDO ACESSO EM TERMINAIS ESPECÍFICOS, ATRAVÉS DO PROTOCOLO TCP/IP NA REDE LOCAL EXEMPLIFICANDO, PODERÁ TER A OPÇÃO DE LIBERAR TODOS OS IPS DA REDE OU APENAS UM DETERMINADO IP DA REDE PARA DETERMINADO USUÁRIO ACESSAR O SISTEMA. ESTA FUNCIONALIDADE DEVERÁ SER UTILIZADA DE FORMA NATIVA ATRAVÉS DO BANCO DE DADOS MYSQL(OU SEJA COLOCANDO A CONFIGURAÇÃO DIRETAMENTE NO MYSQL, DEVERÁ LIBERAR OU BLOQUEAR UM DETERMINADO IP), DEVENDO O SOFTWARE TER UMA INTERFACE PARA ADMINISTRÁ-LO.
- DEVERÁ MANTER UM HISTÓRICO DE ACESSOS DOS USUÁRIOS QUE EXECUTARAM AÇÕES COMO INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXCLUSÃO EM TODAS AS ROTINAS PRINCIPAIS DO SISTEMA, DISPONIBILIZANDO UMA TELA CENTRAL, QUE POSSIBILITE A VISUALIZAÇÃO DE TODOS OS CADASTROS. NESTA TELA DEVERÁ TER OPÇÃO DE FILTRAR POR MÓDULO, USUÁRIO QUE EXECUTOU A AÇÃO, AÇÃO QUE FOI EXECUTADA (INCLUSÃO, ALTERAÇÃO OU EXCLUSÃO), PERÍODO QUE OCORRE A AÇÃO, POR HORA QUE OCORREU A AÇÃO OU PELO DIA, MÊS OU
- 6.10. DEVERÁ POSSUIR ROTINAS DE SALVAMENTO, VERIFICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO BANCO DE
- 6.11. O HOSPEDAGEM DO SITE DEVERÁ SER EM SERVIDOR DEDICADO LOCALIZADOS IMPRETERIVELMENTE NO BRASIL COMPROVANDO-SE ESSAS CONDIÇÕES SE NECESSÁRIO ATRAVÉS DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DE CONTRATO COM EMPRESA DE DATACENTER NO BRASIL QUE CONTENHA GARANTIA SLA-1: 99,8% (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS), GARANTINDO A MANUTENÇÃO DO SERVIDOR E DO LINK DE INTERNET SEM INTERRUPÇÃO DO FUNCIONAMENTO. DEVERÁ CONSTAR EM CONTRATO QUE O GERENCIAMENTO DO SERVIDOR DEVERÁ SER FEITO PELA LICITANTE E NÃO PELA EMPRESA QUE ESTÁ OFERECENDO O SERVIDOR A LICITANTE, FICANDO ASSIM SOMENTE SOB DOMÍNIO DA LICITANTE OS DADOS A RESPONSABILIDADE PELO SERVIDOR
- 6.12. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA PRÓPRIO DE BACKUP REMOTO EM SERVIDOR DEDICADO LOCALIZADO IMPRETERIVELMENTE NO BRASIL COMPROVANDO-SE ESSAS CONDIÇÕES SE NECESSÁRIO, PODENDO ESTE BACKUP SER REALIZADO DE FORMA INCREMENTAL, DE ACORDO COM ALTERAÇÕES, INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO SISTEMA, ATUALIZANDO APENAS OS REGISTROS QUE FORAM MODIFICADOS DENTRO DA TABELA NO BANCO DE DADOS, ITANDO TRÁFEGO EXCESSIVO DE REDE.
- 6.13. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA PRÓPRIO DE BACKUP PARA USO LOCAL E AUTOMÁTICO. COM HORÁRIOS PROGRAMÁVEIS DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PODENDO O BACKUP SER EALIZADO EM TERMINAL DA REDE, HD EXTERNO, NA PRÓPRIA MÁQUINA OU EM UN
- 6.14. DEVERÁ POSSUIR INTEGRAÇÃO COM OS SOFTWARES BR-OFFICE, MICROSOFT WORD ARQUIVOS DE IMAGEM E ADOBE PDF. SENDO QUE OS ARQUIVOS RELACIONADOS A ESSES ROGRAMAS DEVEM FISICAMENTE SEREM SALVOS EM TABELAS, DENTRO DO BANCO D ADOS. POR QUESTÕES DE SEGURANÇA NÃO SERÁ ACEITO ARQUIVOS SALVOS EM PASTAS E ALVAR APENAS O NOME E O CAMINHO DO AROLIVO NO BANCO DE DADOS
- 6.15. O SOFTWARE DE CONTROLE LEGISLATIVO DEVERÁ PERMITIR ESCANEAR UM DOCUMENTO COM VÁRIAS PÁGINAS E DENTRO DO PRÓPRIO SOFTWARE POSSIBILITAR, INCLUIR, EXCLUIR OU REORDENAR AS PÁGINAS. DEVERÁ TER A OPÇÃO DE IMPORTAR IMAGEM DO TIPO JPG DE FORMA AVUISA PARA INSERIR IUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ESCANEADO. DEVERÁ TER OPÇÃO PARA GERAR UM ARQUIVO DO TIPO PDF E SALVAR AUTOMATICAMENTE NO

- 6.16. PERMITIREM AOS USUÁRIOS A ALTERAÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS SENHAS QUANDO ESTIVER LOGADO, SEM A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.
- 6.17. OS SISTEMAS DEVERÃO FUNCIONAR EM EQUIPAMENTOS COM A CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE: COMPUTADORES TERMINAIS: 1GB DE MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR DE NO MÍNI 1GHZ E 10GB DE ESPAÇO LIVRE DE HD. COMPUTADOR SERVIDOR: 4GB DE MEMÓRIA RAM, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 2GHZ. 20GB DE ESPACO LIVRE DE HD.
- 6.18 DEVE POSSUIR SOFTWARE PRÓPRIO PARA ATUALIZAÇÕES EVOLUTIVAS DE FORMA DAUTOMÁTICA DO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO JUNTAMENTE COM O BANCOS DE DADOS, SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA CONTRATANTE, ACESSO REMOTO OU PRESENCIAL DA EMPRESA CONTRATADA. APÓS A ATUALIZAÇÃO. DEVERÁ PRESENTAR MENSAGEM A CADA USUÁRIO DO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO NFORMANDO QUE HOUVE ATUALIZAÇÃO E QUAIS A MODIFICAÇÕES QUE FORAN ΡΕΔΙΙΖΔΠΔ5
- 6.19. FORNECER SISTEMA DE SUPORTE ONLINE, VIA WEB, ATRAVÉS DE ENDEREÇO COM USUÁRIO E SENHA, PARA ENVIO DE SOLICITAÇÕES DE SUPORTE, PERMITINDO ENVIAR O ASSUNTO, MENSAGEM E ANEXAR ARQUIVOS, POSSIBILITANDO AINDA O GERENCIAMENTO DAS SOLICITAÇÕES COM NUMERAÇÃO, DATA, HORA, INCLUSÃO DE NOVAS MENSAGENS E ARQUIVOS ANEXOS, BEM COMO A POSSIBILIDADE DE FECHAMENTO E REABERTURA DA SOLICITAÇÃO. QUANDO A EMPRESA CONTRATADA RESPONDER A SOLICITAÇÃO NO SISTEMA DE SUPORTE, ESTE POR SUA VEZ DEVERÁ ENVIAR UM E-MAIL A PESSOA RESPONSÁVEL PELA ILICITAÇÃO. NESTE SISTEMA DE SUPORTE DEVERÁ TER ESPAÇO PARA A CONTRATANTE AZER DOWNLOAD DE UTILIDADES.
- POSSUÍREM TOTAL INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO E C WEBSITE. OU SEJA, CADASTRANDO UMA LEI, POR EXEMPLO, NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO, DEVERÁ SER EXIBIDO NO SITE SEM A NECESSIDADE DE CADASTRÁ-LA NOVAMENTE. ESTE FUNCIONALIDADE DEVERÁ FUNCIONAR PARA OS CADASTROS DE REQUERIMENTO, INDICAÇÃO, MOÇÃO, PROJETO DE LEI, PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, ROJETO DE RESOLUÇÃO, PROJETO E EMENDA A LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVO, VETO, ROJETO DE RESOLUÇÃO, LEI ORDINÁRIA, LEI COMPLEMENTAR E EMENDA A LEI ORGÂNICA. CADA CADASTRO DEVERÁ TER OPÇÃO DE HABILITAR OU DESABILITAR REGISTRO A REGISTRO OU EM LOTE A EXIBIÇÃO DESTE NO SITE.
- 6.21. PERMITIR A IMPRESSÃO DE ETIQUETAS DE PROTOCOLO EM IMPRESSORAS MATRICIAIS ÉRMICAS, INCLUSIVE COM A IMPRESSÃO DO NÚMERO E ANO DO PROTOCOLO E DO DOCUMENTO, TIPO DO DOCUMENTO, CÓDIGO DE BARRAS REFERENTE AO NÚMERO DO ROTOCOLO E ESPACO PARA RUBRICA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL. ESTE CADASTRO DE TOCOLO DEVERÁ SER INTEGRADO COM OS CADASTROS DE REQUERIMENTO, INDICAÇÃO MOÇÃO, PROJETO DE LEI, PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETO DE RESOLUÇÃO, PROJETO E EMENDA A LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVO, VETO, PROJETO DE RESOLUÇÃO, LEI ORDINÁRIA, LEI COMPLEMENTAR E EMENDA A LEI ORGÂNICA, SENDO QUE NÃO PODERÃO SER CADASTRADOS DE FORMA GENÉRICA, OU SEJA, NO MESMO CADASTRO E TELA SER OSSÍVEL ABRIR, LISTAR, ALTERAR E EXCLUIR TODOS OS TIPOS DE CADASTROS ACIMA ISTADOS. PORQUE EXISTEM PARTICULARIDADES DE CADA CADASTRO COMO A MOÇÃO PODERÁ SER VOTADA E JÁ UMA INDICAÇÃO NÃO, OU UM PROJETO DE LEI QUE DEVERÁ NEXAR PARECER, LEI, EMENDAS, AUTÓGRAFO E JÁ UM REQUERIMENTO NÃO PRECISA.
- 6.22. DEVERÁ POSSUIR CADASTRO DE EMENTAS PADRÃO, PARA REUTILIZAÇÃO DE TEXTOS BÁSICOS NOS CADASTROS DO SISTEMA LEGISLATIVO. 6.23. NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO, DEVERÁ TER UM CADASTRO DE SESSÕES
- PLENÁRIAS PARA ANEXAR OS DOCUMENTOS DO EXPEDIENTE E DA ORDEM DO DIA. AO ANEXAR ESTES DOCUMENTOS, O CADASTRO DEVERÁ TER UM MECANISMO DE GERAR A AUTA DA SESSÃO LISTANDO O NÚMERO, ANO, AUTOR E EMENTA ORDENADOS POR DATA DE CHEGADA, SENDO POSSÍVEL REORDENAR MANUALMENTE.

5.24. DEVERÁ POSSUIR SISTEMA PRÓPRIO PARA REALIZAR A ENVIO DAS INFORMAÇÕE

- DE DADOS LOCAL PARA A BASE DADOS ONLINE (SITE). ESTE SOFTWARE DEVERÁ INSERIR EXCLUIR OU ALTERAR UM REGISTRO NO BANCO DE DADOS REPLICADO PARA EXIBIÇÃO DA NFORMAÇÕES NO SITE QUANDO A INFORMAÇÃO FOR ALTERADA NA BASE DE DADOS LOCA REAL. QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA DAS TABELAS LOCAIS, O SOFTWARE deverá replicar estas alterações automaticamente também. A replicação não PODERÁ FUNCIONAR COMO ESCRAVO NA QUEDA DO SERVIDOR PRINCIPAL, PORQUE QUESTÕES DE DEGRADAÇÃO DE PERFORMANCE E INUTILIZAÇÃO DO SOFTWARE. O SOFTWARE DEVERÁ SER PRÓPRIO PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS DADOS, NÃO DEIXANDO ESSA TAREFA A SOFTWARES DE TERCEIROS, FICANDO ASSIM TOTAL CONTROLE DE ATUALIZAÇÕES DOS DADOS SOMENTE A CARGO DO SOFTWARE DE PROPRIEDADE DA MPRESA CONTRATADA
- 6.25. DEVERÁ POSSUIR MÓDULO E-SIC PARA PLENO ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO A NFORMAÇÃO (12.527/2011). DEVERÁ CONTER RECURSOS DE ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS, COM BARRA SUPERIOR COM OPÇÕES DE ACESSAR O CONTEÚDO, II ARA O MAPA DO SITE, DIMINUIR OU AMENTAR O TEXTO E COLOCAR CONTRASTE NO SITE

7. SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO

Quantidade de licenças: Deverá ser disponibilizadas licenças para <mark>até 05 (cinco) usuários.</mark> Importação: Deverá ser realizada a importação de todos os bancos de dados existentes do sistema de

Instalação: Este software deverá ser instalado no servidor da Câmara

- nto: O Treinamento deverá ser presencial, ministrado de forma individual para 05 (cinco)
- rientamento: O rientamento ucerea ser presential, ministrado de forma individual para os citudos usuários sendo 8 (oito) horas para cada usuário.

  Backup: Deverá ser disponibilizado o espaço de 2 (dois) gigabytes em servidor dedicado online (conforme condições obrigadorias) da empresa para realização de backup do banco de dados.

#### CARACTERISTICAS GERAIS

- 7.1. A VISUALIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DO SISTEMA DEVERÁ SER FEITA EM VÍDEO PARA QUE C USUÁRIO DECIDA SE QUER IMPRIMIR OU NÃO.
- 7.2. MANTER UM HISTÓRICO DE ACESSOS DOS USUÁRIOS OUF EXECUTARAM ACÕES EM TODA AS ROTINAS DO SISTEMA, DISPONIBILIZANDO UMA TELA CENTRAL, QUE POSSIBILITE /ISUALIZAÇÃO DAS PERMISSÕES DE TODOS OS CADASTROS E TAMBÉM A VISUALIZAÇÃO NDIVIDUAL DIRETO PELA TELA DE CADASTRO.
- 7.3. POSSUIR SISTEMA DE BACKUP REMOTO EM SERVIDORES LOCALIZADOS MPRETERIVELMENTE NO BRASIL, PODENDO ESTE BACKUP SER REALIZADO DE FORMA PARCIALMENTE, DE ACORDO COM ALTERAÇÕES, INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO, ATUALIZANDO APENAS OS REGISTROS QUE FORAM MODIFICADOS DENTRO DA TABELA NO BANCO DE DADOS.
- POSSUIR SISTEMA PRÓPRIO DE BACKUP AUTOMÁTICO, COM HORÁRIOS PROGRAI ACORDO COM A NECESSIDADE DO USUÁRIO, PODENDO O BACKUP SER REALIZADO EM TERMINAL DA REDE, HD EXTERNO, NA PRÓPRIA MÁQUINA OU REMOTAMENTE, NO
- SERVIDOR DA EMPRESA CONTRATADA 7.5. POSSUIR INTEGRAÇÃO COM OS SOFTWARES MICROSOFT WORD, ARQUIVOS DE IMAGEM I
- ADOBE PDF, SENDO QUE OS ARQUIVOS RELACIONADOS A ESSES PROGRAMAS DEVE FISICAMENTE SEREM SALVOS EM TABELAS, DENTRO DO BANCO DE DADOS 7.6. OS SISTEMAS/MÓDULOS DEVEM TER FLEXIBILIDADE, POSSIBILITANDO A ADAPTAÇÃO
- MESMOS ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA, SENDO POSSÍVEL, ATRAVÉS DE SOLICITAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA, A INSERÇÃO DE CAMPOS, RELATÓRIOS OU FORMAS DE BUSCA NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE CADA SETOR. 7.7. POSSUIR MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA, TANTO DOS SISTEMAS INSTALADO: COMO DOS BANCOS DE DADOS, SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DE FUNCIONÁRIO: DA CÂMARA, ACESSO REMOTO OU PRESENCIAL, COM APRESENTAÇÃO DE MENSAGEM A
- CADA USUÁRIO DOS SISTEMAS, INFORMANDO SOBRE A ATUALIZAÇÃO E O QUE FOR TUALIZADO/MODIFICADO 7.8. FORNECER SISTEMA DE SUPORTE ONLINE, VIA WEB, ATRAVÉS DE ENDEREÇO COM USUÁRIO E SENHA, PARA ENVIO DE SOLICITAÇÕES PARA MODIFICAÇÕES NO SOFTWARE SOLICITAÇÃO DE SUPORTE, PERMITINDO ENVIAR O ASSUNTO, MENSAGEM E ANEXA
- ARQUIVOS, POSSIBILITANDO AINDA O GERENCIAMENTO DAS SOLICITAÇÕES COM NUMERAÇÃO, DATA, HORA, INCLUSÃO DE NOVAS MENSAGENS E AROUIVOS ANEXOS, BEN COMO A POSSIBILIDADE DE FECHAMENTO E REABERTURA DA SOLICITAÇÃO 7.9. POSSUÍREM TOTAL INTEGRAÇÃO ENTRE OS MÓDULOS DE CONTROLE LEGISLATIVO, SITE E C
- SISTEMA DE CONTROLE DE VEREADORES. 7.10. PERMITIR A INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS À CÂMARA PELOS VEREADORES PREFEITURA MUNICIPAL E TERCEIROS, SOMENTE ATRAVÉS DO PROTOCOLO, FAZENDO COM QUE NO PROTOCOLO DE UM DOCUMENTO, AUTOMATICAMENTE, O CADASTRO DO
- MÓDULO JÁ SEJA INSERIDO. 7.11. POSSUÍREM CADASTRO DE EMENTAS PADRÃO. PARA REUTILIZAÇÃO DE TEXTOS BÁS NOS CADASTROS.
- 7.12. POSSUÍREM CORRETOR ORTOGRÁFICO PARA OS TEXTOS DIGITADOS NAS EMENTAS DOCUMENTOS
- 7.13. O CONTROLE DE ACESSO AO SISTEMA DEVERÁ SER FEITO POR USUÁRIO INDIVIDUALMEN EM CADA TERMINAL, PERMITINDO OU NEGANDO ACESSO EM TERMINAIS ESPECÍFICOS. 1.14. OS DOCUMENTOS DE WORD. OPENOFFICE. PDF E IMAGENS DEVERÃO RELACIONADOS COM O BANCO DE DADOS, SEM A OPÇÃO DE ACESSO A ESTES DOCLIMENTOS FORA DO RANCO DE DADOS ATRAVÉS DE PASTAS COMPARTILHADAS OLI DOCUMENTOS OMA DO BANCO DE DADOS ATRAVES DE PASTAS COMPANIEMANIEMADAS OF SIMILIAR, A FIM DE EVITAR QUE O USUÁRIO ALTERE UM DOCUMENTO E DEIXE DE FICAR GRAVADO QUEM REALIZOU A ALTERAÇÃO E PERMITIR BUSCAS NO DOCUMENTO EM TEXTO
- PELO SISTEMA. 7.15. OS DOCUMENTOS NO FORMATO PDF DEVEM POSSUIR OPÇÃO DE INSERÇÃO POR
- IPORTAÇÃO E ESCANEAMENTO POR DENTRO DO PRÓPRIO SISTEMA 7.16. SISTEMA DE AGENDAMENTO POR HORÁRIO PARA CRIAÇÃO DE BACKUP UTOMATICAMENTE
- 7.17. O SISTEMA, EM SEUS MAIS DIVERSOS CADASTROS, DEVERÁ POSSUIR OPÇÃO PARA QUE O usuário informe se deseja ou não que o documento esteja visível no website, APRESENTADA DE FORMA CLARA E EXPLÍCITA, ADOTANDO COMO PADRÃO A NÃO NCLUSÃO NO WEBSITE, PERMITINDO A MUDANÇA DE STATUS A QUALQUER MOMENTO,
- DE ACORDO COM A VONTADE DO USUÁRIO POSSIBILITAR A IMPRESSÃO DE ETIQUETAS COM DESPACHOS E TEXTOS PARA AS PROPOSITURAS, REALIZANDO O TRABALHO FEITO POR CARIMBOS, PERMITINDO INCLUSÃO DE QUAISQUER TEXTOS QUE O USUÁRIO DESEJAR.
- DE DOCUMENTOS NA INTEGRA, SEM A NECESSIDADE DE ACESSO AO CADASTRO, JÁ DIRETO NO FILTRO REALIZADO 7.20. PERMITIR A IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS EM FORMATO DOC OU PDF NA INTEGRA, EM
- LOTE, SEM A NECESSIDADE DE ACESSO INDIVIDUAL A CADA DOCUMENTO, JÁ DIRETO NA 7.21. RELATÓRIO DINÂMICO DE MALA DIRETA, PARA PERMITIR AO USUÁRIO A CONFIGURAÇÃO
- OS DADOS A SEREM IMPRESSOS, NA ORDEM QUE DESEJAR. SSIBILITAR A EXPEDIÇÃO DE RELATÓRIO CONTENDO TODO O TRABALHO DOS POLÍTICOS
- DE FORMA AUTOMÁTICA, PERMITINDO AINDA UM FILTRO POR, PELO MENOS, O TIPO DE DOCUMENTO, INTERVALO DE DATA E POR PALAVRA CHAVE. ACESSO DIRETO AO CADASTRO DO DOCUMENTO, ATRAVÉS DE LEITOR DE CÓDIGO ARRAS, AO FAZER A IDENTIFICAÇÃO DE UMA ETIQUETA DE PROTOCOLO
- SSIBILIDADE DE PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DO CADASTRO NO ATO DO PROTOCOLO, SENDO QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM INSERIDAS AUTOMATICAMENTE NO SISTEMA.

# CADASTROS DIVERSOS

- POSSUIR CADASTRO DE POLÍTICOS, ENGLOBANDO VEREADORES, PREFEITOS E VICE PREFEITOS, COM CAMPOS PARA INSERÇÃO DE SEUS DADOS PRINCIPAIS DOCUMENTAÇÕES, INCLUSIVE PARTIDO E DECLARAÇÃO DE BENS.
- 7.26. CADASTRO DE DADOS COMPLETOS DE FUNCIONÁRIOS 7.27. CADASTRO DE LEGISLATURAS, PODENDO SER CADASTRADO OS VEREADORES QUE
- PERTENCEM A MESMA, AS MESAS DIRETORAS, COMISSÕES PERMANENTES E COMISSÕ TEMPORÁRIAS, TODAS DETALHADAS COM SEUS RESPECTIVOS MEMBROS 7.28. OPCÃO DE CADASTRO DE POLÍTICO SUPLENTE. REALIZANDO A SUBSTITUIÇÃO DO MESMO EM TODOS OS CADASTROS INTEGRADOS DO SISTEMA, DE FORMA AUTOMÁTICA, INCLUSIV
- IO SITE, TANTO PARA VEREADORES COMO PARA PREFEITO E VICE-PREFEITO. 7.29. CADASTRO PARA TODOS OS TIPOS DE SESSÕES. PERMITINDO A INTEGRAÇÃO COM C NA SESSÃO, PARA PERMITIR UMA VISUALIZAÇÃO COMPLETA DAS MATÉRIAS APRECIADA
- EM CADA SESSÃO. 7.30. POSSIBILITAR A INCLUSÃO DE SITUAÇÕES DE TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS, INTEGRADO COM TODOS OS CADASTROS DO SISTEMA QUE NECESSITEM DE SITUAÇÃO
- 7.31. CADASTRO ESPECÍFICO DE CRIAÇÃO DE MODELOS DE ARQUIVOS DE TODOS OS DOCUMENTOS LITUIZADOS PELO LEGISLATIVO INTEGRADOS COM MICROSOFT WORD ARA POSSIBILITAR A GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS, UTILIZANDO DAD REENCHIDOS NOS CAMPOS DOS CADASTROS, PERMITINDO AINDA A CRIAÇÃO DE QUANTOS MODELOS A CÂMARA JULGAR NECESSÁRIO, PARA CADA TIPO DE DOCUMENTO TAIS COMO INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS, MOÇÕES, DEÍCIOS, PALITA DA ORDEM DO DI
- 7.32. POSSUIR CADASTRO DE TODOS OS TIPOS DE SESSÕES, PERMITINDO A INTEGRAÇÃO COM C ADASTRO DE PROPOSITURAS, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS QUE SERÃO INSERIE
- seração automática da pauta da sessão de acordo com as pautas que já sã Jiliizadas por esta casa de leis respeitando-se o nosso regimento interno. A PAUTAS DAS SESSÕES QUE ESTÃO PUBLICADAS NO SITE DA CÂMARA PODERÃO E DEVERÃO SER USADAS PARA MODELO NA ELABORAÇÃO E GERAÇÃO DAS NOVAS PAUTAS CON FORMAÇÕES OBTIDAS AUTOMATICAMENTE ATRAVÉS DO SISTEMA DE COM
- 7.34. GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS RESUMIDOS MOSTRANDO EM LI RÍODO, O AUTOR E QUANTOS DOCUMENTOS ELE APRESENTOU, TRAZENDO NO FINAL SOMATÓRIA DE TODOS OS AUTORES DE DOCUMENTO DE REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES OCÕES PROIETOS DE LEI PROIETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROIETOS DE RESOLUÇÃO OJETOS DE DECRETO, PROJETOS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVOS E VETO PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO E IMPRESSÃO DE RELATÓRIO
- SSUIR ESTATÍSTICA RESUMIDA POR SITUAÇÃO MOSTRANDO ENTRE UM PERÍODO QUANTOS DOCUMENTOS FORAM APROVADOS, REJEITADOS, RETIRADOS, EM TRAMITAÇÃO, ARQUIVADOS, VETADOS E URGÊNCIA NO FINAL A SOMATÓRIA DE TODOS OS DOCUMENTOS DE REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES, MOÇÕES, PROJETOS DE LEI, PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETOS DE RESOLUÇÃO, PROJETOS DE DECRETO, PROJETOS DE MENDA À LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVOS E VETOS. PODERÁ SER EMITIDO RELATÓRIO

SSUIR ESTATÍSTICAS RESUMIDA POR PERÍODO, MOSTRANDO EM UM PERÍODO, O AUT

QUANTOS DOCUMENTOS ELE APRESENTOU, TRAZENDO NO FINAL A SOMATÓRIA DE

- TODOS OS AUTORES DE DOCUMENTO DE REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES, MOÇÕES, ROJETOS DE LEI, PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETOS DE RESOLUÇÃO, PROJETOS E DECRETO, PROJETOS DE EMENDA A LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVOS E VETOS. PODERÁ SER EMITIDO RELATÓRIO SSUIR ESTATÍSTICAS RESUMIDA POR PERÍODO MOSTRANDO ENTRE UM PERÍODO, U DETERMINADO AUTOR SELECIONADO QUANTOS DOCUMENTOS FORAM APROVADOS
  - SOMATÓRIA DE TODOS OS DOCUMENTO DE REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES, MOÇÕES ROJETOS DE LEI, PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETOS DE RESOLUÇÃO, PROJETOS DE DECRETO, PROJETOS DE EMENDA A LEI ORGÂNICA, SUBSTITUTIVOS E VETOS. PODERÁ

REJEITADOS, RETIRADOS, EM TRAMITAÇÃO, ARQUIVADOS, VETADOS E URGÊNCIA NO FINA

# MATERIAS LEGISLATIVAS

- 7.38. CADASTRO DE PARECERES, REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES NA CRIAÇÃO DO DOCUMENTO ANTES DE REALIZAR O PROTOCOLO. INTEGRADO COM O MÓDULO DE LIBERAÇÃO D
- 7.39. CADASTRO DE EMENDAS. SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS INTEGRADOS COM PROJETOS DE LEGISLATIVO E PROJETOS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DASTROS DE INDICAÇÕES, REQUERIMENTOS E MOÇÕES COM OPÇÕES
- ALTERAR, EXCLUIR, IMPRIMIR, INTEGRAR COM DOCUMENTOS DE IMAGEM, DOCUMENTOS NO FORMATO PDF OU DOCUMENTOS NO FORMATO WORD, COM OPÇÃO PARA ADASTRAR A VOTAÇÃO E INTEGRADOS COM O PROTOCOLO DE DOCUMENTOS DI ESPOSTAS E COM OFÍCIOS DE ENCAMINHAMENTO 7.41. CADASTRO DE REDAÇÕES FINAIS INTEGRADO COM AS EMENDAS, SESSÃO E O RESPECTIV
- 7.42. CADASTRO DE PARECERES INTEGRADO COM OS PROIFTOS
- 7.43. CADASTROS DE PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA, LEI COMPLEMENTAR, DECRETO LEGISLA ESOLUÇÃO E EMENDA À LEI ORGÂNICA INTEGRADOS COM AUTORES, CATEGORIA PARECERES, EMENDAS, SUBSTITUTIVOS, VOTAÇÃO, SESSÕES, REDAÇÃO FINA AUTÓGRAFO, VETOS E LEIS
- 7.44. DENTRO DO CADASTRO PROJETOS POSSIBILITAR A CRIAÇÃO DE COMUNICADOS OFICIA AVISANDO O PRAZO FINAL PARA PROTOCOLO DE EMENDAS. GERANDO UTOMATICAMENTE UM OFÍCIO PARA CADA VEREADOR PODENDO IMPRIMIR OU SALVÁ
- 7.45. POSSIBILITAR O LANCAMENTO DA VOTAÇÃO DOS PROJETOS, INDIVIDUALMENTE OU E
- 7.46. ACESSO A DOCUMENTOS INTEGRADOS A DETERMINADO CADASTRO PELO PRÓPRIO 7.47. POSSUIR MÓDULO ESPECÍFICO PARA CADASTRO DE CONTRATOS, COM OPÇÃO PAR
- REGISTRO DE CÓPIA DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA DO MESMO E EVENTUAIS ADITIVOS 7.48. POSSUIR REGISTRO DAS CESSÕES DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA. PARA CONTROI F DAS
- DATAS EM QUE AS DEPENDÊNCIAS FORAM UTILIZADAS POR TERCEIROS, BEM COMO OS

#### TEGRAÇÃO, NO CADASTRO DE PROJETOS, COM TODOS OS DOCUMENTOS QUE PO FETAR A SUA TRAMITAÇÃO, COMO EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVO ARECERES DE COMISSÕES E DA ASSESSORIA JURÍDICA, MENSAGENS E RESPOSTAS, ALÉ E PERMITIR A INCLUSÃO DE DADOS SOBRE A SUA TRAMITAÇÃO, SUA VOTAÇÃO INTEGRAÇÃO COM OS DOCUMENTOS RESULTANTES DE SUA TRAMITAÇÃO: REDAÇÃ INAL. AUTÓGRAFO. VETO E/OU NORMA LEGAL

- 7.50. SISTEMA DE BUSCA EM TODOS OS DOCUMENTOS, COM AS OPÇÕES MAIS VARIADA DSSÍVEIS. ESPECIALMENTE A BUSCA POR DATA. INTERVALO DE DATAS. POR PALAVE HAVE NA EMENTA, POR PALAVRAS CHAVE DENTRO DO ARQUIVO EM FORMAT CESSÍVEL PELO WORD/BR OFFICE, POR AUTORIA, POR CATEGORIA QUANDO EXISTIR TIPO DE DOCUMENTO
- MÓDULOS DE CADASTRO DE TODOS OS OUTROS DOCUMENTOS QUE TRAMITAM PEI CASA, TAIS COMO ATAS DAS SESSÕES, ATOS DA MESA, ATOS DO PRESIDENTE, AUDIÊNCIA PÚBLICAS, AUTÓGRAFOS, CERTIDÕES, ATESTADOS, DECLARAÇÕES, MÓDULO PAR ADASTRO DE INFORMAÇÕES COLHIDAS PELO DEPARTAMENTO DE OUVIDORI CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS DE TERCEIROS E DA ADMINISTRAÇÃO INDIVIDUALIZADOS DENÚNCIAS, EDITAIS, OFÍCIOS EXPEDIDOS, REQUERIMENTO PARA USO DE TRIBUNA LIVRE DRDENS DO DIA, PORTARIAS, RECURSOS, DOCUMENTOS RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE ONTAS DO ESTADO, REQUISIÇÕES DE VIAGENS, DENTRE OUTROS

- **7.52.** CADASTRO DE PROTOCOLO INTEGRADO COM TODOS OS OUTROS MÓDULOS DO SISTEM PERMITINDO QUE NO PROTOCOLO DE UM DOCUMENTO, AUTOMATICAMENTE, ADASTRO DO MÓDULO JÁ SEJA INSERIDO
- OSSIBILIDADE QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM CAPTURADAS DIRETAMENTE DO OCUMENTOS PROTOCOLADOS NOS GABINETES, E INSERIDAS AUTOMATICAMENTE N SISTEMA, OU SEJA, NÃO EXISTE A NECESSIDADE DE QUALQUER INTERVENÇÃO POR PAR OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA
- 7.54. NO PRÓPRIO CADASTRO DE PROTOCOLO, PERMITIR A REALIZAÇÃO DE PROTOCOLO E ÁRIOS DOCUMENTOS SIMULTANEAMENTE, EM LOTE
- 7.55. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE NUMERAÇÃO DE ROTOCOLOS, PARA ADEQUAÇÃO AO USO COSTUMEIRO DA CASA DE LEIS, PERMITINDO NUMERAÇÃO SEQUENCIAL INFINITA, REINICIADA A CADA ANO E REINICIADA A CAI
- 7.56. POSSIBILITAR A NUMERAÇÃO DE PROPOSITURAS INDIVIDUALMENTE, EM FUNÇÃO DE SE
- 7.57. POSSIBILIDADE DE, JÁ NO MÓDULO DE PROTOCOLO, BUSCAS EM TODOS OS ASSUNTOS DE DUALOUER DOS MÓDULOS POSSIBILIDADE DE, NO CADASTRO DE PROTOCOLOS, VERIFICAR SE HÁ ARQUIVOS COM
- INTEGRA DOS DOCUMENTOS CADASTRADOS OU NÃO
- POSSIBILIDADE DE QUANDO DA IMPRESSÃO DE ETIQUETAS DE PROTOCOLO. TRAZER OME DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELO PROTOCOLO, DE ACORDO COM A SENHA I CESSO AO SISTEMA
- DADE DE MAIS DE UMA OPÇÃO DE ETIC
- Adastro de documentos protocolados internamente pelo sistema, podendi O documento ser liberado ou não pelo setor de protocolo, com opção d ISUALIZAR E REVISAR O DOCUMENTO E O CADASTRO ANTES DE LIBERAR O PROTOCOL NO CADASTRO PRINCIPAL DE PROTOCOLOS
- 7.63. POSSUIR TELA ESPECÍFICA PARA LIBERAÇÃO DOS PROTOCOLOS PROVENIENTES DOS GABINETES DOS VEREADORES, PODENDO ESTE SER CORRIGIDO E LIBERADO OU RECUSA AO VEREADOR.

#### INTERNE

- NTERFACE DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA COM O WEBSITE DA CÂMARA, PER UA ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DOS PRÓPRIOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA, POSSIBILITAND INSERÇÃO DE NOTÍCIAS (INCLUSIVE COM FOTOS), DADOS DA PRÓXIMA SESSÃO, GALERI DE FOTOS. ÁUDIOS E VÍDEOS. ENQUETES. IMAGENS. ALTERAÇÃO DE MENUS E TOPOS SSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE QUALQUER RELATÓRIO PERTINENTE AS CONTAS
- 7.65. OPÇÃO DE O USUÁRIO INCLUIR NOVOS TOPOS OU NOVOS MENUS NO SITE ATRAVÉS DO PRÓPRIO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO, SEM A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA
- 7.66. OPÇÃO PARA O USUÁRIO INCLUIR TEXTOS E IMAGENS DENTRO DE QUALQUER MENU 7.67. OPCÃO DE CADASTRO DE GALERIAS DE VÍDEO, ÁUDIO OU FOTOS, PELO PRÓPRIO USUÁRI
- 7.68. PERMITIR EDIÇÃO DE TEXTOS, VISANDO O CADASTRO DE NOTÍCIAS, PERMITINDO ORMATAÇÃO DE FONTE, PARÁGRAFO, TABULAÇÃO, COR, INSERÇÃO DE IMAGENS
- 7.69. POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOTÍCIAS APROVEITANDO AUTOMATICAMENTE AS FOT DE CAPA NO INTERIOR DAS NOTÍCIAS, FACILITANDO A FORMATAÇÃO DAS NOTICIAS
- 7.70. PERMITIR A INCLUSÃO DE ARQUIVOS DIVERSOS JUNTO ÀS NOTÍCIAS, PARA DOWNLOAD POR PARTE DOS USUÁRIOS

- 7.71. CONTROLE DE TODAS AS NORMAS LEGAIS, DEVENDO SER INTEGRADO COM OS DEMA DOCUMENTOS QUE DERAM ORIGEM ÀS MESMAS, COM OPÇÕES DE INCLUIR, ALTERA MPRIMIR, INTEGRAR COM DOCUMENTOS NO FORMATO PDF OU DOCUMENTOS N ORMATO WORD
- 7.72. POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS, ATRAVÉS DE CONTROL NDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES, REVOGAÇÕES E EVENTUAIS SUSPENSÕES JUDICIAIS PERMITINDO REFERENCIAR AS ALTERAÇÕES E TAMBÉM ALTERAR O DOCUMENTO N DRMATO DOC, ATUALIZANDO O TEXTO DA NORMA LEGAL, INSERINDO AS ALTERAÇÕE
- 7.73. ACESSO A DOCUMENTOS INTEGRADOS A DETERMINADO CADASTRO PELO PRÓPI

## CADASTROS ESPECÍFICOS

- 7.74. POSSUIR MÓDULO ESPECÍFICO PARA CADASTRO DE CONTRATOS. COM OPCÃO PAR EGISTRO DE CÓPIA DO CONTRATO. DA VIGÊNCIA DO MESMO E EVENTUAIS ADITIVOS
- 7.75. POSSUIR REGISTRO DAS CESSÕES DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA, PARA CONTROLE DA DATAS EM QUE AS DEPENDÊNCIAS FORAM UTILIZADAS POR TERCEIROS, BEM COMO O DUIPAMENTOS UTILIZADOS
- 7.76. INTEGRAÇÃO, NO CADASTRO DE PROJETOS, COM TODOS OS DOCUMENTOS QUE POSSA AFETAR A SUA TRAMITAÇÃO, COMO EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVO: PARECERES DE COMISSÕES E DA ASSESSORIA JURÍDICA, MENSAGENS E RESPOSTAS, ALÉM DE PERMITIR A INCLUSÃO DE DADOS SOBRE A SUA TRAMITAÇÃO, SUA VOTAÇÃO NTEGRAÇÃO COM OS DOCUMENTOS RESULTANTES DE SUA TRAMITAÇÃO: REDAÇÃ INAL, AUTÓGRAFO, VETO E/OU NORMA LEGAL.
- SSUIR CADASTRO DE ATAS DAS SESSÕES PARA REGISTRO DOS FATOS DA SESSÃI NTEGRADO COM O MÓDULO DE GERAÇÃO DE PAUTA DAS SESSÕES
- ADASTRO DE ATESTADOS PARA REGISTRO DE DATA, TIPO, EMENTA, AUTORIA COM A POSSIBILIDADE DE ESCANEAR O REFERIDO ATESTADO EM PDF. ESTE MÓDULI DEVERÁ SER INTEGRADO COM O MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS.
- 7.79. DEVERÁ POSSUIR CADASTRO DE ATOS DA PRESIDÊNCIA E DA MESA DIRETORA DSSUIR CADASTRO DE AUTÓGRAFOS DE LEI. CERTIDÕES CONVITES. EDITAIS
- 7.81. DEVERÁ POSSUIR CADASTRO DE PORTARIAS INTEGRADO COM O SISTEMA DE RECURSO.
- 7.82 DEVERÁ POSSIJIR CADASTRO DE CORRESPONDÊNCIAS RECERIDAS ARMAZENANDO IÚMERO DA CORRESPONDÊNCIA, TIPO, DATA, EMENTA E CAMPOS COM DADOS E METENTE. POSSIBILIDADE DE ENCAMINHAR POR OFÍCIO (INTEGRADO AO MÓDULO FÍCIO).

# 8 SITE DA CÂMARA COM INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LEGISLATIVO

REPRESENTAÇÃO

- ento e Instalação: Deverá obedecer aos critérios apresentados no item de Desenvolvimento e Instalação: Deverá obedecer aos critérios apresentados no item de (Instalação) deste memorial descritivo e realizar a instalação do site no servidor da contratada no brasil de acordo com as exigências de servidor online deste edital. O layout do site deverá ser previamente aprovado pela Câmara. Mas o site já deverá estar pronto e integrado com o sistema de controle legislativo, devendo a empresa mudar apenas o layout para personalizar de acordo com a necessidade da Câmara. Importação: Deverá obedecer aos critérios apresentados no item de (Importação) deste memorial descritivo e realizar a importação de todos os bancos de dados existentes do site atual. Espaço hospedagem: Deverá ser disonibilizado o espaço de OI (um sieabve de espaço apar hospedagem do site Deverá ser disponibilizado o espaço de 01 (um) gigabyte de espaço para hospedagem do site em servidor dedicado online (conforme condições obrigatórias) da empresa.
- 8.1. O SISTEMA CONTARÁ COM HOSPEDAGEM: MANUTENÇÃO E ALTERAÇÕES TÉCNICAS. AS PECIFICAÇÕES DO SERVIDOR QUE HOSPEDARÁ O SITE ESTÁ DESCRITO NAS EXIGÊNCIAS I MPROVAÇÃO TÉCNICA DESTE EDITAL
- 8.2. DEVERÁ CONTER NA PÁGINA DE CAPA UM ACESSO DIRETO A UM DETERMINADO VEREADO TRAVÉS DE SUA FOTO E ACESSAR SEUS DADOS COM FOTO, HISTÓRICO POLÍTICO E ACESS
- 8.3. O SITE DEVERÁ ACESSAR UMA BASE DE DADOS REPLICADA ATRAVÉS DE SOFTWAI IAMAIS REALIZAR ACESSO DIRETO A BASE DE DADOS IMPLANTADA NA CASA LEGISLAT POR MOTIVOS DE SEGURANÇA.
- 8.4. CONTROLE DE FIREWALL PARA EVITAR INVASÕES
- 8.5. CONTROLE DE SEGURANCA CONTRA SOL INJECTIONS COM CRIPTOGRAFIA DE PARTE DO DESTE COM SQL INJECTIONS.
- 8.6. ESTRUTURA DE CRIPTOGRAFIA DE SENHAS APARA ACESSO AOS BANCOS DE DADOS. PAI ASO A SENHA SEJA ARMAZENADA EM ARQUIVO, BANCO DE DADOS OU SIMILAR ESTE N SEJA POSSÍVEL SUA LEITURA.
- 8.7. POSSUIR MÓDULO ADMINISTRADOR PARA GERENCIAMENTO DE DADOS NO SITE. COMO
- ESTAQUE SEJAM APROVEITADAS AUTOMATICAMENTE NO INTERIOR DAS NOTÍCIAS. 8.8. POSSIBILITAR O CONTROLE DAS ENQUETES, COM ESTATÍSTICAS SOBRE O ANDAMENTO
- 8.9. POSSIBILITAR A CRIAÇÃO DE MENUS PELOS PRÓPRIOS USUÁRIOS SEM CONHECIMENTI
- 8.10. PERMITIR A CRIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁUDIO, VÍDEO INTEGRADO AO YOUTUBE E IMAGE PELOS PRÓPRIOS USUÁRIOS, DE FORMA CATEGORIZADA
- 8.11. DEVERÁ FORNECER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES DE FORMA TOTALMENTE INTEGRAL COM O SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO
- 8.12. LEGISLATURA: O SITE DEVERÁ INFORMAR TODAS AS LEGISLATURAS CADASTRADAS ATRAV
- 8.13. LEGISLATURA: CADA LEGISLATURA AO SER CLICADA DEVERÁ MOSTRAR INFORMAÇÕE
- E VICE-PREFEITO E TAMBÉM A COMPOSIÇÃO DAS MESAS. 8.14. MESA DIRETORA: DEVERÁ EXIBIR COM FOTO OS INTEGRANTES DA MESA DIRETORA ATUAL
- LEGISLATIVO. 8.15. COMISSÕES: DEVERÁ EXIBIR TODAS AS COMISSÕES ATUAIS E SUAS RESPECTIVAS SIGLAS DE FORMA INTEGRADA COM O SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO.
- 8.16. COMISSÕES: AO SER CLICADA UMA COMISSÃO, DEVERÁ SER MOSTRADO OS MEMBROS
- 8.17. VEREADORES: DEVERÁ EXIBIR UMA LISTAGEM COMPLETA DOS VEREADORES DA ATU.
- 8.18. VEREADORES: AO SER CLICADO UM VEREADOR OU VEREADORA, EXIBIR SEUS DADO IOME, NOME PARLAMENTAR, PARTIDO, CARGOS QUE PARTICIPA, DADOS DE CONTAT OM TELEFONE, E-MAIL E LINK PARA FORMULÁRIO DE CONTATO, FOTO, HISTÓRIC POLÍTICO E ACESSO AS PROPOSITURAS APRESENTADAS PELO MESMO.
- ΔΙΙΤΔ: Ο SITE DEVERÁ EXIRIR LIMA LISTA COMPLETA DAS SESSÕES REALIZADAS PE EDILIDADE CONTENDO O TIPO E A DATA DA REALIZAÇÃO. AO CLICAR NO ITEM DEVEF EXIBIR A QUANTIDADE DE REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES VINCULADAS A SESSÃI INTAMENTE COM LINK PARA DOWNLOAD DO AROUIVO PDE OU WORD DA ORDEM DI A E DA PAUTA. DEVERÁ TER UM LINK PARA ACESSAR A LISTAGEM DOS REQUERIMENTOS

- DICAÇÕES VINCULADAS A SESSÃO. A LISTAGEM DE REQUERIMENTOS E INDICAÇÕE DEVERÁ CONTER O NÚMERO E ANO COM EMENTA E OPÇÃO DE DOWNLOAD DO ARQUIVI WORD OU PDF DA PROPOSITURA. ESTAS INFORMAÇÕES DEVERÃO SER PROVENIENTES DI SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO.
- IMENTO: DEVERÁ EXIBIR UMA LISTAGEM POR ANO. AO SER ACIONADO UN DETERMINADO ANO, SERÁ MOSTRADO OS REQUERIMENTOS DAQUELE ANO DE FORM AUTOMÁTICA E INTEGRADA E EXIBINDO O NÚMERO, EMENTA E TEXTO.
- 8.21. REQUERIMENTO: AO SE ACIONAR UM DETERMINADO REQUERIMENTO, DEVERÁ SEF EXIBIDO DADOS MAIS COMPLETOS DESSE DETERMINADO DOCUMENTO COMO: NÚMERO autor, data, ementa, situação, qual sessão que esse documento foi para . Pauta e ainda a possibilidade de visualização do texto na integra cadastrado NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO.
- NDICAÇÃO: DEVERÁ EXIBIR UMA LISTAGEM POR ANO. AO SER ACIONADO DETERMINADO ANO, SERÁ MOSTRADO AS INDICAÇÕES DAQUELE ANO DE FORM UTOMÁTICA E INTEGRADA E EXIBINDO O NÚMERO, EMENTA E TEXTO.
- 8.23. INDICAÇÃO: AO SE ACIONAR UMA DETERMINADA INDICAÇÃO, DEVERÁ SER EXIBIDO DADOS MAIS COMPLETOS DESSE DETERMINADO DOCUMENTO COMO: NÚMERO, AUTOR, DATA mmis cumifica de deser de l'entiminado documento como: nomeno, acutor, del Ementa, situação, qual sessão que esse documento foi para a pauta e ainda a Possibilidade de visualização do texto na integra cadastrado no sistema di ONTROLE LEGISLATIVO.
- TO: DEVERÃO SER EXIBIDOS OS SEGUINTES SUBGRUPOS: PROJETO DE LEI, PROJE DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETO DE RESOLUÇÃO, PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PROPOSTA DE EMENDA A LOM E SUBSTITUTIVO.
- 8.25. PROJETO: AO ACIONAR UM SUBGRUPO, DEVERÁ EXIBIR UMA LISTAGEM POR ANO. AO SEF ACIONADO UM DETERMINADO ANO. SERÁ MOSTRADO OS DOCUMENTOS DAQUELE ANO DE FORMA AUTOMÁTICA E INTEGRADA E EXIBINDO O NÚMERO, EMENTA E SITUAÇÃO NAL DO DOCUMENTO.
- 8.26. PROJETO: AO SE ACIONAR UM DETERMINADO DOCUMENTO, DEVERÁ SER EXIBIDOS DADO MAIS COMPLETOS DESSE DETERMINADO DOCUMENTO COMO: TIPO DE PROJETO, NÚMERO AUTOR, INÍCIO DA TRAMITAÇÃO, REGIME DA TRAMITAÇÃO, EMENTA, COMISSÕES QUE FORAM ENCAMINHADAS O DOCUMENTO, FINAL DA TRAMITAÇÃO, SESSÕES DE . Presentação e apreciação do documento e o arquivo na integra do texto Adastrado no sistema de controle legislativo
- 8.27. PROJETO: DEVERÁ AINDA DISPONIBILIZAR A VOTAÇÃO DESSE DOCUMENTO SEJA EM UN
- 8.28. PROJETO: EXIBIR INFORMAÇÕES SOBRE A PROMULGAÇÃO DO DOCUMENTO COMO: TIPO DE LEI GERADA, NÚMERO DA LEI, DATA E EXIBIR O O ARQUIVO NA INTEGRA DO TEXTO
- CADASTRADO NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO LICITAÇÕES: EXIBIR UMA LISTA AGRUPADA POR ANO GERADA A PARTIR DO CADASTRAMENTO DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO CONTENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: MODALIDADE, SITUAÇÃO E DESCRIÇÃO DA LICITAÇÃO DEVERÁ EXIBIR OS EDITAIS CADASTRADOS NO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO. AO CLICAR DEVERÁ EXIBIR DETALHES COM O NÚMERO DO PROCESSO, TIPO DE LICITAÇÃO, NÚMERO DA LICITAÇÃO, DATA DA REALIZAÇÃO, OBJETO E OPÇÃO PARA DOWNLOAD DO ARQUIVO DO EDITAL. DEVERÁ EXIBIR TAMBÉM AS ATAS CADASTRADAS NO CADASTRO DI DITAL DO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO.
- NOTÍCIAS: O CADASTRO DE NOTÍCIAS PODERÁ SER FEITO ATRAVÉS DO SISTEMA DI NOTICIAS. O CADASTRO DE NOTICIAS PODERA SER PETIO ATRAVES DO SISTEMA DE CONTROLE LEGISLATIVO E ATRAVÉS DE ACESSO ADMINISTRATIVO ONLINE COM ACESSO. ATRAVÉS DE USUÁRIO E SENHA. PODERÁ AINDA INCLUIR FOTOS DENTRO DA NOTÍCIA E FOTOS PARA A APRESENTAÇÃO DA NOTÍCIA NA PÁGINA PRINCIPAL
- CIAS: AS NOTÍCIAS SERÃO EXIBIDAS NA PÁGINA PRINCIPAL COM FOTO EM DESTAQUE TEXTO COM A CHAMADA DA NOTÍCIA. ESTE DEVERÁ FICAR TROCANDO ENTRE 4 ÚLTIMA: NOTÍCIAS CADASTRADAS. NA PÁGINA PRINCIPAL DEVERÁ EXIBIR UMA LISTA COM DATA EXTO DA CHAMADA COM AS ÚLTIMAS 19 NOTÍCIAS CADASTRADAS.
- 8.32. BUSCA: DEVERÁ TER OPÇÃO NA PÁGINA PRINCIPAL COM BUSCA PARA NOTÍCIA LEGISLAÇÃO OU PROPOSITURA. O USUÁRIO PODERÁ DIGITAR UMA PALAVRA CHAVE QUE REALIZARÁ UMA BUSCA DE TEXTO NO ITEM ESCOLHIDO E IRÁ LISTAR OS RESULTADOS NA TELA. NA TELA DE LISTAGEM DEVERÁ EXIBIR OPÇÕES MAIS AVANÇADAS DE BUSCA.
- SISLAÇÃO: DISPONIBILIZAÇÃO TODA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL CADASTRADA NO SI DE CONTROLE LEGISLATIVO.
- SLAÇÃO: AO CLICAR EM UM TIPO DE LEI MUNICIPAL, SERÁ EXIBIDA UMA LISTA ANOS DAS LEIS DO TIPO SELECIONADO CADASTRADAS NO SISTEMA DE CONTROLI LEGISLATIVO. DEVE TER A OPÇÃO DE CADASTRAR CÓDIGOS, LEIS ESPECÍFICAS, REGIMENTO EI ORGÂNICA E ESTATUTOS. DEVERÁ EXIBIR AS OPÇÃO DE LEI ORDINÁRIA, LE OMPLEMENTAR, EMENDA A LOM, DECRETO LEGISLATIVO, DECRETO MUNICIPAL E RESOLUÇÃO.
- SLAÇÃO: AO CLICAR EM ALGUM ANO, SERÁ EXIBIDA AS LEIS DO TIPO SELECIO
- DAQUELE ANO CONTENDO NÚMERO, DATA, EMENTA, SITUAÇÃO E TEXTO NA INTEGRA. ISLAÇÃO: AO CLICAR EM UMA LEI, DEVERÁ EXIBIR INFORMAÇÕES DETALF LEI COMO: NÚMERO, TIPO DE LEI, DATA, LEGISLATURA, EMENTA, PROJETO QUE ORIGINOL A LEI EM QUESTÃO PERMITINDO ACESSÁ- LO ATRAVÉS DE LINK NA PRÓPRIA LEI, AUTORE O PROJETO DE LEI, SITUAÇÃO DA LEI E TEXTO NA INTEGRA.
- 8.37. LEGISLAÇÃO: DEVERÁ EXIBIR TAMBÉM TODAS AS LEIS QUE ALTERAM OU REVOGAM A LE
  - EM QUESTÃO PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO
- LEGISLAÇÃO: DISPONIBILIZAR NO SITE A LEI ORGÂNICA DO MUNÍCIPIO, O REGIMENTO NTERNO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, O CÓDIGO DE OBRAS, C CÓDIGO DE POSTURAS, O CÓDIGO TRIBUTÁRIO, O CÓDIGO ADMINISTRATIVO, O PLAN IRETOR E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
- 8.39. TV CÂMARA: DEVERÁ CONTER LINK PARA ACESSAR A TRANSMISSÃO DA TV CAMARA DEVERÁ TER LINK DE ACESSO AOS VÍDEOS DO YOUTUBE DA TV CÂMARA. DEVERÁ TER UM ATEGORIA DE NOTÍCIAS SOMENTE PATA TV CÂMARA.
- 8.40. O SITE DEVERÁ ATENDER A RECURSOS DE ACESSIBILIDADE A PORTADORES DE DEFICIÊNC VISUAL COM LINK DE ACESSO PARA IR AO CONTEÚDO DO SITE, ACESSAR O MAPA DO SITE POSSIBILIDADE DE AUMENTAR OU DIMINUIR O TEXTO E MUDAR O CONTRASTE DE PÁGINA OM FUNDO PRETO.
- 8.41. DEVERÁ CONTER LINK PARA ACESSO A CARTILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE A LE 12527/2011 SOBRE ACESSO A INFORMAÇÃO.
- 8.42. DEVERÁ ATENDER A LEI 12527/2011 QUE REGULAMENTO O ACESSO A INFORMAÇÃO
- 8.43. DEVERÁ POSSUIR FORMULÁRIO DE CONTATO COM OPÇÃO DE ESCOLHER O DESTINATÁRI ENTRE CÂMARA(GERAL), ASSESSORIA DE IMPRESSA, TV CÂMARA OU QUALQUEI vereador. Este formulário deverá ser monitorado de acordo com o decreto 4047/99 E LEI 10294/99.
- 8.44. DEVERÁ TER A OPCÃO DE ADICIONAR LINK COMO HOLERITE ELETRÔNICO. DIÁRIO OFICIA DO MUNICÍPIO OU OUALOUER OUTRO OUE A CÂMARA NECESSITE
- 8.45. DEVERÁ EXIBIR A QUANTIDADE DE USUÁRIOS COM O SITE ABERTO NO MOMENTO

# SISTEMA DE VOTAÇÃO: DESCRITIVO SISTEMA DE VOTAÇÃO 9.1. DISPOSIÇÃO GERAL:

- 9.1.1. Ambiente d
- propriedade da Câmara Municipal, a fim de realizar futuras integrações; 9.1.2. Possuir toda a funcionalidade do ambiente Windows, tendo em vista ser o
- sistema operacional adotado e devidamente licenciado pela Câmara; 9.1.3. Possuir "interface" gráfica altamente intuitiva:
  - Permitir a utilização de "mouse" ou sistema "Touch screen"
- 9.16. A base de dados não deve possuir limite de registros;
  9.17. Utilizar a língua portueuesa nara todas executarios.
- 9.1.8. Deverá ser web ou intranet para exibir informações, placares, consultas e coleta
- de votos e inscrições 9.1.9. Deverá apresentar atestado de capacidade técnica que contemple todos os itens do objeto licitado apresentado neste edital, demonstrando experiência projetos iguais ou superiores e atendendo aos requisitos técnicos estabelec
- O sistema deverá ser desenvolvido em interface amigável e deverá funcionar
- com equipamentos sensíveis ao toque (tablets touch). 9.2.2. O sistema deverá permitir o cadastramento de senhas para cada vereador utilizando-se para a identificação dos mesmos durante os procedimentos de
- votação e inscrição para uso da tribuna. Senha deverá ser numérica 9.2.3. O sistema deverá emitir relatório de todos os vereadores com cadastro de
- 9.2.4. Deverá permitir a alteração de senhas quando for necessário no sistem
- administrativo.

  9.2.5. O sistema deverá permitir, quando integrado a um sistema de controle legislativo compatível, a importação de políticos, partidos, legislação, mesas com os seus respectivos membros, comissões com seus respectivos membros, todos os possíveis autores de documentos, sessões e documentos apreciáveis, de orma a evitar retrabalho no cadastramento e facilitar o andamento das sessões. 9.2.6. O sistema deverá permitir, quando integrado a um sistema de controle
- legislativo compatível, a exportação dos resultados das votações para os documentos pertinentes, refletindo sua nova situação (aprovado, rejeitado etc). conforme previsto no sistema legislativo integrado. 9.2.7. O sistema deverá ser totalmente desenvolvido em ambiente web utilizando-se
- 9.2.8. O sistema deverá conter um controle de usuários com suas permissões de
- 9.2.9. O sistema deverá conter opção para definir a prioridade de exibição de ar no sistema, sendo as opções no formato de arquivo word e formato de ar
- 9.2.11. Deverá exibir a descrição do tipo do quórum
- 9.2.12. Deverá possibilitar ou não, o voto do presidente para cada tipo de quórum 9.2.13. Deverá ter para cada quórum, a quantidade mínima de votos para aprovação do
- na deverá conter o dicionário de dados. Deverá permitir a alteração dos
- Termo que aparece na tela tv durante a discussão docu Termo que aparece na tela tv quando o documento est. Signatário do relatório de votação. Termo utilizado na tribuna.

9.2.14. Exceto para o quórum de maioria simples

- 9.2.15.5.
- Termo para os documentos que estão em terceira discussão Termo para os documentos que estão em primeira e

- importadas sendo possível o filtro por Nome da sessão, tipo de sessão, número da sessão, status da sessão, data da sessão ea ainda com opções de ordenação para facilitar a localização de uma sessão específica.

  9.3.2. O sistema deverá permitir a geração de relatório das sessões cadastradas.

  9.3.3. O sistema deverá permitir atualizar a página das sessões sem a necessidade de atualizar a página do navegador.

  9.3.4. O sistema de votação do operador deverá permitir visualizar o roteiro, expediente, ordem do dia e o relatório de votação.
- expediente, ordem do dia e o relatório de votação
- 9.3.5. O sistema de votação do operador deverá permitir a exclusão de uma sessão caso seja necessário. Conforme permissão permitida no cadastro de usuário.

  9.3.6. Ao escolher uma sessão, deverá ser aberto uma tela onde será possível a alteração do roteiro dessa sessão e alteração do script do presidente e alterar a ordem de entrada dos documentos nela contidos para votação
- Ao abrir uma sessão, o sistema deverá permitir o cancelar (fechar a sessão), iniciar e finalizar a inscrição para uso da tribuna, iniciar e finalizar o intervalo regimental, iniciar e finalizar a leitura do roteiro da sessão e ao se terminar os trabalhos, deverá ser feito o encerramento da sessão 9.3.8. O sistema deverá permitir a troca rápida do presidente da sessão caso o presidente precise se ausentar por alguns instantes
- 9.3.9. O sistema de votação do operador deverá conter filtros rápidos de tipo de documentos contidos na sessão, situação desse documento além da data de início de tramitação desse documento. 9.3.10. O sistema de votação do operador, após ter sido clicado em uma sessão, deverá
- exibir uma listagem com todos os documentos contidos nesta sessão com as ações: tipo de documento, número do documento, início do trâmite, Ementa do documento, situação do documento, tipo de discussão além 9.3.11. Ao passar o mouse sobre qualquer documento, este deverá ficar em destaque

dos outros documentos com cor diferente das dos demais documentos e, ao se

clicar em qualquer item da linha do documento da sessão aberta, deverá se possível iniciar e finalizar a leitura desse documento, iniciar e finalizar a discussão esse documento e ainda iniciar e finalizar a votação desse docume 9.3.12. Todas as funções desse sistema influenciarão o comportamento dos seguintes s: Sistema de votação do presidente da sessão, Sistema de votação do

- vereador e Sistema de apresentação da votação para o público sendo essas ações e comportamentos descritos a seguir. **9.3.13.** O sistema deverá permitir iniciar cronômetro no início da discussão de
- documentos. Deverá também ter cronômetro para tribuna e assuntos avulsos Além de permitir o cadastro de várias tribunas. Ao término do tempo deverá tocar som com aviso.
- Deverá permitir a configuração do tamanho texto do cronômetro na tela TV.

  O sistema deverá permitir que cada tipo de documento possua um tempo
- padrão para discussão.

  9.3.16. O sistema deverá permitir realizar a leitura, discussão ou votação em lote de
- documentos do mesmo tipo. 9.3.17. O sistema deverá permitir inicializar e finalizar a inscrição da tribuna
- 9.3.18. O sistema deverá possibilitar o cadastro de uma única tribuna 9.3.19. O sistema deverá possibilitar o cadastro de múltiplas tribunas. 9.3.20. No cadastro deve ter pelo menos os campos descrição, ordem, quantidade
- minutos, tempo mínimo por vereador em minutos, visualização e tempo máximo para inscrição 9.3.21. O sistema deverá permitir a visualização configurável da inscrição da tribuna

máxima de inscritos, tempo em minutos, tempo máximo por vereador em

- 9.3.21. O sistema deverá permitir a visualização configurável da inscrição da tribuna.
  9.3.22. Deverá possibilitar a visualização das seguintes formas:
  9.3.22.1. Todos podem visualizar a inscrição.
  9.3.22.2. Somente o presidente pode visualizar a inscrição.
  9.3.22.3. Somente a mesa diretora pode visualizar a inscrição.
  9.3.22.3. No administrador da tribuna, o sistema deverá permitir a alteração das informações cadastradas, deverá permitir a inicialização e finalização da tribuna, deverá permitir sortear a ordem do uso da tribuna, deverá permitir o cadastro de todos os vereadores na tribuna, deverá permitir a exclusão de todos os vereadores da tribuna, além de permitir visualizar os vereadores cadastrados na tribuna.
- 9.3.24. Na visualização dos vereadores cadastrados na tribuna, o sistema deverá exibir a
- ordem, o nome, a data e hora de cadastro na tribuna e o tempo.

  9.3.25. O sistema deverá permitir a inicialização individual de cada vereador na utilização da tribuna.

  9.3.26. O sistema deverá permitir a exclusão individual de cada vereador na utilização da tribuna.
- tribuna. **9.3.27.** Durante o uso da tribuna, o sistema deverá permitir resetar, pausar e finalizar o
- cronômetro utilizado pelo vereador na tribuna. 9.3.28. O sistema deverá permitir que o vereador possa dispor a palavra a outro
- 9.3.29. Ao dispor a palavra a outro vereador, o sistema deverá exibir a foto de ambos
- vereadores na tela TV. 9.3.30. O sistema deverá iniciar um outro cronômetro para o vereador que está tilizando a disposição da palavra
- 9.3.31. O sistema deverá permitir exibir o cronômetro na tela tv durante a utilização da
- 9.3.32. Deverá permitir que a foto e o nome do vereador sejam exibidos na tela tv
- durante a utilização da tribuna. 9.3.33. O sistema deverá permitir atualizar os registros da tribuna sem a necessidade de atualizar a página do navegador.

- documento na sessão.
- **9.3.41.** O sistema deverá permitir inicializar e finalizar o registro de frequência **9.3.42.** O sistema deverá permitir o cadastro de única frequência na sessão.

- 9.3.45.5. Na visualização da frequência dos Vereadores, o sistema devera exior o nome do vereador, o status da frequência e a data e hora do cadastro.

  9.3.46. O sistema deverá permitir atualizar os registros da tribuna sem a necessidade de atualizar a página do navegador.

  9.3.47. O sistema deverá permitir ao operador pedir o voto do presidente caso
- 9.3.49. O sistema deverá permitir copiar o documento do expediente para a ordem do 9.3.50. O sistema deverá permitir o cadastro de requerimentos automáticos durantes o andamento da sessão.
- 9.3.53. O sistema de votação do operador deve permitir a revisão dos votos, o sistema deverá exibir os votos do documento selecionado, de modo que apareça na tela
- vinculado aos documentos da Sessão na tela do Operador 9.3.55. O sistema deverá permitir o cadastro de tipos de pedidos à copa, devendo conter nome e a quantidade em estoque do item.
- 9.3.56. O sistema deverá permitir o operador alterar o estoque dos itens manualmente.
  9.3.57. O sistema deverá ter uma tela específica pra o acompanhamento das inscrições
- 9.3.60. No campo de situação da tribuna o sistema deverá exibir se o parlamentar já fez
- uso da tribuna, ao usar em tempo real e mostrar caso o uso da tribuna já foi 9.3.61. Caso haja tribunas vinculadas à documentos, o sistema deverá exibir paradamente as inscrições por documentos.
- presidente poderá consultar os inscritos para a tribuna, se inscrever para a tribuna desde que não seja finalizado a inscrição pelo operador, ver o roteiro da sessão na integra e deverá visualizar o roteiro do presidente para a conduta da 9.4.3. Deverá ser configurado se todas as tribunas, permitindo a inscrição
- do operador, na tela do presidente aparecerá um botão para acesso ao mente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema retorna na tela anterior
- presidente. A senha numérica, deverá ser digitada através de 5 botões
- eadores para leitura de textos complementares
- regimento interno desta câmara municipal. 9.4.10. O sistema permitirá a marcação automática de presença dos vereadores após a otação dos documentos do plenário, somente após a validação dos vereas
- tiva para registro, se houver apenas um tipo de presença irá ser ma
- frequência e votação do documento. 9.4.14. Todas as interações realizadas na tela de acessibilidade deverão ser reproduzidas
- 9.4.15. O sistema deverá permitir a inserção da senha uma única vez no terminal do 9.4.16. O sistema deverá permitir ao presidente visualizar os documentos que estão no
- 9.4.17. Deverá ser exision a ordem, o numero, o tipo, o autor, a discussao e a ementicada documento presente no expediente da sessão.
  9.4.18. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do meidevidamente identificado na integra em uma nova aba.
  9.4.19. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento.
- opositura, de maneira que os documentos do mesmo tipo na listagem fiq ssaltados, ajudando na visualização dos mesmos.
- 9.4.22. O sistema deverá permitir ao presidente visualizar os documentos que estão na
- devidamente identificado na integra em uma nova aba. 9.4.25. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento.
- da primeira discussão 9.4.27. O sistema deverá per rmitir ao presidente visualizar o arquivo da lei orgânica do
- 9.4.28. O sistema deverá permitir ao presidente visualizar o arquivo do regimento
  - 9.4.30. Deverá permitir a busca avançada das legislações.

    9.4.31. A busca avançada das legislações deve conter pelo menos os seguintes campos: tipo de lei, data início, data fim, número, número do projeto, palavra-chave.

    9.4.31.1. Deverá exibir a quantidade de leis encontradas.
- 19.4.32. O sistema deverá permitir aumentar e diminuir as fontes dos botões disponibilizados na tela do presidente.
  9.4.33. O sistema deverá permitir a validação de usuário na tela do presidente.
  9.4.34. O sistema deverá conter mecanismo de busca na tela do presidente.
  9.4.35. O sistema também deverá possibilitar utilizar a tela do presidente em tablets e smartphones de forma responsiva.
- 9.4.36. O sistema deverá permitir o zoom na leitura de arquivos no formato de arquivo
- 9.4.38. O sistema deverá exibir o temporizador do tempo restante dos vereadores nscritos na tribuna, mostrando o brasão da câmara, a foto, nome do vereador e
- desde que não seja finalizada a inscrição pelo operador, ver o roteiro da sessão na integra e deverá visualizar o nome e a data da sessão que está sendo
- 9.5.6. Quando a leitura de um documento é iniciada através do sistema de votação do

- 9.3.57. O sistema deverá ter uma tela específica pra o acompanhamento das inscrições de vereadores nas tribunas.
  9.3.58. A tela deverá respeitar as configurações de tribunas, onde somente deverá mostrar os inscritos caso as tribunas estejam habilitadas para mostrar a todos.
  9.3.59. Na tela deverá exibir minimamente as seguintes informações: nomes das tribunas, os vereadores inscritos, tempo disponível para uso da tribuna, data e horário de inscrição na tribuna e situação na tribuna.
  9.3.60. No camo de situação na tribuna e o situação na tribuna.
- 9.4.2. Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o
- individualmente, ou apenas as ativas iram aparecer na tela.
- 9.4.6. Quando um documento estiver em votação e o placar estiver empatado e a votação for finalizada pelo operador, deverá abrir automaticamente sistema de
- 9.4.8. O presidente poderá clicar no texto do roteiro e abrir em outra aba os documentos contidos no meio do roteiro para verificar com maiores detalhes 9.4.9. Também deverá ser iniciado a votação para o presidente nos casos previstos no
- presença automaticamente.

  9.4.12. O sistema deverá disponibilizar tela de acessibilidade para deficientes visuais.

  9.4.13. A tela de acessibilidade deverá permitir a inscrição na tribuna, registro de

em comando de voz.

- 9.4.20. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda
- 9.4.24. O sistema deverá permitir ad presidente visualizar os documentos que estad na ordem do dia da sessão.
  9.4.23. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de cada documento presente no expediente da sessão.
  9.4.24. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo
- documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda scussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos
- Por padrão o sistema deverá exibir todas as leis. Deverá conter paginação para a exibição das leis na listagem 9.4.31.4. Na listagem, o sistema deverá exibir pelo menos as seguintes
- presidente.
- 9.4.39. O sistema permitirá exibir o horário atual na tela do president
- 9.5.3. Deverá ser configurado se todas as tribunas, permitindo a inscrição

- devidamente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema

- atualizar a página do navegador.

  9.3.34. Deverá permitir o uso de tempo mínimo ou máximo dos vereadores, esses tempos deverá ser configurado por cada tribuna previamente.

  9.3.35. Ao iniciar os tempos de tribunas dos vereadores, o sistema deverá permitir o início dos tempos individualmente, permitindo que alguns vereadores usem os tempos mínimos e outros o tempo máximo da tribuna.

  9.3.36. Deverá permitir o cadastro de uma, ou várias tribunas vinculadas à documentos.

  9.3.37. As inscrições na tribuna devem ser separadas por cada documento da sessão.

  9.3.38. Para a inscrição dos vereadores no documento, a tribuna deverá estar ativa e o documento deverá estar em leitura ou discussão. 9.3.39. Para visualização da inscrição da tribuna no documento deverá clicar no
- 9.3.40. Ao fazer usa da tribuna, deverá exibir na tela TV a qual documento o vereador fez inscrição.
- 9.3.42. O sistema deverá permitir o cadastro de única frequência na sessão.
  9.3.43. O sistema deverá permitir o cadastro de múltiplas frequências na sessão.
  9.3.44. No cadastro deve ter pelo menos os campos descrição, ordem, quantidade mínima e visualização.
  9.3.45. O sistema deverá permitir a visualização configurável da frequência dos vereadores. Deverá possibilitar a visualização das seguintes formas:
  9.3.45.1. Todos podem visualizar a frequência.
  9.3.45.2. Somente o presidente pode visualizar a frequência.
  9.3.45.3. Somente a mesa diretora pode visualizar a frequência.
- 9.3.45.2. Somente a mesa diretora pode visualizar a frequencia.

  9.3.45.4. No administrador da frequência, o sistema deverá permitir a alteração das informações cadastradas, a inicialização e finalização da frequência a ea opção de exibir a frequência na tela tv.

  9.3.45.5. Na visualização da frequência dos vereadores, o sistema deverá exibir
- 9.3.48. O sistema deverá permitir a votação secreta dos documento
- 9.3.51. A quantidade de requerimentos deve ser dinâmica, seguindo a configuração 9.3.52. O sistema deverá permitir ativar a alteração do texto da tramitação do documento, o texto da tramitação deverá seguir o turno da votação. Por exemplo: Aprovado em 1ª votação.
- 9.3.54. O sistema deverá permitir a exibição da numeração e tipo de documento
- 9.4. TELA DO PRESIDENTE: 9.4.1. Enquanto uma sessão não for iniciada através do sistema de votação do operador, o sistema deverá ficar em tela de espera sem exibir alguma informação.
- Quando a leitura de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do presidente aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema
- votos com senha deverá abrir automaticamente para a votação de desempate do
- 9.4.11. Quando houver múltiplas frequências o sistema irá pegar a frequência que está
- 9.4.17. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de
- discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão. 9.4.21. O sistema deverá permitir personalização previamente das cores por tipo de
- 9.4.26. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do
- 9.4.29. O sistema deverá permitir ao presidente consultar as legislações cadastrada no
- informações: tipo e número da lei, número do projeto origem, situação da lei, autor, data e ementa.
- word e formato de arquivo PDF, vinculados aos documentos da sessão. 9.4.37. O sistema deverá permitir a solicitação de itens a copa da câmara na tela do
- Enquanto uma sessão não for iniciada através do sistema de votação do operador, o sistema deverá ficar em tela de espera sem nenhuma informação. **9.5.2.** Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o vereador poderá consultar os inscritos para a tribuna, se inscrever para a tribuna
- individualmente, ou apenas as ativas iram aparecer na tela.

  9.5.4. Quando a leitura da sessão for iniciada através do sistema de votação do operador, o roteiro da sessão aparecerá na tela principal do vereador para

autor e sua ementa. Quando a discussão de um documento é iniciada através do sistema de votação 9.5.7. do operador, na tela do vereador aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema retorna na tela anterior que deverá exibir qual documento está sendo discutido, seu autor e sua ementa. Quando um documento estiver em votação iniciada através do sistema de

retorna na tela anterior que deverá exibir qual docu

Quando um documento estiver em votação iniciada através do sistema de votação do operador, o sistema de votos com senha deverá abrir automaticamente para que os vereadores sejam identificados e escolham seus votos. A senha numérica, deverá ser digitada através de 5 botões numéricos. Cada vereador poderá votar somente uma vez em cada votação do documento. O voto será exibido no placar e o placar será exibido na tela do vereador assim pura autenção for finalizado.

O vereador poderá clicar no texto do roteiro e abrir em outra aba os documentos 9.5.9. contidos no meio do roteiro para verificar com maiores detalhes.

9.5.10. A tela do vereador deverá ter abas que ficarão abertas com as informações que o vereador abriu, sem prejudicar a rolagem da pauta da sessão e manter as informações abertas de acordo com a necessidade de cada vereador

9.5.11. O sistema permitirá a marcação automática de presenca dos vereadores após a 9.5.11. O sistema permitirá a marcação automática de presença dos vereadores após a votação dos documentos do plenário, somente após a validação dos vereadores.
9.5.12. Quando houver múltiplas frequências o sistema irá pegar a frequência que está ativa para registro, se houver apenas um tipo de presença irá ser marcado a presença automaticamente.
9.5.13. O sistema deverá disponibilizar tela de acessibilidade para deficientes visuais.
9.5.14. A tela de acessibilidade deverá permitir a inscrição na tribuna, registro de frequência e votação do documento.
9.5.15. Todas as interações realizadas na tela de acessibilidade deverão ser reproduzidas encanado day.

em comando de voz.

9.5.16. O sistema deverá permitir a inserção da senha uma única vez no terminal do

9.5.17. O sistema deverá permitir ao vereador visualizar os documentos que estão no expediente da sessão.

9.5.18. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de

9.5.18. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de cada documento presente no expediente da sessão.
9.5.19. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo devidamente identificado na integra em uma nova aba.
9.5.20. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento.
9.5.21. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da nrimeira discussão.

9.5.22. O sistema deverá permitir personalização previamente das cores por tipo de propositura, de maneira que os documentos do mesmo tipo na listagem fiquen ressaltados, ajudando na visualização dos mesmos

9.5.23. O sistema deverá permitir ao vereador visualizar os documentos que estão na ordem do dia da sessão. 9.5.24. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de

da primeira discussão.

cada documento presente no expediente da sessão.

cada documento presente no expediente da sessão.

9.5.25. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo devidamente identificado na integra em uma nova aba.

9.5.26. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento.

9.5.27. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trámite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão. da primeira discussão.

9.5.28. O sistema deverá permitir ao vereador visualizar o arquivo da lei orgânica do

município. 9.5.29. O sistema deverá permitir ao vereador visualizar o arquivo do regimento interno 9.5.30. O sistema deverá permitir ao vereador consultar as legislações cadastrada no

sistema legislativo 9.5.31. Deverá permitir a busca avançada das legislações. 9.5.31. Deverá permitir a busca avançaua uas regsoaçues.
9.5.32. A busca avançada das legislações deve conter pelo menos os seguintes campos tipo de lei, data início, data fim, número, número do projeto, palavra-chave.

tipo de lei, data início, data fim, número, número do projeto, palavra-chave.

9.5.33. Deverá exibir a quantidade de leis encontradas.

9.5.34. Por padrão o sistema deverá exibir todas as leis.

9.5.35. Deverá conter paginação para a exibição das leis na listagem.

9.5.36. Na listagem, o sistema deverá exibir pelo menos as seguintes informações: tipo e número da lei, número do projeto origem, situação da lei, autor, data e ementa.

9.5.37. O sistema deverá permitir aumentar e diminuir as fontes dos botões disponibilizados na tela do vereador.

9.5.38. O sistema deverá permitir a validação de usuário na tela do vereador 9.5.39. O sistema deverá conter mecanismo de busca na tela do vereador.

9.5.40. O sistema também deverá possibilitar utilizar a tela do vereador em tablets e

smartphones de forma responsiva. 9.5.41. O sistema deverá permitir o zoom na leitura de arquivos no formato de arquivo

ord e formato de arquivo PDF, vinculados aos documentos da sessão 9.5.42. O sistema deverá permitir a solicitação de itens a copa da câmara na tela do

vereador.

9.5.43. O sistema deverá permitir que seja exibido o tipo e o número do documento concatenado ao resultado final da votação.

9.6.TELA DO SECRETÁRIO:

Enquanto uma sessão não for iniciada através do sistema de votação do operador, o sistema deverá ficar em tela de espera sem exibir alguma

informação 9.6.2. Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o

secretário poderá consultar os inscritos para a tribuna, ver o roteiro da sessão na integra e deverá visualizar o roteiro do secretário. 9.6.3. Deverá ser configurado se todas as tribunas, permitindo a inscrição

individualmente, ou apenas as ativas iram aparecer na tela Quando a leitura de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do secretário aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema

retorna na tela anterior. 9.6.5. Quando a discussão de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do secretário aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na integra em uma nova tela. Ao fechar o sistema retorna na tela anterior.

sistema retorna na tela anterior.

O sistema permitirá a marcaão automática de presença dos vereadores após a votação dos documentos do plenário, somente após a validação dos vereadores.

Quando houver múltiplas frequências o sistema irá pegar a frequência que está ativa para registro, se houver apenas um tipo de presença irá ser marcado a presença automaticamente. 9.6.6.

presença automaticamente.

O secretário poderá ter seu roteiro com texto diferente dos re:

vereadores.

9.6.9. O secretário poderá clicar no texto do roteiro e abrir em outra aba os mentos contidos no meio do roteiro para verificar com maiores deta 9.6.10. O sistema deverá permitir ao secretário visualizar os documentos que estão no

9.6.11. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de

cada documento presente no expediente da sessão. 9.6.12. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo devidamente identificado na integra em uma nova aba.

9.6.13. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o doc

9.6.13. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento.
9.6.14. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a sestão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão.

9.6.15. O sistema deverá permitir personalização previamente das cores por tipo de propositura, de maneira que os documentos do mesmo tipo na listagem fiquem ressaltados, ajudando na visualização dos mesmos

9.6.16. O sistema deverá permitir ao secretário visualizar os documentos que estão na ordem do dia da sessão

9.6.17. Deverá ser exibido a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de cada documento presente no expediente da se 9.6.18. Ao clicar sobre o doc nto, o sistema deverá abrir o

devidamente identificado na integra em uma nova aba.

9.6.19. Deverá possibilitar a consulta de mais informações sobre o documento

9.6.20. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o n

documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a

o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão.

9.6.21. O sistema deverá permitir ao secretário visualizar o arquivo da lei orgânica do

9.6.22. O sistema deverá permitir ao secretário visualizar o arquivo do regimento 9.6.23. O sistema deverá permitir ao secretário consultar as legislações cadastrada no

9.6.2.5. O sistenia deverá permitir ao secretario consultar as legislações cadastrada no sistema legislativo.
9.6.2.4. Deverá permitir a busca avançada das legislações.
9.6.2.5. A busca avançada das legislações deve conter pelo menos os seguintes campos: tipo de lei, data início, data fim, número, número do projeto, palavra-chave.

9.6.26. Deverá exibir a quantidade de leis encontradas

9.6.27. Por padrão o sistema deverá exibir todas as leis 9.6.28. Deverá conter paginação para a exibição das leis na listagem 9.6.29. Na listagem, o sistema deverá exibir pelo menos as seguintes informações: tipo e

número da lei, número do projeto origem, situação da lei, autor, data e em 9.6.30. O sistema deverá permitir aumentar e diminuir as fontes dos botões

disponibilizados na tela do secretário. 9.6.31. O sistema deverá permitir a validação de usuário na tela do secretário 9.6.32. O sistema deverá conter mecanismo de busca na tela do secretário.

9.6.32. O sistema deverá conter mecanismo de busca na tela do secretário.
9.6.33. O sistema também deverá possibilitar utilizar a tela do secretário em tablets e smartphones de forma responsiva.
9.6.34. O sistema deverá permitir o zoom na leitura de arquivos no formato de arquivo word e formato de arquivo PDF, vinculados aos documentos da sessão.
9.6.35. O sistema deverá permitir a solicitação de itens a copa da câmara na tela do

9.7.1. Enquanto uma sessão não for iniciada através do sistema de votação do operador, o sistema deverá ficar em tela de espera sem nenhuma informação

9.7.2. Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o público irá visualizar o nome e a data da sessão que está sendo apreciada

9.7.3. Enquanto a sessão estiver aberta e não estiver nenhum documento em leitura discussão ou votação, o sistema deverá permitir a exibição de men exto na tela do público

Deverá permitir o anexo de imagem a mensagem, para exibição na tela do público junto do texto.

Quando a leitura da sessão for iniciada através do sistema de votação do

operador, o roteiro da sessão aparecerá na tela principal do público para acompanhamento da leitura.

9.7.6. Quando o intervalo regimental é iniciado através do sistema de votação do operador, o público deverá ser informado em sua tela dessa informação.

9.7.7. Quando a leitura de um documento é iniciada através do sistema de votação do

operador, na tela do público aparecerá informações do nome da sessão, de qua documento está sendo lido, seu autor e sua ementa.

9.7.8. Quando a discussão de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do público aparecerá informações do nome da sessão, de

qual documento está sendo discutido, seu autor e sua ementa. Quando um documento estiver em votação através do sistema de votação do 9.7.9. perador, deverá aparecer uma relação com os nomes dos vereadores e seu espectivos votos conforme forem votando em tempo real; a identificação do

presidente da sessão naquele momento e um placar com a totalização dos voto

em tempo real. Ao ser finalizada a votação pelo operador, o sistema deveré exibir o resultado da votação mostrando se o documento foi aprovado ou

nome, seu partido, sua foto e o respectivo voto de cada um dos vereadores. 9.7.11. Quando o cronômetro for iniciado, deverá aparecer o tempo do cronômetro contando o tempo de forma decrescente ou crescente, de acordo com as

configurações 9.7.12. O sistema deverá contar com configuração para a formatação do tempo do

cronômetro com o formato Hora:Minutos:Segundos ou Minutos:Segundos 9.7.13. Quando a votação do documento for secreta, deverá aparecer o nome do

ereador e o voto do mesmo não deve ser identificado 9.7.14. Após a finalização da votação deverá ser exibido o resultado final

9.7.15. Ao exibir o documento individualmente ou os documentos em lote em leitura discussão ou votação, o sistema deverá permitir a personalização dos termos o Tela TV pelo próprio contratante, sem necessidade de abertura de solicitação

9.7.16. Por exemplo: mudança de "Em leitura" para "Em discussão especial" na Tela TV.
9.7.17. O sistema deverá permitir a exibição de proposituras em lote na Tela TV, eso função poderá ser usada como sod ocumentos em leitura, discussão ou votação.
9.7.18. A Tela TV deverá exibir minimamente os seguintes dados: tipo de propositura,

numeração, autorias e ementa. 9.7.19. Os documentos deveram ser divididos em blocos, para a melhor visualização, com ajustes de quantos blocos devem ser exibidos por linha 9.7.20. Caso haja muitos documentos, o sistema deverá permitir a ação de "focar", onde

um em específico será documento localizado para exibição na Tela TV 9.8. TELA DE PEDIDOS DA COPA Deverá exibir os pedidos dos vereadores durante a sessão para copa, com a descrição do pedido, incluindo horário, solicitante, quantidade e se já fo

9.8.2. Ao entregue.

9.8.3. Caso não tenha mais um item no estoque, o sistema deverá já retirar os itens do estoque.

9.8.3. Caso não tenha mais um item no estoque, o sistema deverá exibir o item como esgotado na tela dos vereadores.

9.9. VOTAÇÕES DE BANCADAS O sistema deverá possuir um módulo de Votações de bancadas 9.9.2. Será cadastrado previamente no sistema os seguintes dados: o nome da bancada e sua descrição e cor correspondente a bancada.

9.9.3. O módulo de Votações de bancadas deverá possuir integração com o módulo do Operador, para o acionamento de início e finalização de votações 9.9.4. Ao iniciar a votação de uma bancada, o sistema deverá pedir as credenciais dos

vereadores ou validar as já informadas.

9.9.5. Após a validação de usuários, deverá ap rios, deverá aparecer as opções de votos, com o nome e

pos a vanuação de sosalarios, deverá a aparecer as opções de votos, com o nome e rese das respectivas bancadas. sistema deverá permitir a anulação da votação, além de ser necessário a peração do operador para o resultado da votação ser liberado.

módulo de Votações de bancadas deverá possuir integração com o módulo de Tela TV, nde será apresentado a situação dos votos e bancadas durante a votação.

 ANÁLISE DOS RISCOS DE CONTRATAÇÃO
 Em atendimento ao disposto no art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se o Mapa de Riscos da presente contratação, com o objetivo de identificar, avaliar e propor medidas de tratamento aos principais riscos que possam comprometer a boa execução do objeto.

	RISCOS IDENTIFICADOS E EST	RATÉGIAS D	E TRATAMENTO
CATEGORIA	RISCO POTENCIAL	IMPACTO	ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO
JURÍDICO	QUESTIONAMENTOS SOBRE DIRECIONAMENTO/EXCLUSI VIDADE	MÉDIO	JUSTIFICATIVA TÉCNICA NO DFD E PESQUISA DE MERCADO
ORÇAMENTÁRIO	FALTA DE DOTAÇÃO OU ATRASO EM EMPENHOS	ALTO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO
TÉCNICO	SOFTWARE NÃO ATENDER AOS REQUISITOS	ALTO	TERMO DE REFERÊNCIA DETALHADO, PROTÓTIPO/DEMONSTRAÇÃO, CLÁUSULAS DE GARANTIA
OPERACIONAL	INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO/INSTABILIDADE DO PORTAL	ALTO	SLA MÍNIMO (99% DE DISPONIBILIDADE), SUPORTE TÉCNICO 24H
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	VAZAMENTO DE DADOS/FALHA DE PROTEÇÃO	ALTO	EXIGIR CONFORMIDADE COM LGPD, SSL, BACKUPS E CRIPTOGRAFIA
GESTÃO CONTRATUAL	ATRASO NA IMPLANTAÇÃO (20 DIAS ÚTEIS)	MÉDIO	CRONOGRAMA DETALHADO E MULTAS POR DESCUMPRIMENTO
FINANCEIRO	REAJUSTES INDEVIDOS OU CUSTOS EXTRAS	MÉDIO	PREÇO GLOBAL FIXO, REAJUSTE APENAS POR ADITIVO LEGAL
CONTINUIDADE	DEPENDÊNCIA DE ÚNICO FORNECEDOR (LOCK-IN)	ALTO	CLÁUSULA DE ENTREGA DE BASE DE DADOS EM FORMATO ABERTO

O presente Mapa de Riscos evidencia os principais fatores que podem impactar a execução contratual, bem como as respectivas medidas de mitigação adotadas pela Administração. Conclui-se que, diante das estratégias preventivas previstas, a contratação apresenta riscos controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, assegurando a viabilidade, legalidade e eficiência da execução do contrato.

É vedada a subcontratação do objeto contratual

3.14 Do orçamento Sigiloso

4. Do diçamento asginoso Não será adotado o orçamento sigiloso. 5. O objeto possui critérios de inovação elou desenvolvimento nacional sustentável? 3.15. ⊠ Não

3.17. Da Amostragem ⊠ Sim □ Não

3.18. Da indicação de Marca ☐ Sim ☑ Do Parcelamento ☐ Sim ⊠ Não

. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

1.DO LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DOS BENS
1.1. A implantação dos softwares deverá ser realizada em até 20 (dez) dias úteis após assinatura da minuta de contrato, na sede da Câmara Municipal, situada na Avenida Itio Kondo, nº 904, Centro, no município de Nova Londrina/PR, CEP: 87970-000, durante o horário normal de expediente, ou seja, das 08:00 às 12:00, das 14:00 às 17:00 horas Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da

4.2.DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO BEM OU SERVICO

A Contradad, deverá prestar os serviços de acordo com o específicado na proposta de preços, sendo admitida a troca somente mediante expressa autorização da autoridade

competente.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, prestação de serviços executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que as prestações de serviços foram

realizadas em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

Independentemente da aceitação, a empresa prestadora de serviços deverá garantir a qualidade dos equipamentos fornecidos, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o

4.3.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Prestar os serviços sempre que solicitado dentro do prazo estabelecido, contando-se a partir da assinatura da minuta de contrato;
Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas com transporte, impostos, seguros,

taxas, e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado neste Termo de Referência; Responsabilitar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause aos seus prepostos ou terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução dos serviços de instalação e garantia, não recaindo a Câmara Municipal de Nova Londrina, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados

 4.3.4. Responder por quansquer cumos possessos nos locais de entrega;
 4.3.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
 4.3.5. Valvas de cumorimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

4.3.7. Possibilitar a Contratante, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação do Contratante;

quarque sontração ua Contradante; Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela Câmara Municipal; A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade

da licitante vencedora para outros fornecedores, sejam fabricantes, representantes ou 4.3.10. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico

 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21) Modelo de desirale de contracte (al. 1998).
 S.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas

avençadas e as normas da Lei nº 14.134, de 2021, e cada parte respondera pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

5.3.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esce fim

5.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de

providências que devam ser cumpridas de imediato. 5.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá 5.5.Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
5.6.DA FISCALIZAÇÃO
5.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
5.7.FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
5.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que seiam

cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegu resultados para a Administração. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art.

tificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá tificações para a correção da execução do contrato, dete

correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do 5.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o

5.8 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.9. GESTOR DO CONTRATO 5.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratauis, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos

5.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competênçia para tal, conforme o caso.

setor com competência para tal, conforme o caso.
5.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a

secução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos

ntos de liquidação e paga ra a formalização dos procedi dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

6.1.1. Os objetos deste contrato serão dados como recebido conforme

6.1.1. Os objetos deste contrato serao dados como recebido conforme:
6.1.1.1. Os bens ou serviços serão RECEBIDOS PROVISORIAMENTE a partir da data da entrega do objeto solicitado, o fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento, terá um prazo de O5 (cinco) dias úteis para conferência da Nota Fiscal, e da conformidade dos serviços com as específicações contidas no termo de referência, bem como verificar a conformidade com o solicitado na Nota de Empenho.
6.1.1.2. Caso ocorram divergências entre os serviços solicitados e o entregue, o Fiscal do Contrato deverá reistida os solicitars a renosição num prazo máximo de 10 (dez) dias Contrato deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição num prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação formal pela CONTRATADA, às suas custas e sem

prejuízos a CONTRATANTE. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a ento das exigências de caráter

tecnico.

6.1.1.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.1.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento

gestor do contrato.

6.1.1.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.1.1.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.1.1.9. A fiscalização ñão efetuará o ateste da última e/ou únicia medição de serviços até que

sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no

Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021) 6.1.1.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.1.1.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que

6.1.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prej

as especificações constantes neste Termo de Neterencia e na proposta, sem prejuizo da aplicação das penalidades.

2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento

6.1.1.13. Os serviços serão RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente

cobrança.

6.1.1.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. LIQUIDAÇÃO Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobranca equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual

periodo.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o <u>inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de</u>

6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão

o) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e

comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante; 6.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta os sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133

de 2011.
A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão
ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências
impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA № 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, se

ocisiones, punto ao sicer, a sicuação en imeganidade un contratado, seta providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual periodo, a critério do contratante.

6.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser

recebimento de seus creditos.

6.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação intra os. Caso pagamentos serão regularize sua situação intra os. Caso pagamentos serão regularize sua situação intra os. Caso pagamentos serão pagamentos serão regularize sua situação intra os. Caso pagamentos serão pagamentos serão pagamentos serão pagamentos serão pagamentos pagamen

situação junto ao SICAF. 6.3. PRAZO DE PAGAMENTO

lização da liquidação da despesa, conforme seção anteri 6.4. FORMA DE PAGAMENTO

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, icia e conta corrente indicados nelo contratado ou PIX

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabeles legislação vigente. 6.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea "h" da Lei nº 7.1.DO PROCEDIMENTO/MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os requisitos dispostos no Anexo I. 7.2.1. REQUISITOS CONTRATUAIS

Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep) 7.2.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio

de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa juridica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de

verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. 7.2.1.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação

de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

integralmente (100%) atendidas, sendo sua ausência motivo de desclassificação nediata; b) As funcionalidades complementares ou acessórias, cuja ausência não comprometa a

conforme art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021. 9.6.O resultado da Prova de Conceito integrará o processo de julgamento e será registrado em ata própria, com parecer técnico conclusivo sobre a conformidade das funcionalidades

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E JURÍDICA PARA AJUSTE DO PERCENTUAL DE ATENDIMENTO NA PROVA DE CONCEITO Em análise conjunta do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e dos

Pareceres Jurídicos nº 133/2025 e nº 135/2025, observou-se a necessidade de ajuste do rcentual mínimo de funcionalidades operacionais exigidas na Prova de Conceito (PoC) inalmente fixado em 95% (noventa e cinco por cento), para 80% (oitenta por cento) ntendo-se 100% de atendimento obrigatório às funcionalidades essenciais descritas como

votação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de gerenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via

da Câmara Municipal, diário oficial eletrônico, serviços de e-mails, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de

a) Gestão de documentos para Controle Administrativo e legislativo
b) Software completo para votação eletrônica integrado ao sistema
c) Gestão de assinatura eletrônica e digitais para documentos di

Gestão de apoio ao gabinete do vereador integrado com o sistema legislativo e) Site responsivo, que atenda a legislação totalmente integrado com o sistema Legislativo, ouvidoria, e-SIC, Diário Eletrônico e e-mails.

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA O objeto do certame compreende uma solução tecnológica integrada que abrange múltiplos módulos e sistemas correlacionados — gestão legistativa, portal institucional, sistema de votação eletrônica, protocolo digital, transparência pública e suporte técnico continuo — conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

ambientes de hospedagem distintos e protocolos de interoperabilidade, a Câmara Municipal econhece que a exigência de 95% de funcionalidades plenamente operacionais na fase de PoC poderia restringir a competitividade, afastando potenciais fornecedores com soluções

excessivas que frustrem a licitação. A medida visa, portanto, equilibrar rigor técnico e amplitude de participação, assegurando que a futura contratada possua efetiva capacidade de integrar os módulos do

competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos: 6.1.1.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. 6.1.1.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cohranca.

instrumento de cobranca equivalente apresentado expressa os elementos necessários e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da

agência e conta corrente indicados pelo contratado ou PIX.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem
bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação
aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão
cetidos as festa quando de casalização do pagamento en pagamento de constituire de constituir esta constituir de constituir esta constituir de constituir esta constituir esta constituir de constituir esta constituir de constituir esta constituir de constituir esta constituir esta

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio 6.4.6. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de compruvação, por meso de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma FÍSICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO 7.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.2.1.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
7.2.1.1.1. a) SICAF;
7.2.1.1.2. b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
7.2.1.1.3. c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (thiss/), www.portaltarganageris gov.br/ceis/sapress/comp.

majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual

fornecimento similares, dentre outros. 7.2.1.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será

atualizada.
7.2.1.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
7.2.1.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2.1.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante 9. DA PROVA DE CONCEITO (POC) E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DAS FUNCIONALIDADES ara fins de avaliação da aderência técnica e funcional do sistema ofertado, será realizada rova de Conceito (PoC), na qual o licitante declarado vencedor deverá demonstrar o uncionamento efetivo e integrado dos módulos previstos neste Termo de Referência, em mbiente simulado ou real, conforme específicações técnicas constantes dos anexos.

O sistema deverá atender, no mínimo, a 80% (oitenta por cento) das funcionalidades descritas no Anexo II – Requisitos Técnicos e Funcionais, observadas as seguintes condições: a) As funcionalidades classificadas como "ITENS OBRIGATÓRIOS" deverão ser

b) As funcionalidades complementares ou acessórias, cuja ausência não comprometa a integração, operação e segurança do sistema, poderão ser aceitas até o limite de 20% (vinte por cento) de não conformidade, desde que justificadas tecnicamente;
 c) O percentual de 80% é fixado em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, previstos nos arts. 5º, 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021, e conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acordãos nº 2384/25, nº 3744/32 e nº 321/24), resguardando a Administração de riscos contratuais sem restringir a concorrência.
 9.3. A aferição do percentual de atendimento será feita mediante checklist técnico, elaborado pela equipe designada pela Câmara Municipal, com base nos requisitos constantes deste Termo de Referência.
 9.4.A empresa vencedora deverá apresentar relatório técnico comprovando a interoperabilidade, integridade dos dados, desempenho e segurança das informações, observando os parâmetros mínimos de disponibilidade, escalabilidade e continuidade definidos neste Termo de Referência.
 9.5.A não comprovação do percentual mínimo de atendimento ou a inobservância dos itens

9.5.A não comprovação do percentual mínimo de atendimento ou a inobservância dos itens obrigatórios acarretará desclassificação do licitante e convocação do próximo colocado,

10.2.1. O presente processo tem por objeto a: Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site

internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários e importação de banco de dados, sistema de ouvidoria, assinatura eletrônica digital. O sistema deve conter:

f) Software WEB para integrar e modernizar o envio e recebimento de documentos entre a Câmara e Prefeitura integrado ao sistema legislativo. 10.2.2. Trata-se de sistema essencial ao funcionamento administrativo e legislativo da Câmara, caráter contínuo, integrado e ininterrupto, que exige confiabilidade técnica e

Por envolver uma arquitetura de integração entre diferentes camadas de software,

C poderia restringir a competitividade, afastando potenciais fornecedores com soluções uivalentes e plenamente aderentes à necessidade pública. A redução para 80% de funcionalidades operacionais, desde que mantida a rigatoriedade de 100% dos itens essenciais, garante:
a) Avaliação real da capacidade técnica e integração do sistema ofertado;
b) Mitigação de riscos contratuais sem impor barreiras tecnológicas desproporcionais;
c) Possibilidade de melhor análise comparativa entre soluções disponíveis no mercado;
d) Observância ao princípio da competitividade (art. 5º, IV da Lei nº 14.133/2021);
e) Atendimento ao disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, que veda exigências excessivas que frustrem a licitação.

ema legislativo e administrativo, conforme requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência e memorial descritivo

7. Além disso, a adoção do percentual ora ajustado contribui para o atendimento dos principios da economicidade e da eficiência digital, previstos no art. 5º, incisos IV e X, da Lei nº 14.133/2021, ao permitir a seleção de uma solução tecnológica madura, escalável e compatível com as reais necessidades da Câmara Municipal, maximizando o uso dos recursos

públicos e promovendo a modernização da gestão legislativa de forma sustentável e integrada FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

10.8.1. O Parecer Jurídico nº 135/2025 destacou que o percentual de 95% poderia caracterizar exigência desproporcional e comprometer a ampla competitividade, entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exe

entendimento consolidado do irilloulal de Contas do Estado do Parana, exemplinicado nos seguintes precedentes:

a) Acórdão nº 3744/2023 – TCE-PR: recomenda que os critérios técnicos de avaliação em provas de conceito devem ser objetivos, razoáveis e compatíveis com a complexidade do objeto;

b) Acórdão nº 2384/2025 – TCE-PR: orienta que exigências acima de 8% de decembra befores de la exemplação do la provincia do la companya de la compa

desempenho técnico devem estar devidamente justificadas por risco de inexecução sob pena de restrição indevida; c) Acórdão nº 321/2024 – TCE-PR: reconhece a validade da fixação de percentual de 80% como limite técnico mínimo em sistemas integrados, desde que observadas as

funcionalidades essenciais. Assim, a fixação do percentual em 80% encontra amparo nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia, economicidade e planeiamento, previstos nos

arts. 5º, 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas boas práticas preconizada Instrução Normativa nº 01/2024 – TCE-PR (Modelos de Contratação de Soluções de TI).

SEGURANÇA DA ADMINISTRAÇÃO E GARANTIA DE QUALIDADE

A Câmara Municipal de Nova Londrina, ao adotar o percentual de 80%, mantém enamente o controle sobre a qualidade e segurança da contratação, uma vez que:
As funcionalidades obrigatórias (100% de atendimento) permanecem como requisito

eliminatório; b) O sistema deverá ser testado em ambiente real de integração entre módulos, com emissão de relatório técnico de conformidade;

 Permanecem vigentes as cláusulas de responsabilidade técnica, penalidades e garantias contratuais previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021; d) O Termo de Referência define critérios objetivos de interoperabilidade, segurança da

informação e disponibilidade mínima (99.5%), assegurando desempenho e continuidade dos serviços.

wichivação TECNICA DA EXIGÊNCIA

Durante a fase de prova de conceito (demonstração funcional), exige-se que o sistema apresentado atenda, no mínimo, a 80% das funcionalidades previstas no Termo de Referência.

ntual decorre de análise técnica prévia fundamentada nos seguintes ponto a) Integração estrutural dos módulos — O sistema legislativo requer funcionamento simultâneo entre tramitação de projetos, votações eletrônicas, publicação no diário oficial e site institucional. Uma amostragem com menos de 80% das funcionalidades inviabilizaria a aferição real da integração e da interoperabilidade, podendo gerar contratações de soluções incompletas ou não compatíveis com a necessidade

b) Risco operacional e de continuidade – Sistemas parcialmente implementados (abaixo de 70%) demonstram, historicamente, alto índice de falhas, atrasos na migração de

dados e dependência de customizações futuras, comprometendo a continuidade da

publicidade dos atos legislativos.

O Proporcionalidade técnica — O percentual de 80% representa equilibrio entre a competitividade do certame e a garantia de entrega funcional mínima, assegurando que o sistema esteja efetivamente desenvolvido e em condição de implantação.

A nálise comparada — A jurisprudência do TCE-PR (Acórdão nº 3744/23 — Município de Honório Serpa) reconhece que a exigência de 100% de aderência é excessiva e restritiva, mas admite percentuais superiores a 70% desde que justificados tecnicamente. Na Notícia nº 12490/2025 (Município de Guaratuba), o Tribunal reafirmou que percentuais maiores podem ser adotados, desde que fundamentados no ETP e no Termo de Referência.

e) Razoabilidade e eficiência – Conforme os princípios dos arts. 5º, I, IV e X, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve conciliar eficiência e competitividade. Fixar 80% como limite mínimo é tecnicamente necessário para garantir o desempenho inicial do sistema sem inviabilizar a ampla participação de fornecedores.

CONCLUSÃO

 1.12. CONCLUSÃO
 1.21. Diante do exposto, a redução do percentual mínimo de aprovação da Prova de Conceito para 80% constitui medida técnica e juridicamente adequada, alinhada:

 a) A Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º, 11, 12, 18 e 26);
 b) A jurisprudência do TCE-PR;
 c) As recomendações da ATRICON quanto à transparência e padronização tecnológica;
 d) Ca os principios constitucionais da legalidade, eficiência e competitividade.

 1.13. Tal ajuste visa garantir uma contratação segura, eficiente e compatível com o mercado, assegurando à Câmara Municipal de Nova Londrina a implantação de um sistema desistativo interdigado, furçinal e coreo, anto a atender plenamente suas necessidades. legislativo interligado, funcional e coeso, apto a atender plenamente suas necessidades institucionais, com transparência e economicidade. O percentual de 80% é fixado como parâmetro mínimo indispensável à comprovação da efetiva capacidade técnica e funciona do sistema, garantindo o interesse público e a continuidade das atividades legislativa:

Nova Londrina/PR, 04 de novembro de 2025

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LO	NDRINA				
PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA №: 14/2025	DISPENS	DISPENSA FÍSICA №: 08/2025			
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR	PREÇO GLOBAL			
RAZÃO SOCIAL:	•		CNPJ/CPF:		
ENDEREÇO:		BAIRRO:			
CIDADE/UF:	CEP:	1	TELEFONE:		
REPRESENTANTE LEGAL:			CPF:		
RG:	E-mail:				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de ( \_\_) dias corridos Nome do banco indicado para o pagamento: \_

Prazo de entrega/execução: \_\_\_\_ dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

\*Prazo de Garantia: meses, contados da data de apresentação da proposta.

direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

> Local \_ \_ \_ de \_\_\_ de 20 Representante Legal

#### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP

# PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA № 14/2025

DISPENSA FÍSICA № 08/2025

E-mail:

\_\_, subscrito abaixo, DECLARO que a empresa (qualificação da empresa proponente) , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº com sede no endereço , município / , neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, específicamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3º da referida Lei

DECLARO também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990). de de 2024.

> Nome e Assinatura do representante legal ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

# PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA № 14/2025

# DISPENSA FÍSICA Nº 08/2025

A empresa	,	devidamente	inscrita	no	CNPJ	sob	0	nº
	, sediada na Rua				, ns	2		,
bairro	, na cidade de		, com	0	endere	o ele	trôr	nico
	, situada no Estado de	, através	do seu r	epre	entant	e lega	l, in	fra-
assinado, e pa	ara os fins de participação <b>da DISPENSA</b>	FÍSICA Nº 08/2	025, DEC	LARA	sob as	pena	ılida	ides

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma

data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

e CPF nº ....., cuja função/cargo ......, cuja função/cargo ........(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contratato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**VI** - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas - o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo atação direta, bem como em caso de eventual contrataç

Telefon IX - Nomeia e constitui o(a) senhor(a)... onstitui o(a) senhor(a)......portador(a) do CPF/MF sob ...., para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos irno. perigoso ou insalubre e não emprega me 7º da Constituição Federal).

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

Nome e Assinatura do representante legal

### ANEXO VI

CONTRATO ADMINISTRATIVO № ....../2025, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, POR INTERMÉDIO DO

A CAMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, com sede na XXXXXX, na cidade de XXXXX /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXX, neste ato representado(a) pelo Preside xxxxxxxx doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ......, inscrito(a) no CNPJ/ ....., sediado(a) na ..... ...., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... ...... (nome e função no contratado), conforme ato constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_\_\_ e em observância às disposições da <u>Lei nº 14.133, de 1º de abril de</u> 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA OFERTADA	VALOR TOTAL
1		UN				
2		UN				
3		UN				
		UN				
5		UN				
6		UN				
7		UN				
8		UN				
9		UN				
10		UN				
VALOR TOTAL					R\$ 0,00	

O Termo de Referência; O Edital da Licitação; A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA — VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1. O valor total da contratação é de R\$........ (.....)

2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes e execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, evidenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros cessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (<u>art. 92, V e VI</u>)
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da

data da proposta.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluidas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financierios do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas afeirções finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o to e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto ido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecim prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência. 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato; Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das

nedidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado; Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,

meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para

apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despessas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8 0.78, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

comprovação;
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte,

no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores — SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dividad Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS — CRF; e 5) Certidão Negativa de Debitos Trabalhistas — CNDT; 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato; 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormalo u acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual. 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a seguranca de pessoas ou bens de

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação; 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como

as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021); 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021); Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.

124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contrat

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV) Comete infração administrativa, nos terr nos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, o cor der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao

ento dos serviços públicos ou ao interesse coletiv der causa à inexecução total do contrato ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes

Advertência, quando o contratado der causa à inexecuçao parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, \$2º, da e lei nº 14.133, de 2021);
 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, \$4º, da lei nº 14.133, de 2021);
 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alineas "c", ""," "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alineas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, \$5º, da Lei nº 14.133, de 207).

Multa:

1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
i. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cidusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lein. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subtem 12.1, 10% a 30% do valor do Contrato. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do

Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do

valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do nento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a

pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida; a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concrete

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e
orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis
de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos
na Lei nº 12.486, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados
o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com
abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos liícitos previstos neste
Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções
aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de
administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021). O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no

. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021). 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou atar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

contratar são passiveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº 14.133/21.</u>

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em divida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução <u>Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.</u>

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA— DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de cuipa do contrator.

ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as nedidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os <u>artigos 138 e 139 da mesma Lei</u>. 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, coput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vinculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (<u>art. 92, VIII</u>) 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS) EXERCÍCIO CORRENTE (X) ORÇAMENTÁRIA () EXTRA-ORCAMENTÁRIA UNIDADE GESTORA: ÓRGÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CÂMARA MUNICIPAL 01 CÂMARA MUNICIPAL 01. 01 CÂMARA MUNICIPAL 01. 01 OMBANA WUNILIPAL 01 031 0063 2301 3.3.90.40.000 3.3.90.40.000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO — PESSOA JURÍDICA 3.3.3.40.40 66.0000 LOCAÇÃO DE SOFTWARE FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou ressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: 000.000.000-00

CLUSULA DECIMA SEXIA – PUBLICAÇAU

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sitio eletrônico do município, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, 52º, da Lei n. 12.527, de 2011,

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1. Fica eleito o Foro da XXXXXX..., Seção Judiciária de...... para dirimir os litígios que decorrerem ução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme

CPF: 000.000.000-00

Nova Londrina/PR. 00 de xxxxxxx de 2025. PELA CONTRATANTE: Samuel Oliveira de Lima – Presidente CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ PELA CONTRATADA: EMPRESA CONTRATADA TESTEMUNHAS:

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

Eu, [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], inscrito no CPF nº [CPF] e representante legal da empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº [CNPJ], DECLARO, sob as penas da lei, que nenhum dos dirigentes, sócios, administradores ou representantes legais desta empresa possui vínculo de parentesco até o terceiro grau com dirigentes ou agentes públicos do órgão licitante, conforme tabela de dirigentes apresentada na cláusula 2.6.1 do edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que qualquer informação falsa ou omissão poderá resultar na desclassificação do certame e responsabilização civil, administrativa e penal.

> Local, data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_ Carimbo da empresa:

ANEXO VII

"Dirigente" é definido amplamente pelo TCE-PR como qualquer pessoa com influência decisória sobre a licitação ou contrato.

Todos os sócios, administradores e representantes legais das empresas participantes devem declarar a inexistência de vínculo familiar com os dirigentes.

Este modelo é aplicável a todas as entidades municipais: Prefeitura, Câmara, autarquias, fundações e

# EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA PROCEDIMENTO/MODALIDADE: DISPENSA PRESENCIAL № 08/2025 PROCESSO LICITATÓRIO DE CONTRATAÇÃO DIRETA № 14/2025 EDITAL Nº 17/2025

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, diário oficial eletrônico, serviços de e-mails, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de votação eletrônico na Câmara Municipal totalmente integrado ao Site e ao Sistema Legislativo, sistema de gerenciamento e consolidação leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC. (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet; implantação do projeto, treinamento de todos os usuários e importação de banco de dados, sistema de ouvidoria, assinatura eletrônica digital. de ouvidoria, assinatura eletrônica digital.

VALOR ESTIMADO/MENOR VALOR: R\$ 40.418,59 (quarenta mil, quatrocentos e dezoito reais, com

cinquenta e nove centavos). DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: <mark>06/11/2025 às 08h00min</mark> DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/11/2025 às 17h00mir LANCES: 11/11/2025 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN SESSÃO DE JULGAMENTO: 11/11/2025 ÀS 15H30MIN

HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Nova Londrina/PR, no endereço

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Nova Londrina/PR, sito a Avenida Itio Kondo, nº 904, Centro, no município de Nova Londrina/PR, CEP: 87.970-000, através do e-mail licitacao@cmno

drina.eloweb.net/portaltransparencia/2/ no link "aviso de licitações/editais/licitação".

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:

Nova Londrina/PR, 04 de novembro de 2025.

Samuel Oliveira de Lima



### MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNPJ. 76.972.082/0001-06 TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, ELIEL DOS SANTOS CORREA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021, Decreto Municipal 249/2023 de 22/12/2023s, a vista do parecer m vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021, Decreto onclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos

1999/2025 18/2025 c) Modalidade d) Data Homologação 30/10/2025

e) Objeto Homologado Aquisição de mobiliários e afins

07.004.10.303.0010.1.012.4.4.90.52.00.00. - 32518 - EOUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 07.004.10.303.0010.1.081.4.4.90.52.00.00. - 3498 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 07.004.10.301.0010.1.064.4.4.90.52.00.00. - 32518 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fornecedor: CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA - CNPJ/CPF: 49.704.499/0002-98

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Baleão de atendimento com 3 metro de comprimento, 60cm de largura, 80 cm de altura, com 8 gavetas, sendo 4 gavetas de cada lado, com corrediça telescopia de puxador de alumínio, com 2 furos para passar fios	Unidad	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
2	Sala do Conselho Armário de 1,74m de comprimento, 50 cm de profundidade, 2,20 de altura, com prateleira de 18mm interna, com prateleira de 18mm interna, com 4 portas de giro, com puxador de alça, Escrivaninha en L com 2,10m de comprimento, 60 cm de largura, 1,35 de comprimento por 50cm de largura, por 80cm de altura, com 4 gavetas, com corrediça telescopia com 2 portas de guardo por 10 por 1	Unidad	1	R\$ 6.200,00	R\$ 6.200,00
3	Balcão de 3.20m de comprimento por 50 cm de largura, por 90 cm de altura com 8 portas de giro, com 1 divisória no meio, com pé de 10 cm de	Unidad	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00

	altura Escrivaninha de 2.40m de comprimento 80 cm de largura, por 80 cm de altura com 4 gavetas corrediça telescopia				
4	SALA DE MEDICAMENTO Armário de 2,26 comprimento, por 55 de profundidade, por 2,60 altura com 12 gavetas internas e prateleiras de 18mm, com 4 portas de giro com puxador de alqa com pés de 10 em de altura Escrivaninha em L de 1,60 de comprimento por 50 em de largura e 80 em de altura de 1,50 em de comprimento por 60 em de largura por 80 em de altura, com 4 gavetas com corredica telescopia	Unidad	1	R\$ 6.800,00	R\$ 6.800,00
5	ODONTOLOGIA Balcão de 4,20m de comprimento, 60cm de profundidade, 90 cm de altura com 4 gavetas com corrediça telescopia, com 1 lixeira interna, 6 portas de giro, com pedra de granito, com cuba porcelana e rodapé de granito	Unidad	1	R\$ 9.700,00	R\$ 9.700,00

Diamante do Norte, 30 de outubro de 2025

ELIEL DOS SANTOS CORREA PREFEITO MUNICIPAL



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Parariá
(XIP) Pr 76,279 (67/0001-16
(XIP) Pr 76,279 (67/0001-16
(XIP) Pr 76,279 (67/0001-16
(XIP) Pr 76,279 (67/0001-16
(XIP) PR 77/20-000 - Alta Paravá-FR
(XIP) Provid: problègica de provincio de provin

DECRETO Nº. 275/2025

Regulamenta a ordem cronológica de pagamento no âmbito do Município de Alto Paraná e dá outras providências.

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA, prefeito do município de Alto Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

## DECRETA:

Art. 18 Este Decreto disciplina a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Alto Parana, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Art. 2\* Para os efeitos deste Decreto, consideram-se

I - obrigações: todo débito decorrente de contratos, convênios, termos de parceria ou instrumentos congêneres de natureza administrativa;

II – ordem cronológica de pagamento: sequência temporal de liquidação e pagamento das obrigações, baseada na data de exigibilidade ou vencimento;

sua própria dotação orçamentária e pela liquidação de despesas.

Art. 3º A ordem cronológica de pagamento deverá ser respeitada para cada fonte de recurso, organizando-se as obrigações pela data de exigibilidade dentro de cada categoria — fornecimento, locação, serviço ou obra.

Art. 4º O processo de pagamento seguirá os estágios: empenho, liquidação,

Parágrafo único. No caso de recursos vinculados, suas obrigações formarão

Art. 5º A despesa inscrita em restos a pagar não altera a posição da ordem

autorização e pagamento, respeitando a data de exigibilidade para organizar a ordem cronológica.

cronológica de sua exigibilidade, não concorrendo com as liquidações do exercício corrente.

Art. 6º No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

Parágrafo único. Aplica-se o pagamento parcial de que trata o caput nos casos em que haja controvérsia sobre a execução do objeto quanto a sua dimensão, qualidade ou quantidade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prêvia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação Controle

Interno, exclusivamente nas seguintes situações: I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade

II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar,

produtor raral nessos física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas

estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato; IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência,

recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindivel para assegurar a

integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalisticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. O prazo para a comunicação à autoridade listadas no caput deste artigo não poderá exceder a 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do evento que motivou a alteração da ordem cronológica de pagamento.

Art. 8º A ordem cronológica não se aplica aos pagamentos referentes a: I - diárias, adiantamento de viagem e inscrições em cursos de aperfeiçoamento

II - folha de pessoal, despesas previdenciárias, encargos sociais e remuneração de estagiários contratados mediante convénios:

III - parcelas indenizatórias de verbas salariais: IV - serviços prestados mediante concessão, como energia elétrica, água

tratada e esgoto, telefonia e comunicação de dados; V - seguro obrigatório e opcional de veículos, taxas anuais de licenciamento e

VI - obrigações tributárias, serviços da divida pública, precatórios, decisões

judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões dos Tribunais de Contas; VII - auxílios financeiros, contribuições, subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições; e

VIII - rateio pela participação em consórcio público.

Art. 9º A ordem cronológica de pagamento, por fonte de recursos, está disponível no portal da transparência em Despesas Públicas > Ordem Cronológica de Empenhos a Pagar.

Art. 10. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização

Art. 11. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Finanças em conjunto com o Controle Interno

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação Alto Paranà, 04 de novembro de 2025







#### DECRETO Nº. 274/2025

Regulamenta os restos a pagar no âmbito do Município de Alto Paraná e dá outras providências.

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA, prefeito do município de Alto Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Art. 1º No encerramento do exercício financeiro serão inscritas em Restos a Pagar as despesas empenhadas naquele exercício e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se como:

ido-se como: 1 - processados: que foram liquidadas e não pagas; e II - não processados: aquelas despesas empenhadas e não liquidadas.

§ 1º Os Restos a Pagar não Processados (RPNP) serão inscritos, por solicitação fundamentada pelo responsável de cada órgão, entidáde ou unidade orçamentária, mediante autorização do ordenador de despesas, até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercicio, por fonte de recursos, obedecida a ordem crunológica dos empenhos correspondentes.

§ 2º O Ordenador de Despesa deverá atentar para que, ao final do exercício iro, a despesa empenhada esteja limitada ao total da respectiva disponibilidade

§ 3º A solicitação de inscrição de restos a pagar não processados será mediante oficio, com indicação de ordem cronológica.

 $\S$ 4° As despesas liquidadas deverão ser pagas, preferencialmente, até o último día útil do ano financeiro.

Art. 2º As despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados, que não forem l\u00edquidadas at\u00e0 30 de junho do ano subsequente, ter\u00e1o os saldos remanescentes de empenhos cancelados no dia 1º de julho, observado o cumprimento dos limites constitucionais e legals.

§ 1º Em caso de comprovada necessidade de liquidação em data posterior a 30 de junho, deverá ser encaminhado à Divisão de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Finanças, pelo responsável da respectiva despesa, oficio devidamente justificado até o dia 15 de junho, com a previsão atualizada de liquidação da despesa. Art. 3º Os Restos a Pagar Processados (RPP) somente poderão ser cancelados

§ 1º Para seguir com o cancelamento de Restos a Pagar Processados, deverá ido à Divisão de Contabilidade, o Processo Administrativo, e despacho do ordenador de despesas.

Art. 4º Após o cancelamento da inscrição das despesas com Restos a Pagar, pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação orçamentária destinada a despesas de exercícios anteriores.

Parágrafo único. Somente após o reconhecimento da dívida pela autoridade competente, por processo administrativo específico, as despesas que não tenham sido processadas na época própria e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercicio serão classificados como despesas de exercícios anteriores.

Art. 5º Os Secretários Municipais, os responsáveis pelas entidades da administração indireta e ordenador de despesa são responsaveis pelas entidades da administração indireta e ordenador de despesa são responsáveis pela observância do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria de que trata este Becreto, em especial na Lei Federal n 4.320, de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, assim como na Lei de Diretrizes Oeçamentârias e Lei Orçamentária Anual de cada exercício financeiro.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná, 94 de novembro de 2025. Claudemir Jóia Pereira



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná CNPJ N° 76.279.9670001-16 Rua José de Anchieta, 1641– Fone Fax: (44)347-1122 – Cx. Postal 61–CEP:87750-000 - Alto Paraná-PR  $E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br-planejamento@altoparana.pr.gov.br\\ http://www.altoparana.pr.gov.br\\$ 

### PORTARIA Nº. 1099/2025

Claudemir Jóia Pereira, Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.039/2019;

# RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Secretário de Planejamento e Infraestrutura, Gabriel Henrique de Oliveira Santos, Matrícula 211658/02, RG: 10.3\*9.\*2\*-0, 1 (uma) diária em razão de sua ida à Curitiba - PR, para acompanhar o Prefeito em assuntos pertinentes ao Município, bem como, em busca de novos recursos.

Parágrafo único: O secretário está em Curitiba-PR no dia 05 de novembro, com saída no dia 05 às 03:00h e retorno no dia 06 de novembro às 03:00h.

Art. 2º O deslocamento será realizado em veículo oficial da frota municipal.

Art. 3º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 719,05 (setec e dezenove reais e cinco centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.039/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Alto Paraná-PR, 05 de novembro de 2025

CLAUDEMIR ( A JOIA PEREIRA:5970 PEREIRA:59702//0-Dados: 2025.11.05 11:13:53 -03'00'

Claudemir Jóia Pereira Prefeito Municipal



### Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá Estado do Paraná

Resolução nº 05, de 05 de novembro de 2025.

Abre no corrente exercício de 2025, Crédito Adicional Suplementar, para reforço de dotação orçamentária no orçamento do Poder Legislativo Municipal e da outras

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu, MILTON FELICIANO FERREIRA JÚNIOR, sanciono a seguinte resolução.

Artigo 1º - Abrir no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil quatrocentos reais), para atender as seguintes dotações:

Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ 01.001 LEGISLATIVO MUNICIPAL/CÂMARA MUNICIPAL Programa 1 - PROGRAMA DO PROCESSO LEGISLATIVO; Atividade 2.001 - Manutenção dos Serviços Legislativo; Elemento 12 - 3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Infr

Artigo 2º - Como recurso para atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º da presente Lei, fica cancelada (art. 43, § 1.º, Inciso III, da Lei 4.320/64), parcialmente, a seguinte

Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ; 01.001 LEGISLATIVO MUNICIPAL/CÂMARA MUNICIPAL; rama 1 - PROGRAMA DO PROCESSO LEGISLATIVO: Atividade 1.185 - Remodelar e reequipar o prédio do Legislativo Municipal; Elemento 2 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente

Artigo 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em

Câmara de Santo Antônio do Caiuá, em 05 de novembro de 2025. MILTON FELICIANO FERREIRA JÚNIOR



#### CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ Praca Rui Barbosa, nº 213 - Fone (44) 3447-1298 CEP: 87.750-000 - Alto Paraná - Paraná

# PORTARIA Nº 36/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, da Lei Municipal nº 2.813/2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Cristina Kivoko Yshirano, matrícula 690, duas diárias e meia, no valor de R\$ 2.396,85 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), em razão de participação no 9º Fórum Paranaense de Contabilidade, Finanças e Controles Aplicados ao Setor Público, organizado pela Comissão do Contador Público do CRC-PR, de 12 a 14 de novembro de 2025, no Auditório do Conselho Regional de Contabilidade, Rua XV de Novembro, nº 2987, Alto da XV, Curitiba-PR.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, 4 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

José Nilton Marques Rodrigues

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMBOARA Praça Isabel M. Beltrame, 2000 – CEP: 87760-000 – (44) 3460-1170

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE TAMBOARA, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica, com INVERSÃO DE FASES, e critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO SEXTAVADO NO PROLONGAMENTO DA AVENIDA PARANÁ E <u>ESTRADA BARALDI, EM UMA EXTENSÃO DE 2,75 KM, ABRANGENDO O</u> <u>SEGMENTO DA ESTRADA RURAL QUE LIGA O MUNICÍPIO DE</u> TAMBOARA À CIDADE E À RODOVIA PR-492 NO MUNICÍPIO DE TAMBOARA, ESTADO DO PARANÁ; sendo o fim de recebimentos de propostas as 09h00min do dia 25/11/2025 e abertura da sessão de disputa às 09h00min do dia 28/11/2025. Informamos que a íntegra do Edital se encontra disponível no site: www.tamboara.pr.gov.br na aba "licitações" e em www.bnc.org.br. Tamboara-PR, 05 de novembro de 2025.



Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá Estado do Paraná

#### TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 04/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, inscrito em Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica com o CNPJ/MF sob o nº 01.589.918/0001-80 sediada na Praça Pioneiro Primo Rossato nº. 405, centro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente, MILTON FELICIANO FERREIRA JÚNIOR, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito em Registro Geral sob o nº \*.870.\*\*\*-9/SSP-PR e CPF sob nº \*\*\*,686.189.\*\*\*, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SISCOM - SEGURANÇA E TECNLOGIA LTDA, inscrita em Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF sob o nº 15.472.610/0001-65, sediada na rua Cabo Alberto Bernadini de Aragão, n.º 251, sala 01, em Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Sócio Proprietário Sr. MARCIO FRANCISCO DE AGUIAR, têm entre si, justo e contratado, o presente instrumento, que se rege pela Dispensa de Licitação nº 03/2024, pela legislação pertinente, com as alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições a seguir

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo tem por objeto apostilar o Contrato nº 04/2024, com a finalida<mark>de</mark> de atualizar o valor cont<mark>rat</mark>ual, ante a revisão geral, em conformidade com o disposto na Clá<mark>usu</mark>la Segunda do referido contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente apostilamento é realizado com fundamento, conforme o caso, art. 135, §8°, da Lei Federal nº 14.133/2021), que dispõe sobre a possibilidade de atualização dos valores contratuais e demais alterações que não impliquem modificação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

Ficam apostiladas no contrato original as seguintes informações: "Contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento de alarme 24 horas, com câmeras de segurança e motor para portão, por meio de comodato, em atendimento à Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá". Fica atualizado o valor mensal do contrato, passando de R\$ 1.994,00 (um mil, novecentos e noventa e quatro reais) para R\$ 2.098,28 (dois mil, noventa e oito reais e vinte e oito centavos), pela aplicação do índice de 5,23 de acordo com IPCA, em conformidade com o anexo encaminhado pela empresa.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

ecem inalteradas as disposições quanto a vigência do instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSICÕES GERAIS: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 04/2024, que não contrariem o presente Termo de Apostilamento. E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de

igual teor e forma, na presença de testemunhas. Santo Antônio do Caiuá - PR, 10 de outubro de 2025.

> MILTON FELICIANO FERREIRA JÚNIOR CONTRATANTE

SISCOM – SEGURANÇA E TECNLOGIA LTDA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.483.230/0001-58 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

SITE: www.pmsac.pr.gov.br E-MAIL: licitacao@p



PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA - CREDENCIAMENTO Nº 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá, por meio do Departamento Municipal de istração, torna público o resumo da 1ª Sessão de Abertura de Envelopes do Credenciamento nº 08/2025, realizada em 03 de novembro de 2025, às 09h, destinada ao credenciamento de empresas sepecializada para a prestação de serviços médicos, compreendendo Plantão Médico de 12 horas, Diretor Clínico e Sobreaviso, para atendimento de pacientes da Rede SUS no âmbito da Secretaria

Foram protocolados 16 envelopes, sendo habilitadas 14 empresas e 2 empresas inabilitadas por ausência de documentação obrigatória. O credenciamento permanece aberto para novos interessados, conforme art. 79, § único, I, da Lei 14.133/2021.

Fica aberto a partir da publicação do Diário do Noroeste (https://diariodon (06/11/2025) o prazo recursal de 03 (três) dias úteis a contar da data de publicação deste extrato, para manifestação via e-mail institucional: licitacao@pmsac.pr.gov.br. No horário de expediente das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

Após o decurso do prazo e eventual análise de recursos, será divulgada por meio de comunicado no site oficial do Município: www.pmsac.pr.gov.br no menu "LICITAÇÕES" a data da próxima sessão para realização do sorteio entre as empresas habilitadas.

A Ata Completa da Sessão, bem como toda a documentação de habilitação e propostas apresentadas, estão disponíveis no site oficial do Município: <a href="https://www.pmsac.pr.gov.br">www.pmsac.pr.gov.br</a>.

Santo Antônio do Cajuá - PR, 05 de novembro de 2025.

FLÁVIO FONSECA – AGENTE DE CONTRATAÇÃO Documento original assinado nos autos do Processo Licitatório



# MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Termo Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico 112/2025

#### O Sr. CARLOS ALBERTO VIZZOTTO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 2000/2025. Homologa e Adjudica

Nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMAS (RECAPAGENS) E CONSERTOS (VULCANIZAÇÃO) DE PNEUS DE VEÍCULOS MUNICÍPIO PARAÍSO DO NORTE - CONFORME ANEXO I., Pregão Eletrônico nº. 112/2025, os participantes:

2 RESSOLAGEM DE PNEU 14.00 X 24 DESENHO L 3 Unidade serviço 8 R\$ 3.790,0000 R\$ 30.320,00

Unidade Marca Qtde Valor Unitário

Valor Total

115029 - INDUSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA - EPP

10455 - DENIPOTTI & DENIPOTTI COMERCIO E RE					37 1 T 4 1
tem Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor	Valor Total
				Unitário	
5 RESSOLAGEM DE PNEU 12.5 X 80 X18	Unidade	serviço	2	R\$ 1.994,0000	R\$ 3.988,00
6 RESSOLAGEM DE PNEU19.5X24.	Unidade	serviço	2	R\$ 4.194,0000	R\$ 8.388,00
14 VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19.5X24	Unidade	serviço	2	R\$ 797,0000	R\$ 1.594,00
			Total d	lo Fornecedor:	R\$ 13.970,00
79900 - J P BELEZE					
tem Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor	Valor Total
				Unitário	
1 RESSOLAGEM DE PNEU 17.5 X 25 DESENHO L 3	Unidade	serviço	1	R\$ 4.298,0000	R\$ 4.298,00
3 RESSOLAGEM DE PNEU 14.9X24.	Unidade	serviço	6	R\$ 2.492,0000	R\$ 14.952,00
4 RESSOLAGEM DE PNEU 18.4X34.	Unidade	serviço	4	R\$ 4.492,0000	R\$ 17.968,00
7 RESSOLAGEM DE PNEU 12.4X24	Unidade	serviço	2	R\$ 2.195,0000	R\$ 4.390,00
8 RESSOLAGEM DE PNEU 18.4X30	Unidade	serviço	4	R\$ 4.399,0000	R\$ 17.596,00
9 RESSOLAGEM DE PNEU - MEDIDAS 800X18	Serviço	serviço	2	R\$ 977,0000	R\$ 1.954,00
10 VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17.5X25	Unidade	serviço	4	R\$ 747,0000	R\$ 2.988,00
11 VULCANIZAÇÃO PNEU 18.4X34	Unidade	serviço	4	R\$ 849,0000	R\$ 3.396,00
12 VULCANIZAÇÃO DE PNEUS 14.9 X 24.	Unidade	serviço	4	R\$ 699,0000	R\$ 2.796,00
15 VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.4X24	Unidade	serviço	4	R\$ 899,0000	R\$ 3.596,00
16 VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18.4X30	Unidade	serviço	2	R\$ 999,0000	R\$ 1.998,00
17 VULCANIZAÇÃO DE PNEU 800X18.	Unidade	serviço	2	R\$ 662,0000	R\$ 1.324,00

Paraíso do Norte, 05 de novembro de 2025.

CARLOS ALBERTO VIZZOTTO Prefeito Municipal

230870 - JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR LTDA

#### MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Compras e Contrato Termo Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico 101/2025 Processo Administrativo 187/2025

O Sr. CARLOS ALBERTO VIZZOTTO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 2000/2025.

### Homologa e Adjudica

Nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto AQUISICÃO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROUND INFANTIL MODULAR INTERNO CONFORME TERMO DE REEFRENCIA., Pregão Eletrônico nº. 101/2025, o participante:

	- LOTE Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PLAYGROUND	INFANTIL			Flex Equipmen	1	R\$ 43.900,00	R\$ 43.900,00
	INTERNO,	COM DE 8.	DIMENSÕES 25 M DE					
	APROXIMADAS COMPRIMENTO							
	2,00 M DE ALT							
	COM ESTRU		EM FERRO					
	GALVANIZADO							
	ESPESSURA M							
	CONEXÕES PAR 50X50 - 2.00							
	PARAFUSOS		OBROCANTES					
	GALVANIZADOS		MADEIRA					
		NAVAL	DE 17 MM					
	REVESTIDA CO							
	EPEX ANTICHAN							
	1.100 COLORIDA EPEX ANTICH							
	PROTEÇÃO FIO							
	COM TRATAME							
	SOLARES. COMP							
	ESCORREGADOR							
	VIDRO REFORÇ COAT ORTOSTÁ							
	DUPLO EM FIBR							
	BOLINHAS COM							
	DE 4.500 BOLINE							
	COM GRAMA S							
	OBSTÁCULOS, I SACO DE	NCLUINDO PANCADAS						
		TÚNEL D						
	CAIXOTE DE							
	PASSAGEM E	ESCALAD	A. TODA A					
	MADEIRA ONDI							
	CONTATO, SEJA BRINCAR, DEV							
	INICIALMENTE							
	EPEX 10MM ANT							
	SEGURANÇA E	CONFOR	TO. APÓS A					
	APLICAÇÃO DA							
	TANTO A ESPUN DEVERÃO SER							
	KP1100 (LONA							
		IA FABR						
	BRINQUEDOS		INFLÁVEIS,					
	ASSEGURANDO							
	RESISTÊNCIA. T COMPÕE O PLA							
	REVESTIDA C							
	ANTICHAMAS,		ORCIONANDO					
_	PROTEÇÃO C	ONTRA A	CIDENTES A	9	1	1	1	1
1			1 REVESTIDA	S				
1	DEVERÃO	SER FE	XADAS COM	М				
Ī			CAS GT-390 S				1	
1		ABRICADAS IFICAÇÃO	EM NYLON 6. UL 94UV-2					
			4, GARANTIND		1		I	
			DURABILIDAD				1	
	AO CONJUN	TO. O	EQUIPAMENTO	0			1	
1			E INSTALADO				1	
1			PRONTO PARA				1	
			NORMAS D			1		
	SEGURANCAV	/IGENTES /	NBR 16071) COM					
		/IGENTES (1 ATÓXICOS	NBR 16071), COM E LAUDO					

Paraíso do Norte, 05 de novembro de 2025

CARLOS ALBERTO VIZZOTTO Prefeito Municipal



### MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ/PR



LICITANET

PROCESSO LICITATÓRIO 104/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFETIO MUNICIPAL, HOMICIOA, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da La 17 d 14.1332021, o resultado do procedimento inclatión em legipida, o postelo d: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICTAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAMÁRPI, EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARAMÁ

Fornecedor: JE PUBLICACOES LTDA - 07.396.115/0001-96

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ.	Economia R\$
1	1.500,00	CENTÍMETRO/COLUNA	SERVI	SERVI	R\$ 12,00	R\$	R\$ 21,60	R\$	44,44	R\$ 9,60
			ÇO	ÇO		18.000,00		32.400,00		

Subtotal Adjudicado R\$ 18.000,00 Subtotal Orçado: R\$ 44,4444 R\$ 32.400,00 % 14.400,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicade Total Orçado Economia %

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postai nº 01
Fone/Fax 0xx44 3445-8150 – CNPJ 76.238.435/0001-30
E-mail www.saojoaodocaiua.pr.gov.br CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE

REFERÊNCIA TERMO DE INEXIGIBILIDADE № 030/2025 CONTRATO Nº 239/2025

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO SO CAIUÁ
CNPJ	76.238.435/0001-30
CONTRATADO	MARCOS FRANQUI SMECELATO.
CPF DO CONTRATADO	208.480.139-72
OBJETO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ/PR, QUE SERÁ UTILIZADA PARA
	ARMAZENAMENTO, MANUZEIO, E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS À POPULAÇÃO, CONFORME NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA DO CONTRATO 04/11/2025 VALOR DO CONTRATO R\$ 16.140,00 (Dezesseis mil cento e quarenta reais). DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA CONFORME ANEXO NO CONTRATO DEMAIS CONDIÇÕES

> STEFAN TOMÉ PAUKA PREFEITO MUNICIPAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01 Fone/Fax 0xx44 3445-8150 – CNPJ 76.238.435/0001-30 E-mail www.saojoaodocaiua.pr.gov.br CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2025

DATA: 05 DE NOVEMBRO DE 2025

	DATA: 03 DE NOVEMBRO DE 2023
FUNDAMENTO LEGAL	INCISO IV (a) DO ARTIGO 75 DA LEI 14.133/21
OBJETO	DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
	ESPECIALIZADA NA REVISÃO PREVENTIVA DO VEÍCULO HYUNDAI
	HB20 CONFORT 1.0 – TBG 3F09, PERTENCENTE A FROTA DESTE
	MUNICIPIO, SOB RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO
	MUNICIPAL DE SAÚDE.
ORIGEM	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ
CNPJ	76.238.435/0001-30
ENDEREÇO	RUA DOM PEDRO II, 800 – CEP 87.740-000 – SÃO JOÃO DO CAIUÁ
	– PR.
DESTINO	LOVAT VEÍCULOS S/A
ENDEREÇO	AVENIDA COLOMBO, ZONA 07 – MARINGÁ/PR - CEP: 87030-120
CNPJ	08.570.849/0001-02
VALOR	R\$ 713,69 (Setecentos e treze reais e sessenta e nove centavos).
DOTAÇÃO	CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO.
ORCAMENTÁRIA	

STEFAN TOMÉ PALIKA



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

ESTADO DO PARANA
Avenida Tapejara, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fone: (044) 3431-8000 - CNPJ: 75.476.556/0001-58
paraisodonorta\_atende net - e-mail\_comprass@paraisodonorte\_pr\_gov\_br
e-mail\_litilitae.or@paraisodonorte\_pr\_gov\_br

PROCESSO DIGITAL № 2046/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 218/2025 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO № 118/2025 DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA

O Prefeito do Município de Paraíso do Norte em exercício comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 1561/2023 e 1576/2023 e demais legislações aplicáveis, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e que a abertura se dará no dia 21/11/2025 – as 08h30min. ENDEREÇO: https://www.licitanet.com.br. OBJETO: LOCAÇÃO DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA EM CHAPA METALICA PARA FECHAMENTO DO ESPAÇO DO VENTO FESTA DAS NACÕES. CONSEQUAR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABEL ECIDAS NO TERMO NAÇÕES - CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Administração do Município, denominado Pregoeiro. O edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados junto ao Departamento de Administração - Divisão de Compras e Patrimônio, na Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, sito a Avenida Tapejara, nº 88, durante o horário normal de expediente, das 8h às 11h e das 13h às 17h. A cópia do edital poderá ser solicitada pelos eexpetiente, tas na si fili e da i fili as compras@paraisodonorte.pr.gov.br; ou ser baixada na plataforma de Pregão Eletrônico https://www.licitanet.com.br, ou ainda no site do Município: paraisodonorte.atende.net, no foone Licitações. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Tapejara nº 88, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Paraíso do Norte, 05 de novembro de 2025.

Carlos Alberto Vizzotto Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE ESTADO DO PARANÁ
Avenida Tapejara, S8 - CFB 87.780 - 000 - Fone: (104) 4313-8000 - CNPJ: 75-476-5560001-58 paraisodonorte atende net - e-mail [incleas/ipanaisodonorte pr gov. hr

PROCESSO DIGITAL N° 1844/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 207/2025
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 119/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE
EXCLUSIVO MPE'S PARAÍSO DO NORTE

O Prefeito do Município de Paraíso do Norte em exercício comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 1561/2023 e 1576/2023 e demais legislações aplicáveis, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, e que a abertura se dará no dia 19/11/2025 – às 08h30min. ENDEREÇO: <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a>, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE LANCHES E BEBIDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES – CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Administração do Município, denominado Pregoeiro. O edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados junto ao Departamento de Administração - Divisão de Compras e Patrimônio, na Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, sito a Avenida Tapejara, nº 88, durante o horário normal de expediente, das 8h às 11h e das 13h às 17h. A cópia do edital poderá ser solicitada pelos e-mails: compras@paraisodonorte.pr.gov.br; licitacao@paraisodonorte.pr.gov.br; ou ser baixada na plataforma de Pregão Eletrônico https://www.licitante.com.br, ou ainda no site do Município: paraisodonorte.atende.net, no leone Licitações. Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Tapejara nº 88, nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo nermanecerão com vista franqueada aos interessados. autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Paraíso do Norte, 05 de novembro de 2025.

> Carlos Alberto Vizzotto Prefeito Municipal



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado de Paraná
CNPJ NP 76.279.967/0001-16
Rus José de Anchieta, 1641-Fene/Na: (40)447.1122-Cx. Postal 61-CEP: 87750-000-Alto Paraná-FR.
E-mail: <u>pnalicor/Baltoparana.pr.gov.br</u> - http://www.altoparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 1090/2025.

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9º, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

### RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor no cargo de motorista, Cleber Ribeiro, matricula nº8419/01, uma diária, em razão ao transporte de paciente.

Parágrafo único O referido servidor, realizou transporte para cidade de Curitiba – PR, com salda no día 03/11/2025 as 22:00h e retorno previsto no día 04/11/2025 as 22:00h.

Art. 2º O deslocamento foi realizado em veículo oficial municipal, sendo utilizado o automóvel Fiat Cronos, de placa TAQ-7J35.

Art. 3º O valor total de uma diária é de R\$ 719,05 (setecentos e ver reais e cinco centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 04 Novembro de 2025. Claudemir Jóia Pereira Prefeito Municipal 18° Gestão Administrativa



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná. CNPJ Nº 08.533, 952/0001-01 int de Anátria, 535 - Fone Fas, 16447-335 - Cx. CIP #7794-00 Alto Pa il: genaticos di attobalisma or gos de . http://www.altopsasna.ps

PORTARIA Nº. 1091/2025.

O Prefeito do Município de Alto Parană, Estado do Parană, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal n° 3.079/2019;

# RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor no cargo de motorista. Paulo Henrique s matricula nº9614-01, uma diária, em razão ao transporte de paciente.

Parágrafo único O referido servidor, realizará transporte de paciente para a cidade de Curitiba - PR com saida no dia 04/11/2025 às 22.00h e retorno previsto para o dia 05/11/2025 às 23:00h.

Art. 2º O destocamento será realizado em velculo oficial municipal, sendo utilizado o automóvel Fiat Cronos, de placa TAQ-7J31,

e dezenove reais e cinco centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019; Art. 3º O valor total de uma diária autorizada é de R\$ 719,05 (se

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Parana-PR, 04 de Novembro de 2025.



# PREFEITURA MUNICIPALS DE ALTO PARANÁ

Estado do Parana. CNPJ Nº 08.533.932/0001-01 chica.1535-foneTaxx-HHHT.3285-0x. CEP-87750-000 Alto-Par-topr@altoparana.pr.gov.br- http://www.altoparana.pr.

PORTARIA Nº. 1101/2025.

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legals, com fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal n° 3.079/2019;

# RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, no cargo de Cirurgião dentista 40h, Marcio Yamamoto, matricula nº 1-1082001, 4 (quatro diárias), em razão de Participação em agenda institucional junto ao Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e gabinetes parlamentares, em Brasilia/DF, no período de 10 a 14 de novembro de 2025. Saída no dia 10/11/2025 ás 03:00h e retorno previsto no dia 14/11/2025 ás

Parágrafo único A viagem tem por finalidade a realização de reuniões técnicas e tratativas administrativas voltadas à ampliação, qualificação o financiamento das ações municipais de saúde, com atenção especial à Saúde Bucal

Art. 2º O deslocamento será realizado em veículo oficial da frota municipal.

Art. 3º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 4.649,84 (que seiscentos e quarenta e nove reais e citenta e quatro centavos), conforme no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Alto Paraná-PR, 05 de Novembro de 2025.

CLAUDEMIR
JOIA
JOIA
PEREIRA:59702
770963

Assiruado de forma
digital cor
CLAUDEMIR JOIA
GUALDEMIR JOIA
Dados: 59702770
Dados: 2025.11.05
13:28.44 93707 Claudemir Jóia Pereira Prefeito Municipal 18º Gestão Administrativa



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná

Estado do Paraná

10x de Archina 1515-Fone Facel Hall T. S. C. CEP 87750-000 Alto Panal-PR

ail: pmaltoprili altoparana pragor br-http://www.altoparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº. 1100/ 2025.

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal nº 3.039/2019;

### RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, no cargo de Secretário Municipal de Saúde 40h: Felipe País Pereira, matricula nº 1-21172301, 4 (quatro diárias), em razão de Participação em agenda institucional junto ao Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e gabinetes parlamentares, em Brasilia/DF, no período de 10 a 14 de novembro de 2025. Saída no dia 10/11/2025 às 03:00h e retorno previsto no dia 14/11/2025 às 03:00h.

Parágrafo único A viagem tem por finalidade a realização de reuniões e tratativas administrativas voltadas à ampliação, qualificação e nento das ações municipais de saúde, com atenção especial à Saúde Bucal.

Art. 2º O deslocamento será realizado em veículo oficial da frota municipal.

Art. 3º O valor total das diárias autorizadas é de R\$ 4.649,84 (quatro mil seiscentos e quarenta e nove reals e citenta e quatro centavos), conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.039/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 05 de Novembro de 2025.

CLAUDEMIR
JOIA
JOIA
PEREIRA-5970
13205 6900 Claudemir Jóla Pereira

Prefeito Municipal 18° Gestão Administrativa



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná

Estado do Paraná

(Alice Anchita, 1513-Fond 1924, 1947-1328-Cu. CHP-81750-000 Alto Parasi-PR

pmaltoprilla/itoparana.pr.gov.br. http://www.altoparana.pr.gov.br

ERRATA DA PORTARIA N.º 1069/2025, PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DO NOROESTE EDIÇÃO Nº 19.902, DO DIA 31/10/2025, PÁG. 15.

### ONDE SE LÊ:

Parágrafo único A viagem ocorreu com saida em 24 de outubro de 2025, às 04:00h, e retorno em 23 de outubro de 2025, às 03:00h.

Parágrafo único A viagem ocorreu com saída em 24 de outubro de 2025, às 04:00h. e retorno em 25 de outubro de 2025, às 03:00h.

Alto Paraná - PR, 04 de Novembro de 2025.



### EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 078/2025 - ID 2551/2025

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR.

CONTRATADO: MAYTA PERICIA AGROAMBIENTAL LTDA CNPJ/MF: 41.542.163/0001-83

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE NASCENTES DE ÁGUA" NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR, ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DE REPASSE ITAIPU N°. 4115903/2023 - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA

	Valor Total:	R\$ 20.000,00
Fornecedor	Exclusivo	Valor global
MAYTA PERICIA AGROAMBIENTAL LTDA	Exclusivo MPE	R\$ 20 000 00

VALOR CONTRATUAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 053/2025**, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Mirador-Pr, 05 de novembro de 2025. FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN

# Câmara Municipal de Nova Londrina A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

# RESOLUÇÃO Nº. 26/2025

de 04.11.2025

**SÚMULA**: Dispõe sobre a reabertura dos prazos relativos à Dispensa de Licitação Presencial nº 08/2025. regida pelo novo Edital nº 18/2025, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e o art. 52, inciso I, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o teor dos Pareceres Jurídicos nº 133/2025 e nº 135/2025, que recomendaram ajustes técnicos e jurídicos no Edital anterior, especialmente quanto ao percentual de aprovação na Prova de Conceito;

CONSIDERANDO o disposto no art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que assegura a

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a observância dos princípios da legalidade,

isonomia, competitividade, planejamento e eficiência, previstos nos arts. 5º, 11 e 12 da Lei

reabertura de prazos em caso de alterações substanciais no instrumento convocatório; CONSIDERANDO a deliberação da Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, registrada em Ata de Sessão de Julgamento datada de 03 de novembro de 2025, pela readequação do

Edital e reabertura do certame; RESOLVE:

Art. 1º. Ficam reabertos os prazos relativos ao Processo Licitatório nº 14/2025 - Dispensa de Licitação Presencial nº 08/2025, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento e manutenção de licença de uso de software web integrado de gestão legislativa, portal institucional e votação eletrônica, conforme especificações constantes do novo Edital nº 18/2025 e seus anexos.

Art. 2º. O novo Edital nº 18/2025 incorporará todas as alterações e recomendações constantes dos Pareceres Jurídicos nº 133/2025 e nº 135/2025, em especial: I – a adequação do percentual mínimo de atendimento na Prova de Conceito para 80% (oitenta por cento), mantendo-se 100% de atendimento obrigatório aos itens essenciais;

II – a atualização das cláusulas técnicas, de habilitação e de julgamento; III - a correção das disposições redacionais e de publicidade, conforme

parecer jurídico e ata de julgamento. Art. 3º. Ficam estabelecidos os seguintes novos prazos e etapas:

> I. Recebimento das propostas: 06/11/2025 ÀS 08H00MIN À 10/11/2025 ÀS 17H00MIN, exclusivamente pelo e-mail institucional licitacao@cmnovalondrina.pr.gov.br;

Sessão pública de lances: 11/11/2025 DAS 09H00MIN ÀS 10H00MIN; III. e julgamento: 11/11/2025 ÀS 15H30MIN.

Art. 4º. Ficam mantidos os atos e documentos válidos praticados até a presente data. observadas as correções e complementações determinadas pela Assessoria Jurídica e pela Agente de Contratação.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e no mural de publicações, revogadas as disposições em contrário, especialmente as constantes do Edital nº 17/2025.

CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (05.11.2025). SAMUEL OLIVEIRA DE LIMA

IBINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, AOS

PRESIDENTE DA CÂMARA PAULO ROBERTO BENEDITO

**HUGO JOSÉ PINTO VEIT** 

Publique-se, Registre-se. Assessor Legislativo

Prefeitura Municipal de Mirador - PR enida Guaíra, nº 153 - Cer CEP 87840-000 CNPJ - 75.475.442/0001-93 Telefone: (44) 3112-4360 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 133/2025 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE NASCENTES DE ÁGUA" NESTE MUNICÍPIO DE MIRADOR. ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DE REPASSE ITAIPU N Nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal N° 14.133/21 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe sã so por Lei, abaixo assinado, accibendo a manifestação do Prepoiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO. A CAÇÃO, tendo cumprido todos os recuisões o principios estabelecidos em lei. HOMICO/GA o obieto da Licitação supra citação uso tendo montre de composições de la composição de la composi CNPJ/CPF Total do vencedor MAYTA PERICIA AGROAMBIENTAL LTDA 41.542.163/0001-83 R\$ 20.000,00 Exclusivo Valor global MAYTA PERICIA AGROAMBIENTAL LTDA Exclusivo MPE R\$ 20.000,00



FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN CPF: 052.989.279-04 PREFEITO

MIRADOR, 5 de novembro de 2025

#### EXTRATO CONTRATUAL

Ref: Contrato n.º 077/2025 - ID 2550/2025

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR. CNPJ/MF N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADO: ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA CNPJ/MF: 34.124.663/0001-30

OBJETO: AQUISIÇÃO DE "IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS", CONFORME CONVÊNIO MAPA N°. 986755/2024 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
42222	SUBSOLADOR LINEAR COM NO MÍNIMO 07 HASTES DOTADAS DE SISTEMA DE DASARME E REARME AUTOMATICO, DISCOS DE CORTE INDEPENDENTES COM REGULAGEM, ROLOS NIVELADOR/DESTORROADOR, SISTEMA DE ACIONAMENTO HIDRAULICO (PISTÃO DE LEVANTE) (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM COMFORME EDITAL DELICITAÇÃO).	un	1,0000	R\$ 44.900,0000	R\$ 44.900,00

VALOR CONTRATUAL: R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais)

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 051/2025**, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN



Prefeitura Municipal de Mirador - PR Avenida Guaíra, nº 153 - Centro CEP 87840-000 CNPJ - 75.475.442/0001-93 Telefone: (44) 3112-4360

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

	PRO	CESSO ADM	INISTRATIVO 131/2	2025	
Modalidade:	Pregão	Eletrônico			
Número/Ano:	51/2025		Data de abertura:	09/10/2025	
Data adjudicação:	05/11/2025		Data homologação:	05/11/2025	
Tipo de avaliação:	Por item		Critério de avaliação:	Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance		Condição de pagamento		
Credenciamento:	Não	Chamamento:	Não	Registro de preço:	Não
Objeto da licitação:					
AQUISIÇÃO DE "II AGRICULTURA, P	MPLEMENTOS AGRÍCOI ECUÁRIA E MEIO AMBI	LAS", CONFORME ENTE.	CONVÊNIO MAPA Nº. 956	755/2024 PARA A SECRE	TARIA MUNICIPAL DE

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	34.124.663/0001-30	R\$ 44.900,00
	Total:	R\$ 44.900,00

AL BANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS I TDA - EVO

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
42222	SUBSOLADOR LINEAR, COM NO MÍNIMO 07 HASTES DOTADAS DE SISTEMA DE DASARME E REARME AUTOMÁTICO, DISCOS DE CORTE INDEPENDENTES COM REGULAGEM, ROLOS NIVELADORDES TORROADOR, SISTEMA DE ACIONAMENTO HIGRÁLUCIO (PISTÃO DE LEVANTE) (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM COMFORME EDITAL DELICITAÇÃO).	un	1,0000	R\$ 44.900,0000	R\$ 44.900,00

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN CPF: 052.989.279-04 PREFEITO



# PREGÃO ELETRONICO N.º 059/2025

O MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR comunica a abertura do processo administrativo – "PREGÃO ELETRONICO", objetivando a AOUISICÃO DE "VEÍCULO DO TIPO VAN, 17+1 LUGARES, TETO ALTO" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICÍPIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 345.000,00

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE

Início de recebimento das propostas: 06 de novembro de 2025, a partir das 08h00hs;

Cadastro de propostas no site: até às 08h00hs do dia 24 de novembro de 2025;

Abertura das propostas: 24 de novembro de 2025, às 08h00hs;

Início da disputa de Preços: 24 de novembro de 2025, às 08h01hs:

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: <a href="https://www.bnc.org.br">https://www.bnc.org.br</a> (acesso identificado). GLEICE PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeira

FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN



PREGÃO ELETRONICO N.º 060/2025

O MUNICÍPIO DE MIRADOR/PR comunica a abertura do processo administrativo – "PREGÃO ELETRONICO", objetivando a AQUISIÇÃO DE "VEÍCULO DO TIPO PICAPE" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 141.990,00

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE

Início de recebimento das propostas: 06 de NOVEMBRO de 2025, a partir das 08h00hs; Cadastro de propostas no site: até às 08h00hs do dia 25 de NOVEMBRO de 2025;

Abertura das propostas: 25 de NOVEMBRO de 2025, às 08h00hs;

Início da disputa de Preços: 25 de NOVEMBRO de 2025, às 08h01hs;

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: <a href="https://www.bnc.org.br">https://www.bnc.org.br</a> (acesso identificado). GLEICE PEREIRA DOS SANTOS

> FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ

EXTRATO DE CONTRATO DO TERMO DE

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01 Fone/Fax 0xx44 3445-8150 – CNPJ 76.238.435/0001-30 E-mail www.saojoaodocaiua.pr.gov.br CEP 87.740-000 - São João do Caiuá - Paraná

> INEXIGIBILIDADE REFERÊNCIA TERMO DE INEXIGIBILIDADE № 028/2025 CONTRATO Nº 229/2025

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO SO CAIUÁ CNP1 DO CONTRATANTE 76.238.435/0001-30 INGÁ CAMINHÕES LTDA CNPJ DO CONTRATADO 23.008.729/0001-00 AQUISIÇÃO EM COMPRA POR ADESÃO. DE PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO CAÇAMBA 6X4 NOVOS, DESTINADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL E AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB/PR) 494/2025. DATA DO CONTRATO VALOR DO CONTRATO R\$ 685.000,00 (Seiscentos e oitenta e cinco mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME ANEXO NO CONTRATO
DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 028/2025 DEMAIS CONDIÇÕES

> STEFAN TOMÉ PAUKA PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANA MUNICIPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 84 de 05 de novembro de 2025

(Autoria: Chefe do Poder Executivo)

**Súmula:** Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista a Lei nº 338 de 18 de dezembro de 2024.

### DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orça Município, Lei nº338 - LOA/2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.332.538,40 (Três Milhões, Trezentos e Trinta e Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta Centa

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.007	DIVISÃO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
04.122.0002.2030	MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
982	00965-Programa Paraná Mais Eventos - Lei nº 21760/2023	131.738,40
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA	
07.001	FOMENTO AGROPECUÁRIO	
20.606.0019.2040	MANUTENCAO DA DIVISAO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3762	00771-Programa Estradas da Integração - Aquisição de equipamentos - Convênio 512 237903714	3.200.800,00
	TOTAL	3.332.538,40

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto na forma do Artigo 1º será utilizado

a) Por tendência de Excesso de Arrecadação relativo ao Convênio firmado com a Secretaria de do Turismo - SETU no valor de R\$ 131.738,40 (Cento e trinta e um mil, Setecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), sendo realizado no - CONVÊNIO 0486/2025 - FOMENTAR E APOIAR A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTEGRANTES DO PROGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS, INSTITUIDO PELA LEI Nº 21760/2023 E REGULAMENTADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 7.627/2024.

> Av. Francisco Pires de Lemos, 410 - FONE (44) 3900 2170 - CEP 87.790-000 CNPJ 76.413.061/0001-42

b) Por tendência de Excesso de Arrecadação relativo ao Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento no valor de R\$ 3.200.800,00 (Três milhões, Duzentos mil e oitocentos reais), sendo realizado no - CONVÊNIO 512 237903714 - Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto  $n^{\rm o}$  6.515, de 21 de novembro de 2012, para a melhoria da trafegabilidade e da infraestrutura dos Municípios Convenentes, mediante a aquisição de equipamentos destinados à execução de serviços de melhorias e manutenção de estradas rurais, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

Conta de receita				
Receita	Descrição	Valor		
2.4.2.9.99.0.1.02.00.00.00.00	PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - FT. 771	3.200.800,00		
1.7.2.9.99.0.1.04.00.00.00.00	PROGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS - 64° ANIVERSÁRIO DA CIDADE / FT. 965	131.738,40		
	TOTAL	3 332 538 40		

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor no ato de sua publicação.

Nova Aliança do Ivaí, Estado do Paraná 05 de novembro de 2025.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.



# Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE ESTADO DO PARANÁ Avenida Tapcjara, 88 - CEP 87.780 - 000 - Fonce (044) 3910-001 - CNP1: 75.476.5560001-58 paraisodonotte, pr.gov.br. - e-mail [Janajamento/apranisodonotte pr.gov.br

ULISSES DE SOUZA

# DECRETO Nº 2.069/2025

Designa os agentes públicos como fiscais de contrato, bem como seus substitutos, observandose os requisitos estabelecidos pelo art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PARAISO DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, Sr. Carlos Alberto Vizzotto, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V do artigo 55 da Lei Orgânica do Município de Paraíso do Norte,

# DECRETA

Art. 1º Ficam designados como Fiscais de Atas de Registro de Preços e Contratos Administrativos de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, os seguintes agentes públicos:

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO DO ÓRGAO	FISCAL DO CONTRATO			
02	Poder Executivo	Eder Yoshiaki Kawashima Futata			
		Gisele Regina Dias Barros			
03	Departamento de Administração	Eder Yoshiaki Kawashima Futata			
		Gisele Regina Dias Barros			
04	Departamento de Planejamento, Controle e	Angela Cristina de Aguiar			
	Finanças	Mislene Paiva Paiva Leite Rocha			
05	Departamento de Promoção Social	Iandra Raquel de Azevedo Dereste			
		Eloara Patrícia Nunes Tiveron			
		Viviane Cristina Marques da Costa			
06	Departamento de Saúde	Clayton Aparecido Barbosa Lincoln			
		Fernanda Correia Barbosa de Souza			
		Juliana Patrícia de Paula			
		Rafaella Martin Vargas			
1		Selma Sueli Tadim Viana			
		Telma Mara Loli			
07	Departamento de Educação	Camila Marinozi Ariozi			
		Rafael Keith Yoneyama			
		Tatiane Aparecida da Silva França			
		Vanessa Macedo Leopoldino			
	4.3	Viviane da Paixão Arengue			
08	Departamento de Cultura	Ana Claudia Tiveron			
	No. of Carlot Annual	Eder Yoshiaki Kawashima Futata			
09	Departamento de Serviços Públicos	Edgar Jasper Bortot			
		Edmar Ferreira Nascimento			
		Rodrigo dos Santos Cunha			
		Paulo de Souza Luiz			
		Felipe Toshimitsu Heggler			
		Vera Lucia da Silva			
		Vinícius Oliveira de Barros Oliveti			
10	Departamento de Agricultura, Meio Ambiente	Cassuel Carvalho Castilho			
11	e Fomento Departamento de Esporte e Lazer	Rodrigo dos Santos Cunha			
		Rodrigo dos Santos Cunha Gilsofi Rodrigues da Silva Vinicius Oliverra de Barros Oliveti Vander Rogerio Bento Galli			
12	Departamento do Trabalho	Geraldo Pereira da Silva			
		Vander Rogerio Bento Galli			

Art. 2º O Fiscal de Contratos deverá acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens, e recebe-los provisoriamente, conforme regras e diretrizes estabelecidas

 $\S$  1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua § 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes

para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 1.907/2025 de 17 de fevereiro de 2025. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso do Norte, 05 de novembro de 2025.

Carlos Alberto Vizzotto

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

ESTADO DO PARANÁ Rua: Getúlio Vargas, 900 - Fone/Fax (44) 3421-2323

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA - REPUBLICAÇÃO COM PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, COM O INTUITO DE CONSTITUIR SUBCOMISSÃO TÉCNICA EM PROCESSO LICITATÓRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, com fulcro na Lei nº 12.232/2010 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais normas que regem a matéria e, ainda do estabelecido no Edital e seus Anexos, TORNA PÚBLICO a REABERTURA para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing e/ou que atuem na área de atuação de comunicação, publicidade e marketing com o intuito de constituir Subcomissão Técnica para a Contratação de Agência de Publicidade/propaganda (Concorrência nº 015/2025), nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010.

Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, na Diretoria de Especial de Compras da Prefeitura do Município de Paranavaí, situada na Rua Getúlio Vargas, 900, Paranavaí, Estado do Paraná, do dia 06/11/2025 até o dia 10/11/2025, no horário das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h30min, munidos dos documentos exigidos em edital OU enviar cópias digitalizadas dos mesmos para o e-mail compras@paranavai.pr.gov.br. Paranavaí - Paraná, em 05 de novembro de 2025.

THAIS SOARES DA SILVA



COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 111/2025

OBJETO: Contratação da empresa INGÁ CAMINHÕES LTDA CNPJ N° 23.008.729/0001-00, para a aquisição de dois Caminhões Caçamba novos, através do Consórcio CIRAU (Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto do Uruguai), com adesão a Ata de Registro de Preços/ Pregão Eletrônico nº 045/2024, Edital nº

045/2024/ Processo Administrativo nº 045/2024, pelo valor total de R\$ 1.354.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil reais). Com hase nas informações constantes no Processo Administrativo nº 111/2025 e ante Com dase has miorinações Constantes no Processo Administrativo ii 111/2029 e ante as justificativas, que se embasou no Art. 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 210/2025. O Prefeito Municipal resolve "dispensar" a exigência de licitação visando à Contratação da empresa INGÁ CAMINHÕES LTDA - CNPJ Nº 23.008.729/001-00, para aquisição de dois Caminhões Caçamba novos, através do Consórcio CIRAU (Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto do Uruguai), com

OS CAMINADO, COM AS SEGUINT CARASTECRISTICAS MINIMAS: NOV ANO/MODELO 324/2025 OU SUPERIC VERSÃO 6X4, COM CABINE AVANÇADA, COM MINIMAS: NOV ANO/MODELO 324/2025 OU SUPERIC VERSÃO 6X4, COM CABINE AVANÇADA, COM MINIMO 60 CILINDROS VENTICAIS EM LINITURBOCOOLER, COM POTENCIA DE NO MINIMO 1285 (C. COM VOLUME/CLINDRADA DE 1 MINIMO 6,8 LITROS/6,800 CM3, CC GERENCIAMENTO ELETRÓNICO COMBUSTÍVEL, COM CAIXA DE MUDANÇ. AUTOMATIZADA E OU MANUAL COM NO MINIM 10 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÊ, CC EMBREAGEM MONDOISCO COM DIÁMETRO I NO MINIMO 420 MM, COM DIREC HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, VIDRI				
ELÉTRICOS E ESPELHOS RETROVISOR ELÉTRICOS, COM PESO BRUTO TOTAL (PR TÉCNICO OU CAPACIDADE TÉCNICA TOTAL INO MÍNIMO 26.000 KG, COM CAPACIDAI MÁXIMA DE TRAÇÃO (CMT) DE NO MÍNIM 42.000 KG, COM ENTRE EIXO ADEQUADO PAI INSTALAÇÃO DE CAÇAMBA BASCULANTE, CC TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 2 LITROS, COM PNEUS RADIAIS SEM CÁMRAR I MÍNIMO 275/80 R 22,5 BORRACHUDOS NO DOIS EIXOS TRATIVOS E MISTOS NO EL DIANTERIO E ESTEPE, FREID DE SERVIÇO TAMBOR E COM SISTEMA ANTITRAVAMEND DAS RODAS (ABS), FREID MOTO DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGE CONTONCE DE ADERÊNICIA EM ACELERAÇÃ COM DUAS OPÇÕES DE BLOQUEIO NOS EIX TRATIVOS, TAPA SOL EXTERNO FRONTI TACÓGRAFO DIGITAL, HORIMETRO, RAMATIVA OM MÍNIMO 12 MESSES SEM LIMITE I QUILOMETRAGEM, EQUIPADO COM CAÇAMI	Unidade	02	677.000,00	1.354.000,00

BASCULANTE TIPO MEIA CANA COM		
CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 14M3, COM UM		
CILINDRO HIDRÁULICO FRONTAL COM NO		
MÍNIMO 4 ESTÁGIOS, BOMBA HIDRÁULICA,		
TOMADA DE FORÇA, MANGUEIRAS E		
CONEXÕES, CHASSI DUPLO EM CHAPA DE AÇO		
DE NO MÍNIMO 8,00MM, LATERAIS E PARTE		
FRONTAL EM CHAPA DE ACO DE NO MÍNIMO		
8,00MM, TRAVESSAS EM CHAPA DE AÇO DE NO		
MÍNIMO 6,35MM, ASSOALHO EM CHAPA DE AÇO		
DE NO MÍNIMO 10,00MM, PROTEÇÃO LATERAL,		
PARA-CHOOUE TRASEIRO HOMOLOGADO		
CONFORME NORMAS DO INMETRO, ESCADA		
LATERAL, BARRICA DÁGUA, CAIXA PARA		
FERRAMENTAS, PARA-BARROS DE BORRACHA.		
PINTURA DA CAÇAMBA COM FUNDO EPOX E		
TINTA"PU" NA COR PADRÃO DO VEÍCULO.		
FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS, FAIXA		
REFLETIVA NO PARA-CHOQUE TRASEIRO, COM		
TAMPA TRASEIRA BASCULANTE TIPO		
GUILHOTINA E DEMAIS ITENS CONFORME		
LEGISLAÇÃO VIGENTE.		l
ELGIDENÇÃO VIGENTE.		

O Valor total é de R\$ 1.354.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil reais), junto a Secretaria Municipal de Agricultura, pelo período de Vigência da Contratação: 12 (doze) meses, com início na assinatura do Contrato, em favor da empresa INGÁ CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 23.008.729/0001-00.

Alto Paraná, 04 de novembro de 2025.

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA

# TERMO DE RATIFICAÇÃO

Torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe em favor da INGÁ CAMINHÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n $^\circ$ 008 729/0001-00 no valor total de R\$ 1 354 000 00 (um milhão tr e quatro mil reais).

Alto Paraná 04 de novembro de 2025

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2025

PARTES: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ
CONTRATADO: INGÁ CAMINHÕES LTDA (CNPJ N° 23.008.729/0001-00).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INGÁ CAMINHÕES LTDA. PARA AQUISIÇÃO DE DOIS CAÇAMBAS NOVOS, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO CIRAU (CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO DO URUGUAI), COM ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024, EDITAL Nº 045/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº045/2024.

VALOR CONTRATUAL: R\$1.354.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAM: .4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente. 4.4.90.52.52 – Veículos de tração Mecânica

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial. DATA DA ASSINATURA: 04/11/2025.

FORO: Comarca de Alto Paraná, Estado do Paraná.

CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA Prefeito Municipal

